

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

GABRIEL HERKENHOFF COELHO MOURA

Internet e Opinião: conflitos dentro e contra a Opinião Pública

VITÓRIA
2009

GABRIEL HERKENHOFF COELHO MOURA

Internet e Opinião: conflitos dentro e contra a Opinião Pública

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Espírito Santo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Luiz Malini de Lima

VITÓRIA
2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Malini
Orientador

Prof. Dr. Edgard Rebouças

Prof. Ms. Júlio Valentim

Vitória, ____ de _____ de ____.

Índice

Introdução.....	4
Prolegômeno. Estado e Soberania.....	10
1. Formação e Institucionalização da Esfera Pública.....	14
1.1. Esfera pública e opinião pública: perspectiva histórica.....	14
1.2. Iluminismo, imprensa e razão.....	18
1.3. A gênese da esfera pública.....	21
1.4. Sobre a decadência da "esfera pública burguesa".....	21
1.4.1. Publicidade, publicity e a noção de opinião pública.....	22
Intervalo I. Monopolizando a fala: mídia e poder.....	27
1.4.2. Estatização da sociedade.....	34
2. A Governamentalização do Estado: o governo, a população e as técnicas.....	38
2.1. A governamentalização e a opinião pública.....	38
2.2.1. Estado e população: técnicas, táticas e opinião pública.....	40
3. A Opinião Pública como Saber.....	46
3.1. O enunciável: a opinião pública como atributo do povo soberano.....	48
3.2. O visível: opinião pública administrada.....	55
Intervalo II. Para uma crítica da opinião pública.....	59
4. A comunicação mediada por computadores.....	66
4.1. Pequena História do Computador.....	68
4.2. A emergência do ciberespaço.....	70
4.3. Os indivíduos apropriam-se da rede.....	72
4.4. Avanço das interfaces.....	74
4.4.1. A emergência das mídias sociais.....	75
5. Internet, Público e Opinião.....	78
5.1. NTIC's como Técnicas Moleculares.....	78
5.2. Mídias sociais e Público.....	81
5.3. Opinião e Público na rede distribuída.....	82
5.4. Espaços de comunicação nas mídias sociais: notas sobre a esfera pública virtual.....	85
Intervalo III. A esfera pública virtual nas Eleições brasileiras 2006.....	89
6. Novas Tecnologias e Política.....	100
6.1. Difusão da capacidade de publicização.....	100
6.2. Articulação nas redes sociais virtuais.....	102
6.3. A política e as técnicas moleculares.....	103
7. NTIC, Estado e Opinião Pública: continuidades e discontinuidades.....	106
7.1. As novas tecnologias aplicadas ao governo.....	107
7.1.1. O e-gov e a governamentalidade.....	108
7.1.2. Usos político-eleitorais da internet.....	114
Intervalo IV. Pequeno Histórico da utilização político-eleitoral da Internet nos EUA.....	116
7.2. Governo e novas tecnologias: conflitos emergentes.....	123
7.2.1 A Internet e o governo vigilante.....	124
Intervalo V. A obstrução da internet nas eleições brasileiras de 2008.....	129
7.2.2. As TIC e o governo invasivo.....	139
7.2.3. As TIC e as divergências da opinião pública.....	143
Conclusão. Soberania e opinião pública no espaço liso.....	148
Referências Bibliográficas.....	154

Introdução

O presente trabalho insere-se nos estudos de comunicação partindo da reflexão sobre um de seus objetos de maior relevância sociopolítica: a opinião pública. Entretanto, uma mudança significativa passada pelo campo da comunicação nesse início de século XXI, necessita ser cuidadosamente investigada, uma vez que reconfigura as condições de produção, circulação e, portanto, de visibilidade das opiniões: a emergência da comunicação mediada por computadores. A difusão da capacidade de expressão da opinião dentro de uma sociedade que convive com uma nova dinâmica espaço-temporal, precisa ser levada em consideração nos debates contemporâneos sobre a comunicação, uma vez que coloca problemas novos ao campo e a seus objetos. Tal cenário exige reflexões e flexões conceituais que sejam capazes de dar conta dessa realidade.

Observamos nos últimos anos, um avanço significativo do acesso às novas tecnologias e, fundamentalmente, à internet em grande parte do mundo, o que possibilita uma redefinição das condições da comunicação interpessoal e coletiva. A apropriação social das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) modifica, por isso, a forma de circulação das opiniões, uma vez que a realização pública da opinião não depende somente da mídia de massa e dos fóruns de interação face-a-face, esses espaços veem-se atravessados por esse outro circuito de comunicação.

Entretanto, para conseguirmos discutir a relação entre a opinião pública e as NTIC, é necessário que definamos uma abordagem à noção de opinião pública, para que nos movimentemos dentro do problema colocado. No decorrer do trabalho, analisaremos a opinião pública por um lado como construção discursiva, por outro como cristalização visual e técnica. Ou seja, ao contrário de tratá-la como um dado observável, como fenômeno social – que é o que faz grande parte dos autores que sobre ela debruçam-se –, tentaremos iluminar as relações de poder que a constituem, diga-se de passagem relacionando-a com o conceito de soberania.

Para chegarmos a tal análise construímos uma trajetória que passa pela formação da idéia de opinião pública no século XVIII e sua relação com a imprensa, vista naquele momento como

instrumento iluminista e revolucionário. O primeiro capítulo principalmente presta-se a tal tarefa, sendo o livro *Mudança estrutural na Esfera Pública* de Jürgen Habermas o grande ponto de referência. Apesar de - com base em autores como Thompson (1996) e Negri (2005) - tecermos críticas à noção habermasiana de "esfera pública burguesa", a leitura feita pelo autor sobre o desenvolvimento de uma esfera de autonomia privada, que seria fundamental no estabelecimento de uma função política para os indivíduos, é de grande importância para o trabalho. Além disso, buscamos as releituras feitas por Habermas em trabalhos posteriores para evitarmos críticas despropositadas.

O segundo capítulo preocupa-se já com o momento que Habermas entende como "institucionalização da esfera pública no Estado de Direito", momento no qual o Estado garante juridicamente a esfera da autonomia privada e, com isso, reserva lugar à opinião pública. Aqui, fazemos um diálogo com o que Foucault em seu texto *A Governamentalidade* chama de "governamentalização do Estado". Apesar de esse ser um aspecto da pesquisa foucaultiana pouco desenvolvida, sua atenção ao fato de que, na passagem do século XVIII para o XIX, criam-se mecanismos de governo que tomam a população - e seus interesses, anseios e fenômenos - como objeto, nos ajudou a fazer uma leitura da assimilação da opinião pública por dispositivos de governo¹. No segundo capítulo encerra-se a primeira parte do trabalho.

Em seguida, no terceiro capítulo, procuramos fazer uma discussão do conceito de opinião pública, buscando suas legitimações discursivas e visuais, que são responsáveis pela afirmação de sua existência como dado da realidade. Cortamos a opinião pública separando o que dela enuncia-se, do que dela vê-se para mostrarmos a artificialidade da mesma, até porque, como já foi afirmado anteriormente, privilegiamos a opinião pública não como fenômeno mas como artefato².

A última parte é dedicada às novas tecnologias, em particular à internet, todavia, buscando intersecções com as questões levantadas nas duas primeiras. Nos arriscamos aqui a lançar uma luz sobre temas como "esfera pública", "opinião pública" e "público" a partir das novas

1 É fundamental ressaltarmos que nossa compreensão de governo, embasada na ideia de *governamentalização* de Foucault (1979), não trata do governo como algo sazonal, mas como forma perene, inicialmente ocidental, do Estado lidar com sua população componente.

2 Isso não nos impede, entretanto, de concordar que a inserção da opinião pública no funcionamento do estado foi importante para que houvesse a passagem da ideia de súdito para a de cidadão como bem observa Negri (2006).

tecnologias, estabelecendo pontos de contato e de distanciamento com tais conceitos. Mas fizemos isso colocando as particularidades dos novos meios e as condições de comunicação emergentes com eles. O quarto, o quinto e o sexto capítulo são responsáveis, portanto, pela demarcação das diferenças das TIC em relação aos dispositivos de comunicação molares e o desdobramento dessas diferenças para o discurso político, para a atuação política dos cidadãos e para a política institucionalizada.

No último capítulo apresentamos possíveis associações que podem ser feitas entre os governos e as novas tecnologias, observando como as opiniões e a opinião pública configuram-se como questões fundamentais para que o Estado funcione de maneira eficiente e de acordo - mas de um acordo governado - com os anseios populares. Aqui, apresentaremos formas de utilização da internet pelos governos e situações nas quais as opiniões expressas e circulantes graças às novas tecnologias ganham centralidade em seu funcionamento e em sua legitimação. Ou seja, em nossas análises a questão fundamental é a publicidade e a visibilidade das opiniões, entretanto, às vezes damos prioridade às obstruções impostas pelos governantes em prol da *governamentalidade*, às vezes damos prioridade à atuação dos indivíduos que se lançam no empreendimento de construir formas de controle do governo.

De qualquer maneira, nos interessa o fato de que a relação entre Estado e indivíduos, que se apropriam politicamente das novas tecnologias, é mediada pela afirmação da soberania. Essa relação levanta, a princípio, duas questões: a opinião pública, por um lado, possui o "poder" de definir o melhor governo para si e, por outro, é convocada a legitimar o governo - dando a idéia de que a soberania, em alguma medida, é popular - mas, por isso mesmo, pode ser interdita. Mais do que isso, os governos tem autonomia para negar a possibilidade de expressão das opiniões. Isto não é novidade. A novidade está no fato de que com as novas tecnologias a capacidade de controle das opiniões escapa - como nunca - por entre os dedos.

O trabalho possui, enfim, três momentos distintos em seu desenvolvimento. A primeira parte será dedicada ao desenvolvimento da mídia, da esfera pública e da opinião pública e a relação entre as mesmas e os governos. A segunda parte dedicar-se-á à uma discussão conceitual de "opinião pública", a partir do desvendamento dos mecanismos que possibilitaram sua construção. E a última parte do trabalho constituir-se-á a partir da análise das implicações políticas das condições de circulação dos discursos emergentes com as TIC. Para tanto,

apresentaremos situações observadas em vários locais do mundo que nos ajudarão a pensar o papel político assumido pelas opiniões difundidas pela rede.

A Invenção da Opinião Pública

Prolegômeno. Estado e Soberania (antes da Opinião Pública)

A passagem do Estado absolutista ao Estado-Nação moderno marca um momento de reorganização das forças dentro da sociedade. Com a emergência do que Foucault (1979) chamou de "novas ciências de governar", o exercício da soberania³, forma de cristalização primordial do poder na tradição da filosofia política, deixa de ser relegado à figura do monarca e gradualmente desloca-se para a do Estado burguês de Direito, que possui sob sua jurisdição um território e uma população (Negri, 2006).

Observa-se aqui a passagem de uma noção de soberania ligada à vontade do soberano, para uma outra que tem como princípio as condições de existência e reprodução do Estado baseada em leis. Mesmo que para Foucault (1979, 1988) ela deixe de ser o elemento central da estratégia de dominação, sua reelaboração cumpre, sem dúvidas, papel fundamental para o que o filósofo francês entendeu por *governamentalização do Estado*.

A discussão em torno da soberania foi o principal terreno de disputa política e teórica dentre os séculos XVI e XVIII, tal conceito, de maneira geral, referia-se a um força localizada, transcendente e identificada com o caráter divino do soberano (Foucault, 1979). Até o século XVII seu exercício significava a centralização do "poder" na figura do monarca que podia submeter os seus súditos a códigos por ele estabelecidos - afinal, o próprio território era visto como uma extensão do corpo do monarca (Negri, 2006).

Entretanto, o desenvolvimento da idéia iluminista de um *ser coletivo soberano*⁴, o incipiente processo de urbanização e a ascensão de uma nova classe social - a burguesia - criaram as condições para reavaliação do papel da comunidade dos indivíduos na construção do Estado. Tanto soberano quanto súditos entenderam essa passagem, mas enquanto um desenvolveu novos mecanismos de sujeição que atendesse às necessidades emergentes, os outro

3 Antes de iniciar a discussão sobre a noção de soberania dentro da teoria política moderna, cabe apresentarmos uma observação feita por Negri (2005) sobre a condição de existência da soberania: "O poder soberano não é uma substância autônoma e nunca é absoluto, antes consistindo numa relação entre governantes e governados, entre proteção e obediência, entre direitos e obrigações" (Hardt & Negri, p.415). Essa ressalva é importante para não imobilizarmos "o poder" no soberano, mostrando antes como seu funcionamento só se dá em relação.

4 Jean Bodin em sua obra *Os seis livros da República* de 1576 redefine a soberania: "O termo, que denominava o rei passa a significar o ato de um ser coletivo, o exercício da vontade geral. Esse ato manifesta a capacidade da vontade suprema de instituir o corpo político, de engendrar o poder que garante a sua inalienabilidade, a unidade e a indivisibilidade do povo" (Ruby, p.65). Negri (2006) destaca a importância da reformulação da soberania moderna proposta por Bodin, pois vê, ali, a base sobre a qual pode se desdobrar a idéia de soberania nacional.

demoraram algum tempo para compreender sua potência.

A vigência das políticas mercantilistas nas recém-formados nações européias - destacadamente Portugal, Espanha, França e Inglaterra - marcam, dentro desse contexto, uma redefinição das funções do Estado, uma vez que a troca de mercadorias arrebenta com os limites da economia doméstica (Foucault, 1979; Habermas, 1974). A administração financeira torna-se, assim, elemento central para a sustentação dos regimes, que contavam com a produtividade dos súditos e com o estabelecimento de mecanismos fiscais/alfandegários sobre a produção e a circulação de mercadorias para conseguir o acúmulo de riquezas. A economia aparece, portanto, como questão de Estado, ou melhor, de soberania.

Como observou Habermas (1984) - em sua análise da formação do tipo de "esfera pública burguesa" -, em meados do século XVIII a nova classe - a burguesia - começa a se colocar contra a autoridade pública reivindicando uma "esfera de autonomia privada". A noção de "autonomia privada" dizia respeito, naquele momento, tanto à estrutura familiar quanto à esfera do mercado. Ou seja, manifesta-se um desejo de mudança do caráter do "poder público", ele não deveria intervir na vida do burguês como pessoa privada - a um só tempo *bourgeois e homme* - de modo que estivessem livres do "poder" do soberano a troca de mercadorias e a esfera íntima, da subjetividade (Habermas, 1984). Assim, inicia-se um processo de cisão entre a esfera do poder público e o setor privado⁵.

"A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o 'social' podia constituir-se numa esfera própria á medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública. (Habermas, 1984, p.152)

Dessa forma, modificam-se as relações de poder dentro do Estado. O homem privado é, então, inserido no centro do debate sobre a soberania, ao mesmo tempo produto – enquanto corpo amalgamado por uma identidade nacional⁶ – e produtor da Nação, posto que a mesma é

5 Fala-se de tal cisão entre público e privado na medida em que durante a Idade Média não havia distinção clara entre ambos. Como observou Habermas (1974, p. 19): "Na sociedade feudal da alta Idade Média, a esfera pública como um setor próprio, separada de uma esfera privada, não pode ser comprovada sociologicamente, ou seja, usando de critérios institucionais". Isso se deve ao fato de que "o particular (*Sundere*) é a liberação do próprio cerne do domínio fundiário e, com isso, simultaneamente, da 'esfera pública'". (Habermas, p.19)

6 Thompson (1998) oferece uma definição simples, porém suficientemente correta para as pretensões do presente trabalho: "Identidade nacional pode ser definida *grossa modo* como um sentido de pertença a uma pátria ou a uma nação particular, partilhando direitos, deveres e tradições comuns". E a partir dessa definição ele desvenda a relação entre o

constituída de indivíduos responsáveis pela construção da riqueza dentro de seu território. Negri (2006), em sua análise da reconfiguração da soberania após o surgimento da idéia do "nacional", observa que

Nação era, portanto, a um tempo a hipótese da "vontade geral" rousseuniana e o que a ideologia industrial concebia como a "comunidade de necessidades" (ou seja, a regulamentação capitalista do mercado), que no longo período de acumulação na Europa foi mais ou menos liberal e sempre burguesa. (Negri, p.114)

Assim, a visão do monarca com poderes centralizados progressivamente declina. A burguesia passa a contestar a dominação e coloca em cheque a unilateralidade da força monárquica, buscando conquistar posições mais favoráveis dentro do Estado. Nessa busca por influência política é que se desenvolve o tema da opinião pública. Os anseios populares começam a aparecer como produto das discussões racionais dos cidadãos e como instrumento de crítica e vigilância do governo. Dessa forma, a reivindicação da "autonomia privada" converte-se em elemento central da luta política empreendida pela burguesia.

Essa reordenação das forças dentro do Estado contou, em grande medida, com a ajuda da técnica de impressão que difundiu-se pelas grandes cidades européias e pelas colônias da América do Norte, uma vez que grupos políticos, literários e científicos podiam imprimir com alguma regularidade panfletos, materiais de atualidades, livros e publicações menores. Tais publicações alimentavam um nascente público - notadamente masculino, letrado e burguês -, em um momento de tensão na relação entre o soberano e os que, até então, eram encarados como súditos.

O prestígio crescente da imprensa na modernidade deve-se sobretudo à sua posição de garantia da livre manifestação da subjetividade civil. Diferentemente da "democracia grega" que entendia liberdade como política (participação do cidadão na *polis*), a democracia moderna volta-se para a liberdade "civil" (direitos individuais garantidos por leis), onde se sustenta a proteção do cidadão contra o poder da *polis* ou do Estado. (Sodré, 1996, p.45)

Até a formação do Estado burguês de Direito a imprensa esteve, contudo, fortemente

desenvolvimento dos meios de comunicação e da identidade nacional: "[...] a emergência de um sentido de identidade nacional vinha estreitamente ligada ao desenvolvimento de novos meios de comunicação que permitiram às idéias e aos símbolos serem expressos e difusos em uma linguagem comum." (Thompson, 1998, p.52)

dominada pela autoridade do soberano. O Estado poderia intervir, inclusive a partir de censura prévia, nas publicações da forma que lhe fosse mais conveniente, dificultando as condições para que a imprensa política pudesse se desenvolver e alimentasse um espaço de crítica ao poder público. Do século XV ao XVIII a imprensa europeia esteve, portanto, sob jugo do Estado monárquico e, assim, a própria noção moderna de opinião pública não encontrava condições favoráveis à sua afirmação. Somente a partir do processo revolucionário que culminou com o que Habermas (1984) analisou como "institucionalização da esfera pública" é que ela pode se desenvolver.

Com a ascensão dos "direitos fundamentais do Homem", as liberdades individuais foram garantidas e tornaram-se centrais no resguardo - econômico e político - do cidadão e serviram à afirmação da rousseauniana soberania popular. Melhor dizendo, o povo teria o direito de se posicionar e expressar criticamente em relação ao poder público, que só existiria como representação da vontade geral. A imprensa coloca-se então como uma instituição que estaria a serviço da soberania, não mais do monarca, mas do povo e a autoridade pública não era mais vista como próprio Estado, mas sim como a responsável pelo governo do Estado.

1. Formação e Institucionalização da Esfera Pública

1.1. Esfera pública e opinião pública: perspectiva histórica

A necessidade de comunicação dentro do mercado capitalista – em expansão desde o séc XV –, o desenvolvimento da idéia de nação⁷ e o desenvolvimento das técnicas de impressão – iniciada na segunda metade do séc. XV com o surgimento da prensa de Guttemberg – forneceu condições para que, no início do séc XVI, emergisse uma infra-estrutura de circulação das informações (Thompson, p.54). Com isso, surge também uma nova forma dos indivíduos se relacionarem com o mundo e com as questões de "interesse público": estabelece-se uma vivência que cotidianamente é atravessada pela comunicação mediada por técnicas. E, essas técnicas são fundamentais para a gênese do tipo de "esfera pública burguesa" descrita por Habermas (1984).

Mas antes de se desdobrar no que Habermas entende por "esfera pública", primeiramente, a proliferação da prensa – como iremos chamar as técnicas de impressão, em um primeiro momento – serviu à propagação da capacidade de publicação e difusão do conhecimento dentro das **sociedades européia e norte-americana**. Logo, mesmo com os custos relativamente altos e com as taxações sobre a circulação do material impresso, ela permitiu que, progressivamente, se rompesse o controle sobre o saber exercido pela Igreja e pelo Estado monárquico (Briggs & Burke, 2006, p.82). Observa-se, portanto, um processo de liberação do conhecimento das instituições medievais⁸, enfraquecendo a capacidade de influência que as mesmas possuíam sobre os sujeitos. O que entende-se (com algum exagero) por "revolução da imprensa" foi a alvorada do grande projeto do **Esclarecimento**: a "substituição da imaginação pelo saber" (Adorno & Horkheimer, 1985).

Além de ampliar o acesso ao conhecimento clássico e ao nascente conhecimento científico, a difusão da prensa na Europa radicaliza o processo do Esclarecimento de outras duas formas: facilita a reprodução dos textos - tendo em mente que a escrita já havia separado a construção do saber de seus interlocutores e possibilitado uma sistematização do pensamento; e aumenta

⁷ Na ligação de um povo com um conjunto relativamente homogêneo de tradições e ligado a um território (Negri, 2006)

⁸ Asa Briggs e Peter Burke (2006) destacam a importância da impressão gráfica para a consolidação da Reforma como revolução permanente, pois ela permitiu uma "ofensiva da mídia" não somente comunicar suas próprias mensagens, mas também para enfraquecer a Igreja Católica, ridicularizando-a, usando o tradicional repertório do humor popular para destruir o inimigo", além disso, os autores destacam que, "Graças ao novo meio, Lutero não pode ser silenciado como o foram os primeiros hereges".

as condições de individualização e de fixação do ponto vista no indivíduo racional⁹ (Fiore & McLuhan, 1967).

O surgimento das publicações pessoais, conhecidas como panfletos¹⁰, foram um reflexo desse processo, uma vez que seus autores manifestavam uma posição individual sobre os temas de interesse público. Apesar das pequenas tiragens e da circulação restrita, os panfletos foram as primeiras formas de apropriação da técnica da prensa com fins políticos¹¹ e criaram as bases para a formação de um espaço crítico além do entorno físico - mas, como destaca Habermas (1984), alimentado pelas discussões nos espaços públicos das nascentes cidades.

Devido às contingências espaciais para o fluxo de informação, é também a partir do crescimento do número de leitores dentro de um mesmo território, utilizando-se do mesmo vernáculo, que se difunde a idéia do nacionalismo (McLuhan, 1964). A emergência de um sentido nacional foi fundamental para o estabelecimento da prensa como instância de negociação entre os burgueses aspirantes ao poder político e a autoridade pública, pois permitiu que a crítica fosse vinculada à *volunté générale* rousseauiana, motor do espírito revolucionário burguês.

1.2. Iluminismo, imprensa e razão

O avanço da urbanização e o desenvolvimento da imprensa, em fins do século XVII e início do século XVIII, provocou o estabelecimento de novos fóruns de debate¹². Aliado a isso, o **surgimento** da idéia de que a nação possui interesses e da consequente noção de que o povo tem suas vontades, foram os fundamentos da invasão da esfera da autoridade pública¹³ por

9 Esses dois aspectos são fundamentais para o conceito de "esfera pública" que trabalharemos mais à frente.

10 Estima-se que por volta de 1550 cerca de 10.000 panfletos tinham sido impressos em alemão, além disso em países como França, Holanda e Inglaterra os panfletos foram fundamentais no estabelecimento dos debates públicos, que vieram a ser entendidos como um primeiro momento de florescimento de uma "esfera pública" (Briggs & Burke, 2006). Jürgen Habermas (1984) afirma que a aparição do termo *Öffentlichkeit* (esfera pública) acontece no século XVIII, "devemos admitir que esta esfera, ao menos na Alemanha, apenas então é que se constituiu, assumindo sua função".

11 Os panfletos tiveram uma função primordial no período da Reforma, quando foram responsáveis por solapar o domínio da Igreja sobre a informação (Briggs e Burke, p. 82). Nos EUA, durante a luta pela independência alguns panfletos ficaram famosos por incentivar a causa revolucionária como o *Common Sense* de Thomas Paine, que se tornou referência para os federalistas norte-americanos.

12 Como afirma Sodré (1996), "o horizonte ideológico da imprensa sempre foi a elevação cultural e moral das massas por expressão crítica e dos valores excelsos do humanismo" (p.45), tendo, além disso, a imprensa uma função democrática à medida em que "asseguraria ao cidadão isolado a representatividade de sua palavra, de seu pensamentos particulares" (p.45).

13 É interessante notar que a passagem para a idéia de autoridade pública - como forma de designar o aparelho do

questionamentos advindos do setor privado (Thompson, 1995, p.68). Iniciava-se, assim, a formação de uma "esfera pública politicamente ativa".

A importância delegada à imprensa, nesse período, estava ligada a sua capacidade de dar "publicidade" às resoluções do poder público. O segredo era, segundo o ideal iluminista, um dos culpados da desrazão e das crenças. Não é por menos que Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984) destaca a vitalidade da idéia kantiana de "uso público da razão" para que a mídia tornasse-se um instrumento potente contra a dominação exercida pelo Estado.

Tanto as resoluções quanto as opiniões deveriam passar pelo crivo da racionalidade crítica erigida no debate público para se fazerem legítimas (Habermas, 1984). Até o século XIX, contudo, a imprensa passou por regimes de censura bastante rígidos em toda a Europa, possuindo alguns momentos de maior autonomia. A liberdade de imprensa e de publicação tornou-se, assim, terreno de disputa no período do Esclarecimento, uma vez que somente o acesso ao conhecimento poderia retirar o Homem das trevas da minoridade.

[...] até a legalização permanente da esfera pública politicamente ativa, o surgimento de um jornal político e a sua afirmação eram sinônimos de engajamento na luta em torno do espaço da opinião pública, em torno da publicidade como princípio. (Habermas, 1984, p.216)

A concepção de "opinião pública" liga-se, aqui, à noção do papel pedagógico dos intelectuais iluministas¹⁴ (Nascimento, 1989). Os panfletos e jornais dos emergentes grupos políticos seriam responsáveis por estimular a reflexão e o debate crítico, levando as luzes ao povo e possibilitando a criação de um ser coletivo racional ao modo de Bodin.

Estado em oposição à "corte", que designava a "pessoa investida de autoridade" - é de fundamental importância para o surgimento da noção moderna de "público" em Habermas (1984). Podemos encontrar um paralelo em Foucault (1979), quando ele marca a passagem da "arte de governar" para a "ciência de governar", pois é nessa passagem que a "população" aparece como problema econômico de Estado, ou seja, como questão pública. A redefinição do público é marcada em ambos os casos pelo estabelecimento do capitalismo como modo de produção, pois, nesse momento, a separação clássica entre o que era de domínio da *polis* do que era de domínio do *oikos* (casa) declina à medida que o âmbito doméstico constitui-se como problema da economia de maneira geral. Para uma análise mais profunda da questão da "governamentalização da população" em Foucault ver FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

14 A expressão "opinião pública" já havia sido utilizada por Rousseau, mas ele partia, na maior parte das vezes, de uma concepção negativa de opinião, a opinião é considerada uma forma de conhecimento menor. Essa concepção deriva da oposição clássica entre *doxa* (opinião) e *episteme* (conhecimento), segundo a qual a *doxa* não constitui um conhecimento verdadeiro, sendo derivada de impressões equivocadas proveniente dos sentidos. Um texto que apresenta a discussão clássica sobre o problema da *doxa* é o *Mito da Caverna* de Platão, presente no livro VII de *A República*. Em Rousseau o termo "opinião pública" remete ou à tradição e aos costumes de um povo ou à opinião popular relacionada a uma "estima pública". De uma ou outra forma, a opinião pública revela sua fragilidade. (Nascimento, 1989).

A crença na vitalidade e no papel político da imprensa levou o filósofo político inglês David Hume, em meados do século XVIII, a publicar um texto intitulado *Da Liberdade de Imprensa*, no qual o mesmo mostra-se arrebatado com a liberdade gozada na Inglaterra¹⁵:

O entusiasmo do povo precisa ser freqüentemente instigado, a fim de refrear as ambições da corte; e o medo de que esse entusiasmo seja instigado precisa ser usado para evitar essas ambições. Nada contribui tanto para este fim como a liberdade de imprensa, graças à qual é possível usar todo o *saber, inteligência e gênio* da nação em favor da liberdade, e exortar todos a defendê-la.

Os monarcas teriam que governar sob a vigilância severa da opinião pública. Suas razões deveriam ser públicas para que publicamente fossem julgadas pelos "esclarecidos", que fariam de sua racionalidade crítica um instrumento para conseguirem alguma influência sobre as decisões do poder estatal (Habermas, 1984). A opinião pública formada com base no princípio da publicidade kantiano não almejava "o poder", mas colocava-se como uma força que seria responsável pela legitimação das ações da autoridade pública, pois permitiria uma racionalização pública da política. A razão precisava, como afirmou Kant (Habermas, 1984), "ter o direito de falar abertamente, pois a verdade não iria aparecer à luz do dia".

Historicamente, a polêmica pretensão dessa espécie de racionalidade desenvolveu-se contra a política do segredo de Estado praticada pela autoridade principesca no contexto do raciocínio público das pessoas privadas. Assim como o segredo serve para manter uma dominação baseada na *voluntas*, assim também a publicidade deve servir para impor uma legislação baseada na *ratio*. (Habermas, 1984, p.71)

Dessa maneira, continua Habermas,

[...] desenvolve-se uma consciência política que articula, contra a monarquia absolutista, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas e que, por fim, aprende a se auto-legitimar, ou seja, afirmar a

15 Hume, em um texto intitulado *Da Liberdade de Imprensa*, mostra-se entusiasmado com a liberdade concedida pelo governo inglês "de comunicar ao público quanto nos aprouver, e de censurar abertamente qualquer medida que possa ser tomada pelo rei ou por seus ministros". É mister destacar que a Inglaterra foi o primeiro país a iniciar um processo revolucionário, tendo como princípio a parlamentarização do governo inglês. Apesar da censura imposta em alguns momentos pelo Estado, a Inglaterra foi, de maneira geral, o país no qual a imprensa gozou de maior liberdade, até pelo fato de que tornou-se usual a publicação das discussões parlamentares. HUME, David. *Da Liberdade de Imprensa In: Ensaios Morais, Políticos e Literários*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

opinião pública como única fonte legítima das leis. (Habermas, 1984, p.71)

1.3. A gênese da Esfera Pública

Os espaços onde se dava de maneira politicamente ativa o "uso público da razão" foram reunidos por Habermas sob a categoria histórica "esfera pública burguesa". Esfera de mediação entre a "esfera do poder público" e os cidadãos - setor privado - na qual a partir de discussões baseadas em argumentos racionais, os pares poderiam discutir temas relacionados à *res publica*, constituindo uma instância de crítica em relação às autoridades e à condução dos assuntos da Nação¹⁶ (Habermas, 1984).

Portanto, três critérios fundamentam a existência da esfera pública habermasiana: a) paridade entre os indivíduos, de modo que os debates se guiassem pela "autoridade do argumento"; b) desenvolvimento da racionalidade crítica; c) não-fechamento do público, ou melhor, existência da possibilidade de "acesso universal" (Habermas, 1984; Maia, 2000).

Entretanto, é possível afirmar, como o faz Thompson (1995), que a "esfera pública burguesa"¹⁷ é um tipo ideal, que pôde ser formulado por Habermas a partir de uma análise restrita aos círculos da elite masculina burguesa¹⁸ e às publicações dirigidas a esse público. Thompson, em sua crítica a Habermas, aponta quatro pontos cegos do tipo de esfera pública habermasiana, dos quais apresentaremos três por agora: a) primeiro, a falta de atenção aos movimentos

16 "A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública" (Habermas, 1984, p.42)

17 Habermas em livros posteriores ao *Mudança estrutural da Esfera Pública* atualizou o conceito, criando as subdivisões "esfera pública episódica", "esfera pública de presença organizada" e "esfera pública abstrata" (Habermas, 1997), dessa forma, redimiu-se de certas críticas dirigidas ao idealismo manifestado no conceito de esfera pública burguesa. As demais críticas ao conceito, essas continuam valendo, referem-se à sua dimensão ética e sua pretensa sobrevivência fora das coerções do mercado capitalista.

18 "Uma das críticas mais frequentes feitas a explicação de Habermas é que, dirigindo a atenção para a esfera pública burguesa, ele tende a negligenciar a importância de outras formas de discursos e atividades públicas que existiram nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa, formas que não fizeram parte da sociabilidade burguesa, e em alguns casos dela foram excluídas ou a ela se opuseram" (Thompson, 1995, p.69). Outra contra-argumentação focaliza o acesso da corte à mídia da época: "[...] há mais de uma esfera pública no início da moderna Europa, como a das cortes reais, nas quais a informação política estava disponível em abundância e era avidamente discutida. Governantes como Luís XIV eram muito conscientes da necessidade de se apresentarem sob um foco favorável da Corte para o público, por meio de uma ampla atuação da mídia [...]" (Briggs & Burke, p.79)

sociais e políticos plebeus; b) segundo, a falta de atenção do autor ao caráter subjetivo/tendencioso na escolha do material a ser analisado; e c) o desprezo pela ausência de condições práticas ao pretense "acesso universal" à esfera pública. O último aspecto criticado por Thompson será desenvolvido mais a frente quando chegarmos aos motivos da decadência da esfera pública burguesa apontados por Habermas.

Para o presente trabalho, o aspecto fundamental da análise histórica construída por Habermas, não diz respeito à tipologia da "esfera pública burguesa", mas à formação de círculos de leitura e discussão dos materiais impressos. Pois a partir daí criou-se um *locus* de comunicação nos quais os indivíduos discutiam questões de interesse comum, formavam opiniões ou deliberavam sobre as possíveis ações (Maia, 2000).

Alimentados pelas informações provenientes da imprensa política, os cidadãos reunidos nos salões e cafés das cidades européias passaram negociar suas opiniões como forma de reduzir, ou se possível suprimir a dominação (Habermas, 1984). Dessa forma, fortaleceu-se a idéia da necessidade de organização de espaços de discussão que dessem massa crítica aos cidadãos para que os mesmos se colocassem em uma posição ativa em sua relação com o Estado.

Cria-se assim a opinião pública como dispositivo de representação democrática¹⁹, que seria uma máquina de guerra na relação de poder existente dentro do Estado, sendo a nascente imprensa o espaço primordial de sua expressão. A opinião pública pretende redefinir o papel dos indivíduos do ponto de vista da soberania, mas não construindo propriamente um poder contra a soberania.

[...] a inversão democrática de Rousseau, da soberania do príncipe em soberania do povo, não resolve o dilema: a opinião pública é simplesmente contraposta ao arbítrio e de tal modo submetida às leis imanescentes do público constituído pelas pessoas pensantes que nem sequer poderia ser-lhe atribuída, a rigor, o próprio atributo da vontade mais alta, superior a todas as leis, ou seja, da soberania. De acordo com sua própria intenção, a opinião pública não quer ser limitação de poder nem ela mesma quer ser poder, *muito menos fonte de todos os poderes*. Antes, em seu meio, *deveria modificar-se muito mais o caráter do poder executivo*, a própria dominação. (Habermas, 1984, p.102)

19 O termo Opinião Pública tem seu primeiro registro em Francês por volta de 1750; em inglês, em 1781; e em alemão, em 1793 (Briggs & Burke, p.78)

O passo decisivo para a legitimação da opinião pública dá-se com a institucionalização da "esfera pública" levada a cabo pela ascensão do Estado de Direito burguês no início do século XIX, momento em que foi "garantido" constitucionalmente o direito privado, proclamando as liberdades e os direitos fundamentais dos Homens²⁰. Inicia-se, assim, o processo de liberalização - do ponto de vista da autonomia do indivíduo - e privatização - do ponto de vista do direito à intimidade e à propriedade - da sociedade. O sentido revolucionário de tal processo deve-se ao fato de que ele sustentava a idéia da "eliminação do Estado, sobretudo como instrumento de dominação" (Habermas, 1984).

[...] a sociedade burguesa enquanto esfera privada só se emancipa das diretrizes do poder público à medida que, então, a esfera pública política pode chegar a se desenvolver plenamente no Estado de Direito burguês. (Habermas, 1984, p.99)

As revoluções burguesas iniciadas no século XVIII e prolongadas pelo século XIX deram início a uma reorganização da sociedade que redundou em uma reformulação de suas instituições. A tripartição dos poderes em executivo, legislativo e judiciário - já presente na teoria política desde meados do século XVIII com Montesquieu - com os limites impostos por tal divisão, e a emergência das democracias representativas criou novas condições para o funcionamento da soberania.

Os parlamentos constituem-se ali, em alguma medida, como a representação da opinião pública, sendo que a legitimação do governo pelo voto apresenta-se como fruto da própria "vontade geral". Parlamento, partidos e organizações políticas civis tornam-se espaços primordiais de formação da opinião pública, sendo a imprensa não só um instrumento de fomento e de difusão do conhecimento, mas o principal local de mediação entre a esfera pública politicamente ativa e os cidadãos. Não é por menos que Habermas conclui que: "a Constituição de 1971 conjuga o princípio da soberania popular com o do Estado de Direito parlamentar, que abriga constitucionalmente a esfera pública politicamente atuante"

20 "Um grupo de direitos fundamentais refere-se à *esfera do público pensante* (liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e de associação) e à *função política das pessoas privadas nessa esfera pública* (direito de petição, direito eleitoral e de voto igualitário, etc.) Um outro grupo de direitos refere-se ao status de liberdade do indivíduo fundado na esfera íntima da pequena-família patriarcal (liberdade pessoal, inviolabilidade da residência, etc.). O terceiro grupo de direitos fundamentais refere-se ao intercâmbio dos proprietários privados na esfera da sociedade burguesa (igualdade perante a lei, garantia da propriedade privada, etc.)". (Habermas, 1984, p.103)

(Habermas, 1984, p.122).

Em tal conjuntura, "o povo" é inserido dentro dos mecanismos de legitimação do governo, legitimação essa que tinha como princípio norteador a idéia de soberania. O homem privado configura-se como cidadão - sujeito ativo na constituição do Estado - e a questão central de governo desloca-se da teoria da vontade geral²¹ para a ciência da democracia representativa (Ruby, 1998). Esse deslocamento, entretanto, significa menos uma ruptura do que um prolongamento da vontade geral dentro da democracia.

Sendo a opinião pública entendida como "a voz do povo", ela assumiria, então, o mesmo papel para a democracia moderna, que a assembléia possuía na democracia antiga (Negri, 2005). Institucionalizada, seria um mecanismo que tornaria viável a expressão e a manutenção da *volonté générale*.

Dado a complexidade e o caráter fragmentário das sociedades que se desenvolveram ao longo dos séculos subseqüentes, a imprensa, progressivamente, assume uma posição central na vida política da nação. Primeiro, por ser uma instância de mediação entre Estado e cidadão nos assuntos de "interesse público", segundo, por constituir-se como principal espaço de visibilidade/publicidade nas sociedades de massa e, terceiro, e como consequência, por apresentar-se como instância de afirmação da "opinião pública"²².

1.4. Sobre a decadência da Esfera Pública Burguesa

No prefácio de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), Habermas já aponta para uma das questões fundamentais do livro: a decadência da esfera pública e, conseqüentemente, o ocaso da possibilidade de "opinião pública".

21 Ruby (1998) observa que Rousseau distingue "o ato pelo qual um povo faz a escolha de um governo, e o ato pelo qual ele se constitui em soberano, deixando de ser multidão para constituir em *potência pública*, em povo" (Ruby, p.84). O momento no qual o povo constituiria-se como "potência pública", seria aquele em que o mesmo "percebe-se como *um* no ato de alienação (positiva) pelo qual cada um, unindo-se a todos, não obedece senão a si mesmo, e encontra sua verdadeira liberdade na obediência à lei que deseja." (Ruby, p.85)

22Como bem observa Antonio Negri (2005, p.327), "Embora o público e a opinião sejam noções que remontam à antiguidade, a opinião pública é basicamente uma invenção do século XVIII, que nasceu, não por coincidência no mesmo período que a 'nova ciência' da representação democrática".

Assim como procuramos mostrar que, num sentido preciso, só se pode falar de algo como "opinião pública" na Inglaterra do século XVIII, também consideramos de modo geral a "esfera pública" como uma categoria histórica. (Habermas, 1984, p.9)

O fenômeno apontado por Habermas para definir o processo de decadência e "refuncionalização" do modelo liberal de esfera pública é a "interpenetração progressiva da esfera pública público com o setor privado" em decorrência do desenvolvimento do capitalismo e da passagem do Estado Liberal para o Estado da Social-Democracia. Por um lado, a publicidade "manipuladora" invade os espaços da "publicidade" (crítica), por outro, a esfera privada torna-se alvo de intervenção do Estado. Ou seja, o problema colocado por Habermas surge das interferências resultantes daí, na medida em que a "esfera pública" é atacada por dois lados, pela intromissão do privado e pela ação do Estado provedor da sociedade.

1.4.1. Publicidade, Publicity e a noção de opinião pública

Um imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público e cuja discussão ela apenas prolongava continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa como uma espécie de mediador e potenciador, não mais apenas um mero órgão de transporte e ainda não um instrumento da cultura consumista. (Habermas, 1984, p.215)

Para tratar dos motivos da decadência da esfera pública burguesa, Habermas baseou-se na análise da reestruturação de sua principal instituição: a imprensa (Habermas, 1984). Tal reestruturação destacada pelo alemão foi, então, desvendada a partir da refuncionalização da "publicidade", que vê seu caráter crítico dissolver-se diante do caráter propagandístico da publicidade.

Com a expansão do capitalismo industrial e oligopolista e com o declínio significativo das taxas de analfabetismo, a indústria da comunicação dos séculos XIX e XX se dirigiu para um público cada vez mais vasto²³. Os meios de comunicação tomam, nesse momento, novas

23 Nas bases do desenvolvimento da imprensa existe um ideal funcionalista, que vê nas mídias de massa o papel de libertar os indivíduos das trevas, estimulando sua criticidade para atingir o objetivo do "desencantamento do mundo" (Adorno & Horkheimer). Segundo Sodré (1996), "o horizonte ideológico da imprensa sempre foi a elevação cultural e moral das massas por expressão crítica e disseminação dos valores excelsos do humanismo" (p.45).

dimensões, passando a se dirigir a um sujeito abstrato identificado como uma massa homogênea e indiferenciada, que compunha uma sociedade marcada pela "atomização" dos indivíduos, reclusos nos seus espaços privados (Ferreira, 2001). Delineia-se então o que ficou conhecido como sociedade de massa²⁴.

Na Europa, a partir do século XIX, o desenvolvimento da técnica tipográfica, aliado à formação dos mercados nacionais, do aumento populacional e das grandes concentrações urbanas, faz dissociarem-se como nunca no passado os termos polares da relação de comunicação. De um lado, alinham-se os que escrevem e imprimem; de outro os que consomem e tendem a se constituir numa camada cada vez mais *ampla, dispersa e heterogênea*. (Sodré, 1977, p.17)

Os jornais tornaram-se, então, grandes empreendimentos comerciais e a indústria de comunicação volveu-se cada vez mais robusta, promovendo o desenvolvimento de organizações multimídia (Thompson, p.74). Essas organizações passam, nesse momento, a concorrer pela atenção da massa em escala global, uma vez que essa passou a ser não só a condição de sua sobrevivência mas também um instrumento de poder (Sodré, 1996, p.57). A partir desse momento,

A comunicação adquire um status estruturante porque torna-se dispositivo essencial para a realização do capital em sua fase mais tardia; para o conhecimento cotidiano da atualidade e para costurar em rede o mundo contemporâneo [...] A onipresença tentacular da comunicação e sua manifesta exposição através da permanente fabricação e mediação de sentidos pela mídia constitui a singular ambiência da contemporaneidade. (Rubim, p.48)

Desde o início de seu desenvolvimento nos séc. XV e XVI, os meios de comunicação começaram a exercer um papel mais fundamental na vida política dos indivíduos e na própria constituição das sociedades modernas. Tornando-se ao longo do século XX instância

24 "Para além das contraposições filosóficas, ideológicas e políticas na análise da sociedade de massa - interpretada quer como a época da dissolução das elites e das formas sociais comunitárias, quer como o início de uma nova ordem social em que há maior participação e acordo, quer, enfim, como uma estrutura social produzida pelo desenvolvimento da sociedade capitalista-, alguns traços comuns caracterizam a estrutura da massa e o seu comportamento: a massa é constituída por um agregado homogêneo de indivíduos que - enquanto seus membros - são substancialmente iguais, não distinguíveis, mesmo se provêm de ambientes diversos, heterogêneos e de todos os grupos sociais." (Wolf, p.7)

fundamental de realização da esfera pública²⁵. Contudo, em sua luta contra o "segredo do poder" a mídia assumiu "posições de poder"²⁶ (Sodré, 1996). Nesse ponto, segundo Habermas, com o desenvolvimento do capitalismo e com a transformação da mídia em negócio global, os meios de comunicação deixam de constituir-se como força crítica, passando a prevalecer sua dimensão comercial. Assim,

[...] o jornal [os meios de comunicação de massa de maneira geral] acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. (Habermas, 1984, p.217)

Portanto, de acordo com a análise de Habermas, há uma invasão dos interesses privados na esfera pública, a mídia é colonizada pelo mercado. Este é o ponto que liga Habermas à tradição crítica da Escola de Frankfurt²⁷ (principalmente a Adorno e Horkheimer) em relação aos meios de comunicação. É, exatamente, a predominância do caráter comercial da mídia que faz da mesma não mais o instrumento da crítica, mas da realização do capital. Instrumento da indústria cultural²⁸. Da manipulação dos indivíduos pelo capital. A mídia torna-se espaço da "opinião não-pública" que tenta afirmar sua legitimidade perante a esfera pública.

25 No livro *Direito e Democracia* (1997), Habermas propõe a existência de 3 tipos de esfera pública: "esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua); esfera pública de *presença organizada* (encontro de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partido ou congresso de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente)"[grifo nosso] Habermas *In: MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação.*

26 Quando falamos de "posições de poder" não nos referimos à hipótese do "quarto poder", veiculada desde meados do século XIX, nem queremos nos aproximar da "teoria hipodérmica". Nossa concordância com Sodré está relacionada à maneira como se estabeleceram os sistemas de comunicação, organizados em um oligopólio/monopólio empresarial e na produção e difusão centralizada.

27 "Chama-se Escola de Frankfurt ao coletivo de pensadores e cientistas sociais alemães formado, sobretudo, por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich fromm e Herbert Marcuse. Devemos aos dois primeiros a criação de um conceito que se tornou central para os estudos culturais e as análises de mídia: o conceito de indústria cultural. [...] devemos levar em conta, para bem entendê-los, é que nenhum deles pertenceu de maneira autóctone, ao campo da comunicação" (Rüdiger, p.131) ver Francisco Rüdiger. *A Escola de Frankfurt In: Hodfeldt, Martino & França. Teorias da Comunicação.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

28 Em 1944 Adorno e Horkheimer publicaram o livro *Dialética do Esclarecimento*, onde desenvolveram o conceito de *indústria cultural* no qual dentre outras coisas afirmam: "Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele. Os dirigentes não estão sequer muito interessado em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como ideologia destinada a legitimar o **lixo** que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos. Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção" ver Adorno & Horkheimer. *A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas In: Dialética do Esclarecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

A cultura de integração maciçamente difundida leva o seu público *per se* à troca de opiniões sobre artigos de consumo, submetendo-o à doce coação do contínuo treinamento para o consumo (Habermas, 1984, p.225).

[...] através das "obviedades da indústria cultural" as opiniões não-públicas passam a ser, então, integradas mediante as "publicamente manifestas" de um sistema que é constituído sem ter, frente a estas, qualquer autonomia *in the formation of opinion by discussion*. (Habermas, 1984, p.290)

Ao afirmar o fato de que a troca de opiniões gira em torno de "artigos de consumo", Habermas não restringe sua análise às mensagens publicitárias *strictu sensu*, o que está claro para o autor é que a indústria cultural torna tudo o que toca em "artigo de consumo", pois que "fixa positivamente sua própria linguagem com sua sintaxe e seu vocabulário" (Adorno & Horkheimer, 1985). Não é diferente com a política, que se torna parte do que alguns autores entendem como uma espécie de "espetáculo" midiático²⁹ (Arbex Jr., 2001; Negri, 2005; Levy, 1998; Ianni, 1998; Schwartzberg, 1977) responsável pela decadência da política.

Perante a esfera pública ampliada, os próprios debates são estilizados num show. A "publicidade" perde a sua função crítica em favor da função demonstrativa: mesmo os argumentos são pervertidos em símbolos, ao quais não se pode, por sua vez, responder com argumentos, mas apenas com identificações. (Habermas, 1984, p.241)

Certamente, a análise de Habermas sobre a reestruturação da mídia possui muitos acertos, dentre eles do ponto de vista de seu distanciamento do tipo de "esfera pública burguesa"³⁰ - até pelo idealismo existente na concepção habermasiana de esfera pública. Sem dúvidas, ao fazer da informação objeto de consumo, os meios de comunicação de massa colocam-se no interior

29 Para citar uma argumentação pertinente, vamos recorrer a Octavio Ianni em seu artigo *O Príncipe Eletrônico*: "Aos poucos, o político, o partido, a opinião pública, o debate sobre problemas da realidade nacional e mundial, as possibilidades de opções dos eleitores e a controvérsia sobre planos alternativos de governo, tudo isso tende a basear-se nas linguagens, recursos técnicos, teatralidade e encenação desenvolvidos pelos programas de auditório. [...] Esse é o clima no qual a política tem sido levada a inserir-se como espetáculo semelhante a espetáculo dentro do espetáculo". Pierre Levy (p.76) discorre breve, porém, duramente sobre a relação política-espetáculo: "A ausência de visão e de política a longo prazo provém da combinação entre representação (forma política molar) e televisão (dispositivo de comunicação molar). O sistema é tal que os representantes só visam se reeleger, e utilizam para isso a mídia, que os submete a sua instantaneidade, à sua ausência de memória e de projeto. A política-espetáculo personaliza vergonhosamente as questões, fascina os cidadãos, atomiza-os, massifica-os, não lhes propicia influência alguma sobre os assuntos da cidade".

30 O que não significa propriamente que a categoria criada por Habermas explique a realidade histórica de maneira global, nem que estejamos assumindo a sua existência nos termos colocados pelo autor.

da máquina capitalista e à reproduzem. Além disso, a mídia comercial, de fato, possui uma certa gramática (Sodré, 1977; Ianni, 1998) sob a qual enquadra "os objetos", "as coisas" que ganham visibilidade e, certamente, a "função" crítica não é a que prevalece na indústria midiática.

Entretanto, ao dar ênfase ao caráter "manipulativo" da mídia massiva, ao valorizar o trabalho de formação de opinião desenvolvida pelas *public relations*³¹, Habermas dá base para a crítica desenvolvida por Thompson (1995) à ele

[...] a argumentação de Habermas tende a presumir, de um modo muito questionável que os receptores dos produtos da mídia são consumidores relativamente passivos que se deixam encantar pelo espetáculo e facilmente manipular pelas técnicas da mídia. Nesta presunção, Habermas afirmou sua dívida para com a obra de Horkheimer e Adorno, cuja teoria da cultura de massa parte da inspiração para sua própria explicação. Hoje está claro, todavia, que este argumento exagera a passividade dos indivíduos e aceita muito facilmente tal passividade no processo de recepção. (Thompson, p.72)

O que talvez escape à análise de Habermas, devido à sua confiança no papel pedagógico da imprensa e de uma expectativa de recuperação de sua função revolucionária, é a relação de poder que estão inseridas nas técnicas de comunicação massiva. Não tanto devido ao povo assumir desejos que lhes são estranhos - base da tese da manipulação -, mas devido à obstrução da expressão em uma esfera pública colonizada pelos meios de comunicação de massa: aqui talvez esteja a cristalização do poder midiático.

31 Habermas chega nesse ponto a falar de uma "refeudalização" da esfera pública. "*Public relations* não se referem propriamente à *public opinion*, mas à *opinion [doxa]* no sentido de *reputation*. A esfera pública se torna uma corte, *perante* cujo público o prestígio é encenado - ao invés de *nele* desenvolver-se a crítica" (Habermas, 1984, p.235). Sobre a tese da refeudalização, Thompson mostra-se cético com a comparação empreendida por Habermas entre a política medida contemporânea e o caráter de publicidade representativa típico da idade média: "Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do 'caráter público' hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal". (Thompson, p.72)

Intervalo I. Monopolizando a fala: mídia e poder

Pelo fato de sua importância na crítica às monarquias absolutistas, na formação do Estado-Nação e na estruturação das sociedades contemporâneas, o desenvolvimento dos meios de comunicação foi responsável por uma reordenação dos poderes dentro da relação de soberania. Todavia, se, por um lado, o poder do rei foi posto em discussão, por outro, diferentes formas de exercícios de poder puderam se desenvolver, um deles diretamente ligado à estrutura de produção e difusão midiática.

Em seu livro *O Monopólio da Fala* (1977), Muniz Sodré constrói uma caracterização da forma de comunicação da grande empresa jornalística, observando o fato de que a mesma parte uma desigualdade de troca econômica entre emissor e receptor. Para o autor é fundamental o fato de que as técnicas massivas fixam as posições dos sujeitos no processo de comunicação, não havendo intercâmbio das posições entre quem produz e difunde e quem consome:

De um lado alinham-se os que escrevem e imprimem; de outro, os que consomem e tendem a se constituir numa camada cada vez mais ampla, dispersa e heterogênea. A partir da segunda metade do século XIX, a escolarização, o sufrágio universal, o desenvolvimento industrial e o irreversível processo de urbanização delegam à imprensa o poder de polarizar as demandas de informação por parte de uma massa humana cada vez mais *atomizada e sequiosa de uma identidade coletiva*³². (Sodré, 1977, p.15)

Ao formar-se como a grande indústria de produção simbólica da sociedade de massa, a mídia - entendida como conjunto - tornou-se instância fundamental da vida social. A problemática que se coloca, entretanto, está ligada ao fato de que, nesta trajetória, as expectativas em relação a sua função social continuaram apontando para seu papel democrático, sem que fosse notado - ou ao menos costuma ficar em segundo plano - que seu próprio *modus operandi* não é capaz de corresponder a tal esperança, a não ser segundo uma crença na possibilidade de representação ideal.

32 Temos, entretanto, uma certa discordância com Sodré pelo fato de que sua abordagem, em certos momentos, passa pela crença de que a "massa humana" fica sob o controle midiático. Seu tratamento do "monopólio da fala" parte do princípio de que a comunicação, ou melhor, a troca tornou-se algo de tal maneira raro, que os meios de comunicação só tendem a aprofundá-lo. Apesar das virtudes existentes em sua crítica, Sodré parece, às vezes, chegar à conclusão de que as condições técnicas da comunicação de massa anulam a comunicação de maneira geral.

Mesmo tirando-se o tom apocalíptico que ressoa em Sodré (1977), quando o mesmo analisa o "monopólio da fala" exercido pelos meios de comunicação de massa, de fato, a diferenciação radical estabelecida entre produtores e consumidores passou - mais ainda com o avanço do capitalismo oligopolista - a se constituir como uma questão de relação de poder dentro da sociedade. Não que a mídia erija um "poder absoluto", como afirma o comunicólogo, mas ela certamente apresenta uma estrutura técnica que lhe coloca em uma posição central na difusão da informação e dos discursos de maneira geral.

Os críticos mais radicais tendem a ler a mídia massiva como "preposto ideológico do capital" - não que não seja - e como ator responsável por "difundir e produzir desejos de consumo" (Sodré, 1996), tais críticas foram importantes para a reorientação das *Communication Researches*, que distanciaram-se da descrição das técnicas e de seus efeitos e conquistaram um viés mais sociopolítico. O acúmulo teórico das pesquisas de comunicação ao longo do século XX nos permitem, entretanto, avançar não mais no sentido da descrição do meio, de sua capacidade influência ou de sua função social, mas da análise de sua estrutura constituinte e o reflexo da mesma na ordenação social.

Nesse sentido, vale atentar para o fato de que o sistema massivo funciona necessariamente a partir da negação de muitos discursos possíveis, em favor de uns poucos que encontram espaço. O ponto fundamental, por conseguinte, nos parece ser que "as práticas da informação e da comunicação são constituídas por forças que visam à unificação, à centralização, à homogeneização, à destruição da multiplicidade e da heterogeneidade das falas" (Lazzarato, 2006, p.157). O sistema midiático é estruturado em um regime de escassez, proporcionando o obscurecimento da pluralidade - por mais que fiquemos impelidos a fazer um juízo de valor, esse não é o objetivo de tal reflexão.

O importante aqui, é notar que o poder sobre a produção e circulação dos discursos na "esfera pública ampliada", que no caso da empresa jornalística se exerce como monopólio da produção discursiva para muitos, surge como ponto exato no qual o movimento revolucionário, pretensamente progressista de liberação dos discursos, iniciado com a difusão da imprensa, encontra seu limite. A imprensa foi instrumento fundamental para que a

sociedade conquistasse sua autonomia perante às instituições medievais - Estado monárquico e igreja -, mas passado esse momento inicia-se uma fase em que se coloca em discussão o próprio "poder" midiático - é digno de nota que em meados do século XIX surgem as primeiras publicações que tomam a imprensa por "o quarto poder" (Briggs & Burke, 2004).

Avaliando retrospectivamente - o que é um privilégio de quem pode apontar para o passado e exigir respostas novas -, observa-se que o proeminente papel de desobstrução assumido pela imprensa em seus primórdios, foi suplantado no momento em que se estabeleceram os conglomerados de mídia, organizados em uma rede oligopolista. Pois, apesar das haver resistência e de haver comunicação fora do circuito do *broadcasting*, a forma de difusão e a concentração existente no campo midiático fazem dela, como avalia Lazzarato (2006, p.170) – e tendemos a concordar – "instrumento do poder econômico e político aplicado no domínio do discurso do outro". Ou seja, o problema que emerge está diretamente relacionado à necessidade de se construir alternativas a um sistema que funciona baseando-se na seleção e obstrução das expressões, essa preocupação é compartilhada por Habermas (1984), Lazzarato (2006), Negri (2006), Sodré (1977, 1996) e tantos outros e foi muito bem sintetizada por Cristian Ruby:

Se se entender por *espaço público* [*esfera pública*] o conjunto das rela es no centro das quais se cumpre, ativamente, uma palavra política, ter-se-  sem d vida compreendido que o estado democrático moderno padece de vê-lo colonizado pela média e pelas outras instancias de confisco da palavra. Os cidadãos afastam-se do espaço público porque não podem mais ser aí ouvidos, por não o vivificarem eles mesmos. (Ruby, p.132)

Não que assumamos uma posi o pessimista de que a m dia massiva   responsável pela decadência da política, pela "decadência da esfera pública", mas concordamos que tal técnica de comunica o não favorece a rela o dialógica necessária à atividade política.

Técnicas Molares das Redes Oligopolistas

O cruzamento de duas linhas foi fundamental para que os meios de comunica o de massa adquirissem um papel estrutural nas sociedades contemporâneas: uma de ordem técnica e outra

de ordem econômica e, obviamente, ambos em sua relação com a sociedade. A partir do momento em que a imprensa tornou-se negócio global, distanciou-se a passos largos do ideal democrático e democratizante de seus primórdios. Isso se deu na medida em que o acesso do "público" à imprensa transmutou-se em acesso dos meios de comunicação à massa de consumidores.

O complexo dos meios de comunicação de massa é formado, desde finais do século XIX e início do século XX, no cruzamento entre técnicas molares de comunicação e indústrias de produção de informação - ou "bens simbólicos" - estruturadas em uma rede oligopolista global. Essa rede é responsável pela disponibilização de informação a um amplo público consumidor, que antes afirmado "senhor" da opinião pública parece ter tido seu papel diminuído, senão pela apocalíptica capacidade midiática de manipulação das massas, pela massa - ou público - servir de apoio a sua legitimação como portadora e provedora da opinião pública.

Para que fique clara a complexidade do problema no qual está inserido o "público", a "esfera pública" e a "opinião pública" é necessário refletirmos sobre a técnica³³ de comunicação sobre a qual tais categorias se formaram.

Os meios de comunicação de massa são dispositivos molares (Levy, 1998), colocadas em funcionamento para dar conta de uma sociedade tecnicamente molar, ou seja, sobre a qual exerce-se uma certa força que garante a existência de "amplos agregados ou grupos estatísticos que constituem, mediante processos de integração e representação, um conjunto coeso e unitário" (Negri, 2003, p.75). Ou seja,

para obedecer às necessidades de gestão de massa dos humanos, as pessoas não são consideradas em si ou em relação ao todo, mas por pertença a categorias, no interior das quais os indivíduos são intercambiáveis. Por trás dessa identidade de pertença, as pessoas são

33 Apesar de em alguma medida concordarmos com a famosa máxima de McLuhaniana "o meio é a mensagem" - na medida em que as possibilidades de expressão em um meio técnico estão condicionadas aos limites impostos pelas variáveis do meio -, acreditamos que as apropriações sociais dos meios extrapolam os determinismos tecnológicos, uma vez que são os atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas (Levy, p.22). Não fazemos aqui, portanto, a defesa da neutralidade ou da autonomia tecnológica, pelo contrário, "sabemos muito bem que máquinas e tecnologias não são entidades neutras e independentes. São ferramentas biopolíticas dispostas em regimes específicos de produção, que facilitam certas práticas e proibem outras" (Hardt e Negri, p.429). É devido à essas observações que construímos uma crítica às técnicas de comunicação empregadas pela mídia massiva.

consideradas em massa, por alto, como "números", independentemente de sua riqueza molecular. (Levy, 1998, p. 56)

Nesse sentido, como técnicas molares, os meios massivos relacionam-se com seu público monologicamente, difundindo mensagens para um corpo homogêneo, que possui sua capacidade de *feedback* restrita à interpretação, melhor dizendo, "retiram dessa multiplicidade de receptores qualquer possibilidade de resposta, toda possibilidade de reciprocidade, de encontro" (Lazzarato, 2006, p.168). Nesse sentido, constituem-se máquinas de expressão que despotencializam as singularidades, enquanto potencializam-se como instâncias de representação do público.

A comunicação dirigida às massas, encontra-se, dessa forma, ligada de duas maneiras à homogeneização. A primeira é a homogeneização dos indivíduos, o que se dá pelo recurso à molaridade, e a segunda é a homogeneização das mensagens (Negri, 2005), promovida pelas redes oligopolistas de comunicação, que funcionam segundo um sistema definido "pela produção centralizada, pela distribuição em massa e pela comunicação de mão-única" (Negri, 2006, p.320).

Um número relativamente pequeno de empresas (ou, em algumas regiões, um único empresário como Rupert Murdoch, Silvio Berlusconi ou Ted Turner) pode efetivamente dominar todas essas redes. Este modelo oligopolista não é um rizoma mas uma estrutura em forma de árvore, que subordina todos os galhos à raiz central. (Negri, 2006, p.320)

Aqui, público, esfera pública e opinião pública passam a ser categorias não simplesmente viabilizadas por técnicas de comunicação que possuem grande alcance social, tais categorias mesmas passam a se referir de maneira circular aos próprios meios de comunicação de massa. O *público* como "audiência" é o sujeito que agrega poder a um meio mediante disponibilização de sua atenção, a *esfera pública* é o espaço de manifestação do mesmo poder e a *opinião pública* tende a ser a própria realização do poder - voltamos a afirmar que não por uma questão de manipulação -, pela facilidade que os meios de comunicação tem de cristalizar tal "fenômeno".

Entretanto, ao falsificar a relação de troca própria do processo de comunicação, tornando-a

um ato unilateral³⁴, os meios de comunicação não agem por ideologia, como pensa Sodré (1977, 1996), mas por técnica. E se a falta de reciprocidade na comunicação não se apresenta como problema para o mercado de comunicação, é pelo fato de que sua viabilidade não baseia-se na seção "carta do leitor", nem na inserção de discursos múltiplos, nem em qualquer forma de participação do público, mas na medição da audiência.

Dessa forma, a legitimidade social construída pelo funcionamento como máquina pedagógica e revolucionária no século XVIII, pela proteção dos interesses do povo e da nação, pela defesa da soberania popular (Nascimento, 1989) e pela promoção do interesse público pode se desenvolver em um monopólio sobre a visibilidade pública no XX. Nesse sentido, a imprensa, como meio capaz de fazer os discursos penetrarem na sociedade e instrumento primordial de "publicização" (Rubim, p.31), acabou por reter uma grande força política. Melhor dizendo - pelas palavras de Antonio Rubim Canela (1994):

O controle e o tendencial monopólio social do ato de publicizar e dar visibilidade aparece como um dos novos momentos de inscrição do poder [...]. Ainda mais quando se sabe que essa dimensão pública não só se tornou condição da contemporaneidade como também as regras de ordenamento democrático da sociedade. (Rubim, 1994, p.36)

Pelo fato de ser instância primordial para a circulação dos discursos, a mídia serve à aglutinação dos interesses coletivos e, ao mesmo tempo, é o espaço de visibilidade e crítica do poder público. Além disso, o sistema de comunicação formado no século XX atinge uma vasta camada da sociedade, de uma maneira que nenhum outro artefato de comunicação havia conseguido.

Isso é o que permite que os meios de comunicação de massa identifiquem-se com a opinião pública, confundindo-a consigo. Se realmente "o equivalente atual de 'Deus está conosco' é 'a opinião pública está conosco'", a questão é que a mídia de massa, supostamente, contém esse deus. Para ser mais claro, o fato de assumir a função de medição entre Estado e sociedade e de ser o principal espaço de visualização dos discursos, parece torná-la a porta-voz da opinião pública.

34 Logicamente, há todo um estudo sobre as mediações que não pode ser desprezado, contudo, a resistência imposta pelo "receptor", como hermenêuta que é, fica em segundo plano no momento em que ela não tem as mesmas condições de expressão do "emissor". Melhor dizendo, a troca torna-se um processo falso quando se trata dos meios de comunicação de massa, pois não há possibilidade de inversão dos pólos.

Entretanto, uma das mais frequentes críticas dirigidas à mídia de massa é que ela não dá visibilidade a uma série de opiniões periféricas - ou mais do que isso, constrói uma imagem negativa de algumas delas. Ou seja, certas opiniões encontram menos oportunidade de concorrer na esfera pública ampliada. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o nascimento da prensa confunde-se com o da ideia de opinião pública, as condições de produção e difusão da imprensa, ao menos na contemporaneidade, negam a possibilidade de expressão pública à algumas opiniões.

Este problema deriva, a priori, de uma limitação técnica: o sistema midiático não é capaz de fornecer um sentido sem negar a existência de outro. E isso não se resolve simplesmente promovendo-se uma "comunicação ética", pois a representação da realidade *top-down* significa de qualquer maneira mais negação do que afirmação. O ponto fundamental, no nosso entender, é que cada pessoa, opinião, tema, informação que ganha visibilidade, significa o ocultamento de (pelo menos) alguns outros.

1.4.2. Estatização da sociedade

O segundo motivo da decadência da "esfera pública burguesa" descrito por Habermas (1984) está na "socialização dos direitos" promovida pelo Estado. Para relacionar a emergência do Estado social-democrata e a decadência da esfera pública burguesa, Habermas destaca o papel normalizador do Estado que se coloca como instrumento para abrandar as desigualdades erigidas dentro do setor privado. Nesse sentido, sua crítica parte do princípio que tal intervenção governamental não só dificulta o estabelecimento de um setor privado separado do poder público, ponto fundamental na "esfera pública burguesa", como despotencializa o caráter crítico da esfera pública.

[...] as intervenções do Estado, mesmo onde tenham sido obtidas contra interesses "dominantes", estão no interesse da *manutenção de um equilíbrio do sistema* que não possa mais ser assegurado através do mercado-livre. (Habermas, 1984, p.174) [grifo nosso]

Dessa forma, o Estado passa a negociar com o setor privado de duas formas: volta-se à sociedade como gestor, por um lado, e regulamenta a economia para garantir que certos problemas públicos possam ser resolvidos recorrendo-se ao setor privado - que assume "funções públicas" em certos segmentos - educação, saúde e segurança, por exemplo. Esses processos são descritos por Habermas como "socialização do Estado" e "estatização da sociedade" (Habermas, 1984, p.180).

[...] a fronteira entre o público e o privado tornou-se um marco importante nos debates políticos quando os governos procuraram redefinir o escopo da atividade estatal, expandindo os serviços e investimentos públicos ou, alternativamente, removendo preocupações do setor público para o privado através de privatizações. (Thompson, p.111)

A necessidade de atuar sobre o setor privado no sentido de administrar as desigualdades construídas na esfera do mercado-livre - ou da autonomia privada - significa para o Estado a assunção da "tarefa de prevenir, em longo prazo, modificações da estrutura social ou, então, ao menos de atenuá-las" (Habermas, 1984 p.175). A universalização de certos direitos, só foi possível graças às funções reguladoras assumidas pelo estado e não por um trabalho racional

na "esfera pública"³⁵, o que significa, para Habermas, que estamos diante de uma situação limite para a última. O acesso generalizado à esfera pública é realizado pelo Estado na negação da autonomia privada.

Assim, o próprio sistema jurídico é afetado na medida em que o Direito Privado³⁶ vê-se frente a frente com as intervenções promovidas pelo Estado no sentido de regular os interesses nascidos na esfera privada. Ou melhor,

Através de leis e de medidas administrativas, o Estado intervém profundamente na esfera do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social, pois os interesses concorrentes das forças sociais se transformam em dinâmica política. (Habermas, 1984, p.176)

O que Habermas entende, entretanto, como decadência da esfera pública se dá menos como uma ruptura do que como uma continuidade do Estado Liberal em relação ao "Estado-social". Ambos vão ao encontro dos interesses privados - um para garantir um setor privado autônomo outro para garantir melhores condições sociais -, assim como ambos baseiam sua administração tendo em vista o mercado.

A passagem de uma forma-Estado à outra se dá dentro das próprias necessidades do modo de produção capitalista³⁷, uma vez que ao voltar-se para "o social" ele "não só tornou suportável as condições de vida do trabalhador: manteve ao mesmo tempo abertos os mercados de colocação dos produtos acabados, impedindo um ataque suicida do capitalismo, devido à distribuição cada vez mais desigual dos salários." (Strachey *apud* Habermas, 1984, p.174)

Se os interesses privados aparecem com cada vez mais frequência dentro da "esfera pública" não é por outro motivo se não pelo fato, observado por Michel Foucault tanto em *Microfísica do Poder* (1979) como em *História da Sexualidade I* (1988), de que com o surgimento do

35 O próprio fato dos interesses privados organizados - seja dentro dos partidos, dos sindicatos ou do próprio parlamento - estarem presentes e atuantes na esfera pública institucionalizada leva também a uma interpenetração entre os âmbitos "público" e "privado". As decisões políticas não se referem mais ao "bem comum" mais à "relação entre as forças presentes na esfera pública (Habermas, 1984).

36 "Na sociedade industrial organizada como Estado-social multiplicam-se relações e relacionamentos que não podem ser suficientemente bem ordenados em institutos quer do Direito Privado, quer do Direito Público; obrigam antes, a introduzir normas do assim chamado Direito Social" (Habermas, 1984, p.177).

37 Não estamos afirmando, aqui, que os processos de "socialização do Estado" e "estatização da sociedade" são obras do capital. Entendemos que a emergência do *Welfare State* se deu dentro de uma dinâmica de lutas empreendidas dentro da sociedade e que tais lutas traduziram-se em ganhos materiais importantes para os "não-proprietários".

mercado, com as reivindicações burguesas de "autonomia privada" e com o nascimento da economia política - todos processos que se desenvolveram ao longo do século XVIII - a vida da população torna-se questão de governo.

Uma suposta separação entre público e privado no Estado somente pode haver existido enquanto a questão central dos governos foi a soberania e o Estado foi objeto de disputa entre forças antagônicas. A partir do momento que as revoluções burguesas realizam-se, o homem privado domina a esfera do poder público e as questões privadas (do mercado) tornam-se elas mesmas as questões fundamentais para o Estado. Segundo Foucault no século XVIII e ao longo do século XIX o Estado passa a ser dirigido a partir de uma "ciência de governo", a força já não basta para o exercício do "poder público".

O que fica em segundo plano na apreciação empreendida por Habermas é que o que ele entende por "estatização da sociedade" e "socialização do Estado" é, na realidade, parte de uma adaptação do governo, ou seja, serve à própria manutenção do Estado. Se a autonomia privada reivindicada pelos burgueses é dissolvida dentro do Estado que se volta para a sociedade, não é simplesmente porque o Estado tenta resolver as mazelas do mercado na busca de redemocratizar a "esfera pública", mas sim devido ao fato de que um controle efetivo sobre a população tornou-se fundamental para a existência do mesmo.

Mediante a gestão o Estado garante sua existência econômica e política. Ou melhor, o controle efetivo sobre a população tornou-se fundamental na medida em que "a vida entra para a história" (Foucault, 1988).

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal. (Foucault, 1979, p.292)

Em um ponto Foucault e Habermas concordam: as condições de existência da população

tornam-se uma questão importante para o governo da sociedade. Entretanto, as análises possuem diferenças fundamentais. Primeiro, enquanto em um a vida – e suas condições de produção e reprodução - é que entrou no Estado (Foucault 1979, 1988), noutra é o Estado que se ocupa da vida privada (Habermas, 1984).

A segunda diferença é uma questão de abordagem. Enquanto Habermas olha a situação pelo ponto de vista do direito, preocupando-se com a interpenetração entre as esferas pública e privada, o que justifica sua análise da "decadência da esfera pública burguesa", Foucault a olha querendo encontrar os focos de exercício de poder³⁸. Ou seja, Foucault está preocupado com as estratégias e as táticas investidas nos dispositivos que possibilitam a preservação do Estado e Habermas com o desaparecimento do que ele considera como modelo ideal de esfera pública.

38 Ficamos com a definição de Deleuze: "Um exercício de poder aparece como um afeto, já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças (com as quais ela está em relação) e de ser afetada por outras forças. [...] a força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência" (1988, p.79).

2. A Governamentalização do Estado: o governo, a população e as técnicas

2.1. A Governamentalização e a opinião pública

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (Foucault).

A consolidação das revoluções burguesas e a emergência dos regimes democráticos fazem parte de um mesmo processo decorrente da liberalização do mercado e da afirmação da "soberania popular", que era reivindicada baseada no direito do Homem, que naturalmente livre, deveria ter resguardada sua autonomia privada (Ruby, 1998).

O soberano não teria mais o direito de "dispor da vida de seu súditos". Tal direito, sintetizado por Foucault (1988) como, "de vida e morte" ou de "causar a morte e deixar viver" não era mais possível de se realizar em uma sociedade baseada na produção e no consumo de mercadorias. A vida da população, a partir de então, deveria ser gerida para que o governo fosse de fato eficiente e próspero.

Passamos da "arte de governo para a ciência política de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo [...]" (Foucault, 1979, p.290). Nessa passagem, que ocorre no século XVIII, a população surge como problema e desenvolve-se a necessidade de um saber sobre a "economia política", a política como controle dos aspectos econômicos dos indivíduos, no caso, da população. Essa observação leva Foucault a escrever:

Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de uma família. Uma expressão importante no século XVIII caracteriza bem tudo isto: Quesnay fala de um bom governo como de um "governo econômico". (Foucault, 1979, p.281)

Foucault entendeu essa reorganização dos poderes dentro do Estado por "governamentalização", que não significa uma simples ultrapassagem das relações que fundamentavam a "sociedade de soberania"³⁹ e a "sociedade disciplinar"⁴⁰. Tal dispositivo de poder, na verdade, basear-se-ia no triângulo "soberania-disciplina-gestão governamental", sendo a população seu principal alvo.

Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A idéia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. (Foucault, 1979, p.291)

Por um lado, a soberania não seria o principal instrumento na perspectiva do governo, uma vez que para a nascente *teoria do governo* "não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou *utilizar ao máximo as leis como táticas*" (Foucault, 1979, p.284). Por outro, os "regimes disciplinares", bastante estudados por Foucault, responsáveis pela "docilização" e pela "fabricação" de corpos não corresponderiam à principal forma de subjugação, pois que centravam-se no "corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças" (Foucault, 1988, p.151).

O problema colocado na *governamentalidade*, que é de fato interessante para o presente trabalho, é outro. Apesar de nem a soberania nem a disciplina serem eliminadas na "governamentalização da sociedade" - estando combinadas à última -, são as formas de gestão social colocadas em funcionamento pelo Estado que aproximam a opinião pública das novas táticas e técnicas postas em uso. Todavia, é na relação entre soberania e opinião pública, que tais técnicas tornam-se mecanismo tático de governo.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo do que como força do soberano; a população aparece como

39 A sociedade de soberania define-se pelo poder de vida e morte acumulado pelo soberano.

40 Segundo Foucault (1988), as sociedades disciplinares caracterizam-se pela penetração capilar de relações de poder na sociedade. As instituições cumprem a função de dotar o corpo social do máximo de produtividade, a partir da aplicação intensiva do conhecimento científico sobre os indivíduos.

sujeito de necessidades; de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (Foucault, 1979, p.289)

2.2.1. Estado e população: técnicas, táticas e opinião pública

O surgimento da “nova ciência de governar”⁴¹, que, segundo Foucault (1979), teria nascido no final século XVIII, inseriu a população nas engrenagens do Estado, uma vez que ao "bom governo" percebeu-se que seria necessário lidar com os fenômenos referentes à população. Ou seja, os efeitos econômicos específicos dos cidadãos tornam-se questão de governo. Mais do que isso, para Foucault (1988), "foi graças à percepção dos problemas específicos da população, graças ao isolamento deste nível de realidade, que chamamos a economia, que o problema do governo pôde ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania".

A estatística cumpriria, nesta ocasião, o papel fundamental de revelar os processos por qual passa a população, sua regularidade possibilitando, segundo Foucault (1988), a emergência durante o século XVIII de um poder sobre a vida, ou em outros termos, de um "bio-poder"⁴².

[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. (Foucault, 1988, p.152)

O nascimento da tática que Foucault entendeu por *bio-política da população* está ligada ao desenvolvimento de técnicas que tomam a população por objeto. A fim de conquistar capacidade de governo - isso é, de obter um certo controle sobre a economia - o Estado se põe a conhecer as minúcias da população, suas necessidades e suas aspirações.

41 Foucault não tratou especificamente da opinião pública, mas sim dos dispositivos de administração da vida da população dentro do quadro de florescimento do capitalismo, da separação da economia como "nível de realidade" e do nascimento da economia política. Trata, portanto, de duas formas de *biopoder*: a *anatomo-política* ou *disciplina do corpo*; e a *bio-política* ou *regulação da população* (Foucault, 1988).

42 Na passagem das *sociedades de soberania* para as *sociedades disciplinares* Foucault observa que "o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte", ou seja, "agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa" (Foucault, 1988, p. 150 e 151). Essa mudança significa para Foucault o nascimento do *biopoder*.

"A velha potência de morte em que simbolizava o poder soberano, é agora, cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (Foucault, 1988, p.152). Tal interesse do Estado pela vida emerge uma vez que a troca de mercadorias arrebenta os limites da economia doméstica e torna-se um problema de - e traz soluções para o - governo.

Logo, o "bom governo" passa a depender da *regulação da população*. Sendo tal regulação possibilitada por meio de métodos científicos de verificação das condições sócio-econômicas dos indivíduos. O instrumentos utilizados, pois, eram o conhecimento demográfico, a estimativa da relação entre recursos e habitantes e a tabulação das riquezas e de sua circulação (Foucault, 1988). A estatística cumpriria, assim, uma função vital na governamentalização, pois

[...] se a estatística tinha até então funcionado no interior do quadro administrativo da soberania, ela vai revelar pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que a população através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos. (Foucault, 1979, p.288)

No entanto, a "entrada da vida na história", que, em certo ponto de vista, é "a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder" (Foucault, 1988, p.154), significa também uma reorganização da relação de soberania. A contrapartida de uma população que produz riqueza é o cidadão burguês que reivindica a sua força perante e contra o Estado monárquico, ou como prefere Habermas (1984), que reivindica sua "autonomia privada" e, assim, a liberdade de constituir uma "esfera pública" politicamente atuante.

Duas técnicas, ou em outros termos, duas forma de biopoder⁴³ nascem, logo, durante o século

43 Segundo Negri, em concordância com Foucault, "o biopoder se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida" (Negri, 2006, p.43).

XIX com a população como alvo e em função da governamentalidade: o censo, parte fundamental da *bio-política da população*; e as técnicas molares de verificação da opinião, que permitem aos governos darem uma visualidade à "opinião pública" e se utilizarem da mesma na relação de soberania.

As revoluções burguesas e o posterior estabelecimento de regimes democráticos na Europa - que já no século XIX começaram a se espalhar pelo mundo - são frutos do processo político no qual a burguesia mergulhou e trouxe a tona "o cidadão", sujeito ativo do Estado de direito. Uma nova variável começa a ser levada em consideração de maneira inédita dentro da soberania. Dessa forma, o sufrágio⁴⁴, seja como expressão da soberania popular ou como função responsável pela soberania nacional, torna-se a partir do século XIX o engenho que dá materialidade à opinião pública, fazendo com que algo próximo de uma "vontade geral" se afirme conforme lei. A opinião pública deve ser apreciada para a legitimação do governo.

O voto é, portanto, um mecanismo que promove a ligação entre soberania, opinião pública e *volonté générale*, fazendo com que o Estado funcione em acordo com a soberania popular⁴⁵ - sobre a qual se apóiam discursos mais otimistas em relação à opinião pública. A validade de tal ligação dá-se pelo fato de que o povo tem sua autonomia para escolher um governante, que tem - por dever - a função de gerir, regular a população. Enfim, na *governamentalização do Estado* a gestão da vida é complementada pela vida requisitada à legitimar a gestão.

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da revolução francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador. (Foucault, 1988, p.157)

O refinamento tático do governo passa, portanto, pela institucionalização da "esfera pública", que foi responsável pela inserção da suposta/fictícia opinião pública em um regime

44 Se durante todo o século XIX, dentro do Estado Liberal, cidadão e proprietário coincidem (Habermas, 1988), com a emergência do Estado-social no século XX amplos setores da sociedade ganham *status* de cidadão, ou seja, são incluídos no processo de legitimação do governo.

45 Não tratamos o que entendemos como soberania popular em termos absolutos, ou seja, não estamos de acordo com a máxima constitucional "o poder emana do povo e deve ser exercido em seu nome". Tal soberania popular é uma ficção construída dentro do Estado de Direito burguês como forma de justificar o governo e as relações de poder cristalizadas ali.

de controle do Estado. O parlamento e os partidos, que são constituídos por segmentos do setor privado, tornam-se parte do próprio Estado, dessa maneira, a opinião pública estaria devidamente "representada", tendo capacidade inclusive de legislar - crença que Habermas (1984) faz questão de negar.

Isto é, a institucionalização da esfera pública e, por isso mesmo, da opinião pública foi fundamental para criar instâncias de representação dos anseios do "povo". Entretanto, mostrou-se insuficiente à medida em que a política tornou-se negócio de profissionais e passou a se dar em um setor relativamente distante da massa da população. O "povo" é indagado sobre sua posição sem ser, no entanto, solicitado à interferir de maneira mais efetiva no governo, a participação política restringe-se a suas manifestação plebiscitárias. A base da democracia moderna está, portanto, na sua confiança de que a representação numérica é suficiente para garantir a defesa da "vontade geral", da "opinião pública".

Por acreditar na existência em uma opinião pública de fato somente no período pré-revolucionário, Habermas tende a classificar as opiniões que emergem nessa esfera pública institucionalizada como "opiniões não-públicas" ou "quase-públicas" que ganham publicidade (publicity). Apesar de existir um certo grau de lamentação de uma opinião pública⁴⁶ verdadeira que se perdeu, a crítica habermasiana mostra que as "formas" dadas à opinião pública são, na verdade, uma ficção construída dentro do Estado de direito:

A ficção constitucional dita opinião pública não pode mais ser identificada no comportamento real do próprio público; mas computá-la em determinadas instituições políticas também não lhe tira o caráter fictício caso se faça abstração do nível do comportamento do público de um modo geral. (Habermas, 1984, p.278)

Nesse contexto, a opinião pública torna-se não só um "eco plebiscitário", como bem observou Habermas (1984), mas um dispositivo de poder. As forma de representação emergentes no Estado de Direito comprovam a assertiva, pois são elas que são requisitadas nos momentos críticos. É devido ao caráter representativo que, quando precisa, o Estado

46 Habermas chega a afirmar que "o consenso fabricado não tem a sério muito em comum com a opinião pública, com a concordância final após um laborioso processo de recíproca '*Aufklärung*' (Esclarecimento), pois o 'interesse geral', à base do qual é que somente seria possível chegar a uma concordância racional de opiniões em concorrência aberta, desapareceu exatamente à medida que interesses privados privilegiados a adotaram para si a fim de se auto-representarem através da publicidade" (Habermas, 1984, p.228). Nota-se, portanto, um certo romantismo no ponto de vista do autor, que destaca a decadência da racionalidade pública, que levaria a uma opinião pública verdadeira.

pode se colocar acima dos interesses, opiniões e vontades dos cidadãos.

Por outro lado, nos momentos em que a "opinião pública" escapa às mãos do Estado, o mesmo tem por direito a capacidade tanto de reassentá-la dentro de suas estruturas quanto de suprimi-la quando necessário. Sem duvidarmos do caráter revolucionário assumido pela formulação de opinião pública do século XVIII, com a institucionalização da esfera pública a idéia de opinião pública nos parece ativar um biopoder, uma vez que ela passa a ser requisitada para que o governo torne-se legítimo. A opinião que dá origem à opinião pública é mais um instrumento do governo, do que um atributo do cidadão.

A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas (Foucault, 1979, p.218)

Esclarecendo (ou Iluminando) a Opinião Pública

3. A opinião pública como saber

Se a *opinião pública*⁴⁷ se constituiu como domínio a conhecer foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível: e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. (Foucault, 1988, p.108)

A regra de imanência - exposta na citação acima - desenvolvida por Foucault em *História da Sexualidade I* é nosso ponto de partida para um avanço sobre o tema da opinião pública não como um fenômeno - mesmo que histórico, como analisa Habermas (1984) -, mas como uma construção derivada de uma vontade de saber e como um *dispositivo*. Ou seja, nos permite compreender que o conhecimento da - e sobre a- opinião pública é o fruto de uma relação de poder entre Estado e população.

Se a afirmação da opinião pública tinha no período revolucionário o objetivo de eliminar a dominação exercida pelo Estado por meio do debate crítico entre os cidadãos na "esfera pública burguesa", com a instituição do Estado burguês de direito ela converteu-se em uma tática para a legitimação do governo, em um biopoder. O povo deve ter seus interesses ouvidos e reproduzidos dentro das estruturas do Estado - na forma de escolha dos governantes -, pois ele tem uma função fundamental na existência do último, mas seus anseios não são atendidos integralmente, são refinados e controlados.

Para haver governamentalidade é necessário que os indivíduos estejam minimamente de acordo em serem governados, ou que pelo menos possam ter alguma atividade política assegurada dentro de um Estado de regime democrático. Nesse sentido, a lógica percebida por Foucault (1979) como governamentalização do Estado, apoiada sobre a tríade soberania-disciplina-gestão governamental, encontra seu melhor funcionamento a partir de certas táticas e técnicas que dão materialidade à opinião pública.

Enquanto a análise habermasiana parece estar preocupada em estabelecer uma ontologia da

47 O termo no original é *sexualidade*. A substituição empreendida por nós modifica radicalmente o texto do autor, entretanto, nossa intenção não é colocar "palavras na boca" de Foucault, mas mostrar que sua metodologia de análise cabe também neste domínio.

opinião pública para mostrar como ela já não mais existe na sociedade de massas - afinal, ele a apresenta como uma opinião pública ideal, responsável por criar um consenso revolucionário -, nosso trabalho pretende apreendê-la como "estrato"⁴⁸ e em sua relação com a soberania. Ou seja, não buscamos o que seria a essência da opinião pública, nem o que daria a ela um caráter revolucionário, mas sim como um certo discurso sobre a opinião pública devidamente ligado à soberania, tornou possível um governo eficaz do Estado, à medida em que prestou-se à tarefa de quantificar a "vontade geral".

Apreender a opinião pública como estrato significa observar que a mesma está baseada em uma relação saber-poder. A opinião pública é, assim, do nosso ponto de vista, uma "formação histórica" composta por enunciados e por visibilidades. Em Foucault, é a partir da relação transversal⁴⁹ entre os enunciados e as visibilidades que os estratos constituem-se como produtor de verdade. No presente trabalho, a junção entre os discursos sobre a opinião pública e certos regimes de luminosidade - como as pesquisa de opinião, o sistema de voto, o parlamento e a imprensa (instância fundamental de visibilidade dos discursos) - é que tornam possível uma verdade sobre a mesma.

Não existe na realidade algo que se possa verificar como "a" opinião pública - e isso Habermas já havia notado⁵⁰ -, existe sim uma vontade de saber sobre e existem formas de representação da mesma. As pesquisas de opinião, que começam a aparecer menos de meio século depois que o termo "opinião pública" ganha sua conotação moderna⁵¹, são um indicativo de que entre opinião pública, saber e poder existe uma continuidade.

48 Uma boa definição de "estratos" encontra-se no livro *Foucault* escrito por Deleuze (1988): "Os estratos são formações históricas, positivities ou empiricidades. "Camadas sedimentares", eles são feitos de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e campos de legibilidade, de conteúdos e de expressões" (Deleuze, 1988, p.57). Deleuze, no mesmo livro, fala de "formação histórica" para tratar dos estratos. Portanto, ora usaremos um, ora outro para tratar da opinião pública.

49 Falamos de relação transversal por concordamos com Foucault na não-continuidade entre ver e falar. "Enquanto nos atemos às coisas e às palavras, podemos acreditar que falamos do que vemos, que vemos aquilo de que falamos e que os dois se encadeiam: é que permanecemos num exercício empírico. Mas, assim que abrimos as palavras e as coisas, assim que descobrimos os enunciados e as visibilidades, a fala e a visão se alçam a um exercício superior, *a priori*, de forma a cada uma atingir seu próprio limite que a separa da outra, um visível que tudo o que pode é ser visto, um enunciável que tudo que pode é ser falado" (Deleuze, 1988, p.74).

50 O problema na explicação de Habermas sobre a opinião pública é que ele acredita que ela existiu como fenômeno durante o período revolucionário. Para Habermas, Homens racionais, discutindo publicamente questões de interesse geral foram responsáveis pela formação de uma opinião pública, por meio do consenso, que foi o instrumento utilizado para eliminar a dominação exercida pelo Estado monárquico.

51 "O primeiro exemplo conhecido de pesquisa de opinião foi uma enquete conduzida pelo The Harrisburg Pennsylvanian em 1824, a qual mostrava Andrew Jackson a frente de John Quincy Adams por 335 a 169 votos, na disputa pela presidência dos Estados Unidos. Esse tipo de enquete—tendenciosa e sem consistência científica— gradualmente tornou-se mais popular, mas permaneceu como um fenômeno local, geralmente restrito a uma única cidade" (Fonte: Wikipedia).

3.1. O enunciável: a opinião pública como atributo do povo soberano

Os primeiros registros de uso do termo "opinião pública" como o conhecemos datam de meados do século XVIII⁵². Entretanto, até estabelecer-se como tal, o conceito de opinião pública passou por um longo processo de formação que encerra-se no período revolucionário, momento no qual a opinião do povo passou a ser reivindicada como instrumento de crítica e legitimação dos governos.

Até então, faltava à opinião qualquer dignidade política, pois que ela não constituía um conhecimento verdadeiro. Opinião e razão estavam separadas, uma vez que para se chegar ao conhecimento era necessário que estivéssemos livres da falibilidade da crença. Na realidade, a noção de opinião era claramente, naquele momento, o desdobramento moderno da dicotomia clássica - descrita por Platão no *Mito da Caverna* - entre *doxa* e *episteme*. Pode-se notar isso pelo verbete opinião publicado na *Enciclopédia*, segundo o qual:

Opinião, opinio, ff (logica) é uma palavra que designa uma crença fundada sobre um motivo provável, ou um julgamento duvidoso e incerto do espírito. A opinião, melhor definida, é o consentimento que o espírito dá às proposições que não lhe parecem verdadeiras ao primeiro olhar, ou que não se deduzem por uma consequência necessária daquelas que trazem a marca da verdade. [...] Para que se encontrem no mesmo sujeito a opinião e a ciência, é preciso que ele tenha ao mesmo tempo a incerteza e a certeza, pois sem certeza não haveria ciência de forma alguma, e, sem incerteza, em absoluto não haveria opinião. (Nascimento, 1989, p. 41)

Opinião aparece, aqui, como atributo de um sujeito, como convicção privada e, mais do que isso, como fruto da falta de conhecimento (*episteme*), de ciência. A opinião é, por isso, algo a ser suprimido do reino do iluminismo como afirma Milton Meira do Nascimento em seu livro *Opinião Pública e Revolução* (1989, p.40): "Os filósofos do século das luzes estarão às voltas com a questão da eliminação dos preconceitos e das superstições, os maiores inimigos do progresso das ciências".

52 Asa Briggs e Peter Burke no livro *Uma História Social da Mídia* (2006) afirmam que o termo Opinião Pública tem seu primeiro registro em Francês por volta de 1750; em inglês, em 1781; e em alemão, em 1793. Para maiores detalhes ver BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

Entre opinião e verdade estabelece-se, pois, um paradoxo. Não se pode chegar à verdade por meio da opinião, pois se há verdade não há opinião. Dessa tradição comungam tanto Platão quanto Hobbes e Locke, para os quais opinião, crença e incerteza caminham no mesmo sentido (Habermas, 1984; Nascimento, 1989).

Primeiramente em Locke, entretanto, e posteriormente em Rousseau, há uma mudança significativa na noção da opinião. Ao invés de ser entendida como produto da consciência, como em Hobbes, ou seja, como convicção privada, a opinião torna-se um fenômeno coletivo. A *Law of Opinion* abordada por Locke em seu *Ensaio acerca do Entendimento Humano* trata da opinião relacionando-a com o julgamento público, ou seja, a "estima" seria o reflexo da opinião de uma certa coletividade. Nesse sentido, é a reputação que é colocada em questão (Habermas, 1984; Nascimento, 1989).

O próprio entendimento de Rousseau de *opinion publique* passa pela *Law of Opinion* lockeana. Também no filósofo francês a opinião tem o sentido de estima pública, aparecendo ora de forma positiva, ora de forma negativa. Nascimento (1989) após analisar as obras *Discurso sobre a origem da desigualdade* e *Considerações sobre o governo da Polônia* escreve:

Nota-se um movimento do pensamento de Rousseau que o leva a tomar a estima pública e o olhar do público primeiramente como os elementos desencadeadores de todos os vícios do homem em sociedade e em seguida como o meio mais forte, mais poderoso e até infalível para elevar o patriotismo dos poloneses. (Nascimento, p.45)

A mesma estima pública que, para Rousseau, dá origem à sentimentos como vaidade, desprezo, vergonha e inveja é, por outro lado, passível de "politização" à medida que povo entende-se como parte da nação. A opinião, mesmo que ainda não seja entendida como algo propriamente racional, deve ser levada em consideração pelo governante.

No final do século XVIII, tanto na França quanto na Inglaterra, a *opinion publique* e *public opinion* começam a ser racionalizadas. A concepção da importância da imprensa para a discussão pública, faz com que a opinião pública também seja ligada ao projeto iluminista de esclarecimento do homem. Um dos papéis do intelectual seria difundir o conhecimento onde

ele ainda não havia triunfado. Além disso, a emergência da idéia revolucionária de soberania popular, faz nascer uma opinião do povo que poderia ser instrumento da luta política, a opinião ganha um novo *status* daí em diante⁵³.

A emergência de textos, dentre os quais vários anônimos, que apontam para uma nova maneira de se considerar a opinião, desta feita como *opinião esclarecida*, faz-nos acreditar que o espírito enciclopedista de erradicação dos preconceitos e da superstição para dar lugar ao saber científico, havia triunfado no final do século XVIII, principalmente no período revolucionário. (Nascimento, 1988, p.57)

A opinião pública torna-se parte do processo revolucionário, uma vez que sua "função" de julgamento da reputação ligada a uma racionalidade dos debates poderia construir o caminho para que a verdade pudesse se colocar de fato, diante e contra as autoridades públicas. A opinião, que até o século XVIII esteve no lado oposto da verdade, é agora chamada a construir a verdade a partir do debate público.

A opinião fala a linguagem da verdade. Em outras palavras, o processo de fermentação das idéias no reino da opinião acaba produzindo um universo racional no qual os homens respiram a verdade. A partir desse momento, a opinião será sempre opinião verdadeira, ou sinônimo de verdade. (Nascimento, p.68)

O Estado deveria estar atento à opinião pública, pois sua elaboração crítica seria usada como forma de vigilância do governo do monarca. Podemos portanto dizer que a opinião pública moderna está ligada ao desejo burguês de eliminar a dominação exercida pelas monarquias absolutistas⁵⁴. A celebração da publicidade - e, por isso mesmo, da liberdade de imprensa -

53 Nessa reavaliação da opinião, que começa a aparecer como racional e verdadeira, Nascimento destaca uma passagem da obra *Voyages de l'Opinion dans les quatre parties du monde*. Tal passagem descreve o momento do encontro do autor da obra com a "rainha do mundo": "Estava dormindo e, de repente, ouvi um barulho. Olhei. Uma bela dama estava na cabeceira da minha cama. Nem tentei ser galante, pois percebi logo que não era uma mulher como outra qualquer. Ela me disse: Sou a Rainha do mundo, embora tenha sido obrigada com freqüência a me esconder em meu império. Reconheça Opinião, você que sempre me respeitou quando era perseguida; agora, que sou toda poderosa, quero servi-lo e conduzi-lo aos Estados Gerais. E eu lhe respondi: - Perdoai-me, pois tive dificuldade em reconhecer-vos; agora acredito que sois vós, mas como mudaste! Éreis fraca e pequena, agora sois grande e forte; outrora faláveis baixo, agora discursais como um advogado; só ousáveis sair à noite com um manto escuro; atualmente vejo-vos a toda hora nos palácios, nas praças públicas ou mesmo nos gabinetes dos ministros e freqüentemente vestis uma túnica vermelha e um manto azul de rei". (Nascimento, p.66)

54 Habermas nota que os fisiocratas partiam dessa concepção para afirmarem o que eles entendiam por "despotismo legal", "o monarca esclarecido estaria dominado pela opinião pública" (Habermas, 1984, p.101). Sem dúvidas, essa é uma concepção radical do "poder" da opinião pública, mas serve para exemplificar o frissom gerado em torno do conceito.

contra o segredo de Estado tornou-se o mecanismo de defesa de uma classe social que almejava um mercado livre, influência política e, se possível, ganhar espaço no próprio Estado.

Com a formação do Estado de direito burguês, a "opinião pública" passa a ser um de seus elementos constituintes. A esfera pública institucionalizada no Direito Privado, garante a existência da opinião pública dentro do Estado. Por um lado, garantida genericamente pelos direitos fundamentais, por outro, afirmada a partir de certos regimes de luminosidade. São criados então dispositivos responsáveis por dar visibilidade à opinião pública.

Nesse momento, a opinião pública ganha tal racionalidade que passa ela mesma a ser confundida com a lei (Habermas, 1984). Como elaboração do povo soberano, a opinião pública teria responsabilidade na formulação da Carta Magna, ou seja, o sujeito autônomo formularia, baseando-se na da discussão pública racional, a Constituição que lhe conviesse⁵⁵ e assumiria as leis elaboradas por eles mesmos. Sendo assim, a opinião pública tenderia a remeter-se sempre ao Estado, uma vez que estaria representada em sua principal instituição, como fica claro no Art.6º da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*:

A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

O Estado de direito seria, assim, produto da deliberação das pessoas privadas, que inclusive garantiu o direito de escolher o governo mais adequado. Inaugura-se, deste modo, uma relação entre opinião pública, soberania popular e Estado que perdurou no tempo e se preservou em certas instituições do Estado de direito.

A institucionalização da "esfera pública", ocorrida na passagem do século XVIII para o XIX marca a emergência de regimes de visibilidade, que são postos em uso a fim de garantir a

⁵⁵ Foi bem observado por Habermas (1984) o fato de que no período de elaboração das Constituições Nacionais tornaram-se recorrentes as pesquisas junto à população.

"preservação" da opinião pública no Estado. A afirmação da mesma passa, pois, pela elaboração de técnicas que garantissem sua representação - como no caso do parlamento e, em alguma medida, nas eleições de maneira geral -, e sua expressão - como no caso das pesquisas de opinião.

Achava-se que a opinião pública funcionava através de instituições representativas como os sistemas eleitorais, mas indo muito além delas; nela, imaginava-se que a vontade popular está permanentemente presente. Desse modo, a opinião pública esteve desde de o início intimamente ligada a noções de representação democrática, tanto como um veículo que completa a representação quanto como um suplemento que compensa suas limitações (Negri, 2005, p.327)

Por outro lado, um dos temas mais importantes do século XIX no que toca à opinião pública é a discussão em torno de sua dimensão política. Estando a esfera pública garantida pelo Estado de direito, surge então a preocupação com a capacidade de influência e com o estabelecimento de certos limites à opinião pública. No fechamento do processo revolucionário o "povo" é uma vez mais posto em questão, pois surge uma nova preocupação: a massa.

Por um lado, aparece "uma visão utópica da representação perfeita da vontade do povo no governo" e, por outro, "uma visão apocalíptica do domínio manipulado da turba" (Negri, 2005, p.327). Enquanto James Bryce, segundo Negri, "imagina um sistema político no qual a vontade de todos os indivíduos é completa e imediatamente representada no governo", Gustave Le Bon em *As Opiniões e as Crenças e Psicologia das Multidões* deixa clara sua crença de que o comportamento das massas caracteriza-se pela irracionalidade das ações.

A disputa em torno do conceito passa, portanto, a se dar no terreno da validade das expressões coletivas. Ao governo caberia ou atender uma opinião pública racionalizada e com forte teor crítico - quando não legislativa - ou mostrar indiferença para com uma opinião pública suscetível à manipulação devido a sua irracionalidade.

Dessa forma, surge uma vasta bibliografia crítica da opinião pública, algumas críticas empreendidas são compartilhadas por Habermas quando o mesmo trata da decadência da esfera pública burguesa. Um outro grupo de críticas aproximam-se mais das questões

levantadas por Le Bon no que tange à incapacidade das massas de construírem um conhecimento verdadeiro, racional.

Como analisa Habermas (1984) e Esteves no *Dicionário de Filosofia Moral e Política* (On Line⁵⁶), para uma série de autores tais quais Hegel, Marx, Mill e Tocqueville para o bom governo seria necessário precaver-se contra os perigos da opinião pública. Sua irracionalidade e sua manipulabilidade deveriam ser ressaltadas, de modo que os governantes estivessem atentos à possibilidade da mesma funcionar contra o Estado ou contra as necessidades do próprio povo.

Em Hegel, por exemplo, a opinião pública identifica-se ainda com a *opinion* (Habermas, 1984) em oposição ao Estado que seria a cristalização da verdade e do justo. Para se preservar o Estado pode - e às vezes deve - relevar a opinião pública. Nesse caso, a soberania nacional coloca-se acima de qualquer aspiração popular por ser produto de uma racionalidade absoluta, que está representada pelas leis no direito abstrato (Dutra, 2006, p.56). Em *Princípios da Filosofia do Direito*⁵⁷, Hegel afirma:

[a Opinião Pública] como não possui em si mesma a pedra de toque nem a capacidade de elevar seu aspecto substancial a um saber definido, para fazer algo de grandioso e racional é independência em relação a ela (tanto na ciência como na realidade).

Já em Marx a opinião pública peca pelo fato de não ter consciência de sua ligação com os interesses da classe burguesa (Habermas, 1984). A opinião pública só poderia assumir um papel realmente crítico caso ela fosse reformada, o que só seria possível caso a revolução proletária se realizasse. Enquanto dentro da sociedade de classes o proletariado estivesse sob o domínio da burguesia, a opinião pública somente conseguiria reproduzir essa dominação sem que estivesse ciente de tal fato.

Mill e Tocqueville viram com preocupação a massificação social e sua contrapartida no campo da comunicação representada pelos perigos de uma imprensa manipulativa (Esteves,

56 Disponível em http://www.ifl.pt/ifl_old/dfmp.htm

57 Hegel, G. W. F. (1821/31). *Principes de la Philosophie du Droit*. Paris: Gallimard, 1973

Online). Preocupação essa compartilhada tanto por Tönnies, quanto por Lippman⁵⁸. A imprensa que no período revolucionário era exaltada, torna-se terreno da manipulação, por que em sua liberdade privada entra no processo de acumulação econômica e de disputa política (Esteves, Online).

De qualquer forma, fica claro que nasce uma preocupação em relação aos fenômenos coletivos - representados no público de maneira geral - de opinião. Surgem então temas como o da influência, da manipulação, da imitação, da propagação das opiniões e comportamentos.

A opinião pública a partir daí passa a cada vez mais se afastar da filosofia política. As abordagens da mesma começam a aparecer em outros domínios, destacando-se a psicologia social⁵⁹ e a ciência política. Posteriormente - já no século XX -, assumindo e desdobrando o legado deixado por tais disciplinas, a opinião pública torna-se questão central para as relações públicas, para o marketing e para a comunicação política.

É interessante notar, por exemplo, que em meados da década de 40 a preocupação com a influência leva Lazarsfeld, Berelson e Gaudet a publicarem a pesquisa *The People's Choice. How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*. A pesquisa procurava definir "os processos de formação de opinião dentro de determinadas comunidades sociais" (Wolf, 2003) a partir de uma análise sociológica do papel dos indivíduos na difusão de opinião. Foi a partir de tal pesquisa que formou-se a idéia do líder de opinião e da comunicação em dois níveis⁶⁰ (*two step flow communication*). Os pesquisadores observaram que a influência pessoal é determinante na formação da opinião, inserindo a comunicação de massa dentro do contexto das interações entre os indivíduos.

58 Lippman é um autor que dialoga com a Teoria Hipodérmica e, dessa forma, adota uma postura bastante crítica em relação aos meios de comunicação de massa, acreditando que os mesmos seriam responsáveis pela manipulação dos indivíduos. Seu livro *Public Opinion* publicado na década de 20 tornou-se um clássico dos estudos de comunicação, mas sua elaboração teórica começou a ser rechaçada tão logo percebeu-se as limitações da Teoria Hipodérmica.

59 Habermas observa que nas discussões empreendidas pelos teóricos da psicologia social a opinião "passa a ser arrancada do contexto funcional das instituições políticas e logo despida de seu caráter de uma opinião 'pública': passa a ser considerada como produto de um processo de comunicação intrínseco às massas, que não está preso nem ao princípio do uso público da razão, nem ligado à dominação política" (Habermas, 1984, p.279). Ou seja, a entrada da opinião na psicologia social significa uma mudança de foco, ao invés de estabelecer normas para a formação de uma opinião "verdadeiramente" pública, as pesquisas voltam-se para a propagação da opinião nos grupos/públicos.

60 Uma frase que delimita bem a noção é: "os efeitos da mídia se realizam como parte de um processo mais complexo, que é o da influência pessoal" (Wolf, 2003, p.40).

Nascem, por conseguinte, novas técnicas para identificar e "trabalhar" a opinião pública. Tenta-se constituir um domínio científico da opinião pública - e aqui claramente opinião confunde-se com pesquisa e voto - e das formas pelas quais as pessoas são influenciadas a assumir determinada posição. A discussão sobre a opinião pública aproxima-se a passos largos de uma dimensão prática. Ao invés de se discutir o poder da opinião pública, discute-se como formá-la e administrá-la.

3.2. O Visível: opinião pública administrada

[...] as visibilidades são inseparáveis das máquinas. Não que toda máquina seja óptica; mas é uma reunião de órgãos e de funções que faz ver alguma coisa e que coloca sob as luzes [...]. (Deleuze)

As democracias e o desenvolvimento da imprensa formam o par que origina o estabelecimento de técnicas para o funcionamento do governo durante o século XIX. Enquanto o parlamento daria visibilidade a uma opinião pública que estaria nele representada (Habermas, 1984), o voto e a pesquisa de opinião seriam as técnicas que dariam a mais clara expressão dela. À imprensa cabia o papel fundamental de dar publicidade às discussões - tanto as colocadas no parlamento, quanto a dos cidadãos - e ser instrumento para que opinião pública pudesse se formar e colocar-se frente ao Estado.

Não é de se estranhar o fato de que o primeiro exemplo conhecido de pesquisa de opinião tenha partido da iniciativa de um jornal e tenha tido como referência uma disputa eleitoral. Em 1824, o jornal norte-americano *The Harrisburg Pennsylvanian* preparou uma enquete para levantar qual era a preferência de seus leitores para a disputa presidencial do EUA⁶¹. A falta de preocupação metodológica permitiu que o candidato Andrew Jackson fosse mostrado a frente de John Quincy Adams por 335 a 169 votos, o que não se refletiu entretanto na eleição⁶². O resultado, todavia, não é o mais importante e sim o fato de que a opinião pública torna-se objeto de conhecimento. Dar a ela uma materialidade significava

61 A fonte é o verbete "pesquisa de opinião" da Wikipedia, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_de_opiniao (acessado no dia 19 de outubro de 2009).

62 Não obstante, ao longo dos séculos XIX e XX as pesquisas passaram a atender certos critérios de formulação - principalmente em relação ao recorte do público - que permitiram o aumento de sua precisão, o que não significa que não surjam outros problemas metodológicos.

poder conhecê-la e entendê-la de maneira mais precisa.

As pesquisas de opinião – não só eleitoral, mas com outros temas – antes de simples medidor político servem de instrumento de administração, ou seja, tais levantamentos permitem ao governo saber os interesses de um determinado público, possibilitando, em alguma medida, atuar sobre o mesmo. A fim de atingir os objetivos de governo são postos em prática técnicas que se dirigem à população, buscando amalgamar os anseios de uma coletividade para possibilitar um certo controle. O fato é que na medida em que a população conquista uma posição mais favorável na relação de soberania, o governo é obrigado a levá-la em consideração, como analisa Foucault (1979):

O interesse individual - como consciência de cada indivíduo constituinte da população - e o interesse geral - como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem - constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. (Foucault, 1979, p.289)

As pesquisas são, contudo, somente um dos pontos no qual reverbera essa relação saber-poder que leva a considerar a população como objeto. Os artifícios que fazem a opinião pública revelar-se como *biopoder* de maneira mais direta se dão por ocasião das eleições e no estabelecimento da relação entre representação parlamentar e representação da vontade popular.

A instituição do sistema de voto nas eleições para os cargos de governo significou a tentativa de se fazer ver continuamente a "vontade geral" no Estado. A partir do argumento da "soberania popular", observamos, portanto, o deslocamento de uma política centrada na soberania para uma "ciência de governo" (Foucault, 1989), segundo a qual a população tem o direito de escolher por quem quer ser governada. Do ponto de vista da relação de poder entre cidadão e governo, tal direito configurou-se como conquista política, todavia, por outro lado, os sistemas de representação da opinião pública serviram também para dissimular o fato de que um certo exercício de poder continua cristalizado no Estado, o que anda ao lado da representação democrática.

A idéia da formação da opinião pública no "poder legislativo", que aproveita-se do caráter

representativo das democracias modernas, é um dessas dissimulações. No parlamento os diversos setores da população estariam representados pelos partidos políticos eleitos, de maneira que este seria o espaço primordial de ação da opinião pública. Apesar de Habermas (1984) observar que os discursos sobre a opinião pública não visavam propriamente a constituição de um poder, ele nota que as formas de representação tendem a um outro sentido. O parlamento seria o representante não só das necessidades mas também do poder do povo.

A partir do momento que se constrói a idéia de opinião pública, passa a ser uma condição para o estabelecimento do "bom governo" a negociação com a mesma. A discussão parlamentar presta-se a tal função, uma vez que garantiria à opinião pública sua presença no funcionamento do Estado, não permitindo o exercício autoritário do poder executivo. Entretanto tal crença só é possível se concordamos que "a vontade dos partidos é idêntica à dos cidadãos ativos, de tal modo que, em cada caso, o partido da maioria representaria a opinião pública" (Habermas, 1984), o que não é o caso.

Na realidade, o parlamento, os partidos, o voto e a pesquisa de opinião definem diferentes regimes de luz que são lançados sobre a opinião pública, cada qual com sua contribuição para o governo. O parlamento seria o espaço de representação da opinião pública e o partido, por sua teórica abertura ao cidadão, definiria um local onde os discursos poderiam concorrer para a formação e, posteriormente, para a inclusão da vontade geral no Estado. A garantia da representação perfeita seria o voto, posto que o cidadão poderia racionalizar sua vontade e manifestá-la, sendo que da soma dos cidadãos emergiria a opinião pública legítima. Ou seja, consulta-se a opinião dos cidadãos para que a representação da opinião pública esteja bem definida no Estado.

A opinião pública apresenta-se, conseqüentemente, como produto de um agenciamento visual, que a inscreve no Estado, uma vez que são as visualidades dadas à ela que lhe permitem sua existência ali. Não haveria opinião pública se não fosse possível, em alguma medida, estabelecer os locais onde está representada.

De alguma maneira, o fenômeno entendido por Habermas (1984) como "institucionalização

da esfera pública" significou na realidade o ocaso da função revolucionária da opinião pública. Pois, ao invés de se colocar contra os mecanismos de sujeição do Estado a opinião pública torna-se um de seus elementos constituintes, ou seja, as estratégias de governo passaram não só a levá-la em conta como exigí-la para poderem se legitimar perante o povo. Não se trata de manipular a opinião pública, mas de garanti-la constitucionalmente (discursivamente) e tecnicamente (visivelmente) a fim de administrá-la. A força de tal administração pode ser observada no fato de que mesmo as manifestações mais radicais da "opinião pública" - como os protestos - tendem a ser "fagocitadas" pelos governos, quando não simplesmente reprimidas.

A abertura do Estado à população iniciada com a emergência da economia política, tomou seu contorno definitivo com o estabelecimento da população como alvo das técnicas empregadas pelo governo. Se a *bio-política* foucaultiana busca definir a dimensão econômica da população, as técnicas de afirmação da opinião pública servem ao controle de sua dimensão política. A opinião pública é, portanto, uma tática de governo fundamental para o Estado burguês de Direito. A utilização de referendos, plebiscitos e de outras técnicas para capturar o fenômeno e para construir um saber sobre a vontade da população serve para aumentar o desempenho dos governos na gestão do Estado.

São, precisamente, as visualidades dadas à opinião pública o que torna legítima a *governamentalização do Estado*, uma vez que é o saber construído sobre a opinião pública que garante a manutenção da relação de poder entre Estado e população. Nesse sentido, Bourdieu faz uma leitura bastante precisa da responsabilidade da idéia de opinião pública no exercício do poder por parte do governo.

Sabemos que todo exercício da força se acompanha de um discurso visando a legitimar a força de quem o exerce; podemos mesmo dizer que é próprio de toda relação de força só ter toda sua força na medida em que se dissimula enquanto tal [...]. O equivalente atual de "Deus está conosco" é "a opinião pública está conosco". Tal é o efeito fundamental da pesquisa de opinião: constituir a idéia de que existe uma opinião pública unânime, portanto legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundamentam ou a tornam possível. (Bourdieu, p. 175)

Intervalo II. Para uma crítica da opinião pública

Ao apresentarmos a opinião pública como um estrato, tentamos mostrar como ela se constituiu como algo a se saber e como tática de poder. Tal análise propõe-se a desvendar os enunciados e as visibilidades para com isso destacar que a opinião pública é produto de uma relação saber-poder. Cumprida esta trajetória, interessa-nos agora partir para uma crítica do conceito, a partir de suas bases de sustentação: a soberania popular e a imprensa.

Pode-se dizer que a noção de opinião pública está presa a dois mecanismos básicos que sustentam seu funcionamento: a) sua afirmação como instância transcendente, uma vez que se parte do princípio da unidade e da existência da “vontade geral” - ou ao menos de algo que possa ser unificado -, de um consenso entre os interesses debatidos pelo público; e b) sua afirmação tautológica, que emerge dentro da relação entre os meios de comunicação de massa e seu público, fundamentando-se na crença do papel pedagógico da mídia, que é, portanto, não só promotora como provedora da opinião pública.

Transcendência da opinião pública

Para se chegar ao princípio da opinião pública é necessário que se constitua um corpo consensual - ou, ao menos, majoritário - sobre um assunto. Reduz-se, dessa forma, a multiplicidade de opiniões a uma unidade coerente, que tornaria a opinião um instrumento potente para se construir a soberania popular.

Segundo a tradição da filosofia política, a opinião pública seria formada a partir da discussão racional entre os indivíduos, que chegariam a uma verdade sobre as questões de interesse público. Contra a unidade do poder soberano, surge, assim, a coesão dos cidadão em torno da opinião pública. Como analisou Negri (2006), a recorrência à unidade dá-se pela crença moderna de que só é possível haver governo do Uno - do "povo", do "indivíduo auto-determinado" e, no presente caso, da "opinião pública".

Afirma-se, assim, uma figura transcendente para controlar a desordem dos múltiplos discursos e tornar a opinião pública uma ferramenta de afirmação da soberania popular. O contraponto, entretanto, é que essa mesma unidade é colocada em jogo para se fazer da opinião pública

alvo das técnicas de governo. Das duas maneiras a opinião pública é abstração: a primeira por resolver o problema em uma unidade fictícia, a segunda por fazer da opinião pública número.

Os métodos⁶³ que permitem a extração da opinião de uma coletividade, não estão ocupados com as condições formais de existência da opinião pública, eles são responsáveis por fazer um retrato momentâneo da soma das opiniões. As pesquisas e questionários não possuem a pretensão de analisar a qualidade uma opinião, tratam a opinião como algo genérico, como *doxa*⁶⁴ em estado puro, além disso, partem da premissa de que há um consenso sobre os problemas (Bourdieu, 1983).

Quando as pesquisas de opinião e as sondagens nos levam a pensar no público como um sujeito abstrato - o público pensa ou quer isto ou aquilo -, o que temos é pura ficção e mistificação. A opinião pública não é uma forma de representação ou sequer um substituto moderno, técnico e estatístico da representação. (Negri, 2005, p.332)

A opinião pública manifestada aqui é uma materialização estatística das questões que os produtores da pesquisa acreditam - ou querem - que seja da população. A partir do que Pierre Bourdieu (1983) chama de "imposição da problemática" a opinião pública entra no regime de abstração dos números, ao invés de se colocar como potência do indivíduo ou do povo.

[...] a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a idéia de existe algo que seria uma coisa assim como a *média das opiniões* ou a *opinião média*. A "opinião pública" que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de percentagens, esta *opinião pública é um artefato* puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões [...]. (Bourdieu, 1983, p.174)

Apoiado sobre essa transcendência da opinião pública, o governo torna-se representante legítimo da vontade popular. E, mesmo que tenhamos em mente que a vontade do povo

63 Para uma discussão mais aprofundada dos problemas metodológicos referentes às pesquisa de opinião ver BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não Existe In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco-Zero, 1983.

64 É válido destacar, como o faz Bourdieu (1983), que ter uma opinião sobre um determinado assunto, pressupõe uma reflexão prévia sobre o mesmo, o que não está previsto pelas pesquisas de opinião. Bourdieu chama a atenção para o fato de que a opinião de pende de alguns fatores como: competência política e ethos de classe.

também é levada em consideração em qualquer forma de governo, a legitimação de um governo é mais fácil do que sua deslegitimação.

Ter em mãos a burocracia e a técnica torna a produção de governamentalidade muito mais fácil. Certas questões se resolvem na forma como se pergunta, isso permite que o Estado - tanto os da democracia representativa, como até os de regime totalitário - possa governar com a opinião pública, sem necessariamente ter que dar atenção às opiniões.

A Opinião e os Meios de Comunicação

A opinião pública nasce durante o século XVIII junto com a evolução da principal instituição da esfera pública: a imprensa. A livre circulação de idéias, acreditava-se, seria a principal maneira de fazer o homem atingir o esclarecimento (Nascimento, 1989), por isso, a imprensa desempenharia o papel fundamental de possibilitar a expressão dos intelectuais, pelos homens de letras. No debate público possibilitado pela imprensa a verdade poderia tomar a palavra. Assim,

Esse novo meio que começa a adquirir uma fisionomia própria, formado por homens esclarecidos, deverá desempenhar um papel fundamental na sociedade. O público será portador de uma racionalidade que não é totalmente sua, mas da classe intelectual. Em contrapartida, constituir-se-á como uma espécie de tribunal que julgará os trabalhos dos homens de letras. (Nascimento, 1989, p.59)

O intelectual seria, portanto, o pedagogo e a imprensa o meio de levar o conhecimento ao povo. Dessa forma, a impressão era o meio primordial de atuação para a formação da opinião pública. Os impressos políticos dos séculos XVII e XVIII eram considerados parte do tribunal por meio do qual a opinião pública racionalizada poderia surgir e se impor. Habermas observa que "até a legalização permanente da esfera pública politicamente ativa, o surgimento de um jornal político e a sua afirmação eram sinônimo de engajamento na luta em torno do espaço da opinião pública" (Habermas, 1984, p.216)

Entretanto, o avanço do capitalismo e a fundamentalidade das notícias para o comércio - e para a vida cotidiana - fez com que os meios de comunicação tornassem-se, desde meados do século XIX, verdadeiras indústrias de produção de informação dirigidas verticalmente a um

público consumidor. Entre o público e os meios de massivos estabelece-se então uma relação de comunicação baseada na diferenciação radical entre os pólos.

A imprensa distancia-se, a partir de então, de seu papel pedagógico e desenvolve um caráter comercial, volve-se em negócio. Seu motor já não é o mesmo de seus primórdios no esclarecimento. Não obstante essa alteração na qualidade da imprensa, sua importância para a vida pública não só permaneceu como aumentou. Nas sociedades de massa, a imprensa tornou-se referência ao servir de ponto de apoio dentro de uma realidade fragmentada, que os indivíduos não eram capazes de apreender por completo.

Todavia, sendo a informação a reconstrução subjetiva de um fenômeno observado na realidade e estando inscrita em uma certa “vontade de verdade”⁶⁵, a produção da informação possui caráter necessariamente seletivo e criativo⁶⁶, ou seja, "a comunicação produz realidade" (Negri, 2005). Somando-se a dimensão subjetiva da produção de informação e a unidirecionalidade da comunicação massiva, encontramos, então, nas engrenagens da tautologia da opinião pública. Graças a esse mecanismo os meios de comunicação de massa conseguem exercer uma certa força, na medida em que transferem tal força a seu "público".

“ [...] a mídia oferece informação *objetiva* que permite aos cidadãos formar suas próprias opiniões, que por sua vez são refletidas fielmente de volta para os meios de comunicação, através das pesquisas de opinião”.
(Negri, 2005, p.331)

O domínio midático sobre as condições de produção e difusão da informação e da opinião na “esfera pública” reflete-se de maneira direta na construção da opinião pública e aí reside a força do conceito. A relação de poder estabelecida pela noção de opinião pública manifesta-se, então, como poder sobre o fluxo informativo na sociedade de massas, o que coloca os

65 O conceito de Foucault (1988) é interessante para que entendamos a relação de forças na qual está inscrita o público dos meios de comunicação de massa. Em *A Ordem do Discurso* e em *A Vontade de Saber*, Foucault apresenta a relação entre o saber-verdade e o poder. Os meios de comunicação de massa possuem a legitimidade do saber-informar e, assim, inscrevem-se dentro de um regime de produção de verdade, que quando se encontra com a noção de opinião pública, cristaliza um dispositivo de controle.

66 As teorias do jornalismo que fizeram uma reflexão sobre esse aspecto são a do *gatekeeper* e a do *newsmaking*. Enquanto a primeira centra-se nos pontos do aparato do veículo de comunicação se efetua o processo de seleção do que ganhará visibilidade, a segunda privilegia o caráter construtivista da veiculação de informações, ou seja, a partir da formulação da categoria "noticiabilidade", pretende analisar o "potencial transformação dos acontecimento em notícia", ou seja, a produção da notícia. Ver WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005, 2ªed.

indivíduos como sujeitos da mesma.

O ponto principal não é o caráter manipulativo⁶⁷ da mídia comercial, mas o fato de que nem todos os discursos têm presença garantida na mesma. Não se trata, pois, de apontar a passividade de um público que se deixa seduzir pelos "conteúdos opiniáticos da indústria cultural" (Habermas, 1984), mas de destacar que o "monopólio da fala" exercido pela mídia impossibilita a entrada de opiniões periféricas no circuito, pois como observa Rousiley Maia:

[...] os indivíduos na condição de representados ou de atores da sociedade civil não têm as mesmas chances de se constituírem como emissores no espaço de visibilidade midiática. A mídia - como conjunto de veículos - não oferece um espaço equânime para os atores sociais divulgarem suas causas. Esse é um espaço de acesso restrito, que sofre pressão de anunciantes seguindo regras impessoais do mercado [...] (Rousiley Maia, 2002, p.12)

Além disso, a falta de um processo de troca comunicacional, ou melhor, a verticalidade da estrutura midiática dificulta o estabelecimento de uma negociação entre opiniões concorrentes. Algumas opiniões, de fato, encontram espaço para se manifestarem na esfera pública midiaticizada, entretanto, certamente tais opiniões são uma parte pequena do que "se opina".

Dessa forma, estamos diante de uma manifestação de força, que tanto apropriada pela mídia quanto pelo Estado, acaba por dissimular o caráter constituinte que o conceito de opinião pública possuía na tradição da filosofia política⁶⁸. A opinião tornou-se alvo de controle por parte do Estado e, em alguma medida, ponto de apoio ao "poder" midiático, que ao se afirmar como espaço de mediação entre Estado e sociedade toma a potência da "opinião pública" para si.

Em vez de sujeito democrático, a opinião pública é um *campo* de conflito

67 "Uma das percepções fundamentais dos estudos culturais é que a comunicação (e portanto também a opinião pública) tem dois aspectos. Embora sejamos constantemente bombardeados pelas mensagens e significados da cultura e da mídia, não somos apenas receptores ou consumidores passivos. estamos constantemente extraíndo novos significados de nosso mundo cultural, resistindo às mensagens dominantes e descobrindo novos modos de expressão social. Não nos isolamos do mundo social da cultura dominante, mas tampouco simplesmente concordamos com seus poderes" (Negri, 2005, p.332).

68 A opinião pública seria uma força constituinte alimentada pela nascente imprensa política, capaz de mediar a relação entre sociedade e Estado. A base da noção de Opinião Pública encontra-se em Kant e na sua proposição de "uso público da razão" como forma de entendimento entre os indivíduos e se desenvolveu na filosofia política ora em oposição ao Estado ora como instância de mediação entre Estado e cidadãos.

definido por relações de poder nas quais podemos e devemos intervir politicamente através da comunicação, da produção cultural e de todas as outras formas de produção *biopolítica*⁶⁹. Esse campo da opinião pública não é um campo de atuação equânime, e sim radicalmente assimétrico, pois a mídia é basicamente controlada por grandes corporações. (Hardt & Negri, 2005, p.333)

Assim sendo, a opinião pública delinea-se, então, como algo que quando não rouba a palavra pondo em funcionamento certas técnicas, põe em funcionamento certas técnicas que tomam de assalto as palavras. Em ambos os casos normalizando-as.

69 É importante observar que existe uma diferença radical entre o que Foucault (1988) entende por *bio-política* e o que Negri entende por *biopolítica*. Enquanto no primeiro autor a *bio-política* refere-se a uma das faces do *biopoder* exercido pelos governos sobre a população, no segundo, a *biopolítica* é o revés do *biopoder*. Para Negri (2006) na medida em que o "biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro acompanhado-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando" (Hardt & Negri, p.43), a resistência se dá quando a vida se afirma livremente, nesse ponto, "fala-se em *biopolítica* quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é, de baixo. [...] fala-se em *biopolítica* ou de contexto biopolítico pensando no complexo das resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder" (Negri, 2003, p.107). Ou seja, de Foucault à Negri passamos da política que se ocupa da vida, para a vida que se coloca politicamente.

A Opinião Mediada por Computador

4. A comunicação mediada por computadores

O desenvolvimento da Internet, ocorrido entre as décadas de 70 e 80, é geralmente analisado como fruto da ação de três atores: o exército, a universidade e uma contracultura computacional (Castells, p.257). O trabalho de colaboração entre exército e universidade, no fomento da inovação tecnológica e no desenvolvimento de técnicas de compartilhamento de informação, foi responsável por criar uma infra-estrutura e um corpo de pesquisa sobre comunicação - no caso, *informação* fosse talvez o termo mais preciso - em rede.

Não obstante a fundamental participação das duas instituições no que veio a ser conhecido como Internet, foi a contracultura norte-americana a maior responsável pela formação da rede que conhecemos hoje (Levy, 1999, p.126). A partir da ação dos *hackers* - responsáveis pelo desenvolvimento e modificação dos softwares e hardwares - a internet pode configurar-se como "rede distribuída" (Barrabasi, 2005), à medida em que criou-se dispositivos que permitiram a associação entre computadores, sem a necessidade de recorrer a um centro.

A internet desenvolve-se, então, como "modelo de rede democrática" (Negri, 2006), apresentando as seguintes características técnicas: a-centralidade, existência de redes distribuídas que dificultam a composição de dispositivos de controle; horizontalidade, ou seja, possibilidade de conexão entre pares no ciberespaço; e equipotencialidade, que seria a não existência, a priori, de uma estrutura hierárquica de entrada (Bawens, p.2). Ou seja,

A rede democrática é um modelo completamente horizontal e desterritorializado. [...] Um número indeterminado e potencialmente ilimitado de nós , interconectados, comunica-se sem ponto central de controle [...]. Este modelo democrático é o que Deleuze e Guattari chamam de rizoma, uma estrutura de rede não-hierárquica e não centralizada. (Negri, 2006, p.320)

Em grande medida, a radicalidade dessa noção de rede democrática está ligada ao desenvolvimento do sistema chamado p2p (*peer to peer*), que foi a base técnica responsável pela origem da *web*⁷⁰. O p2p caracteriza-se por colocar-se além da dinâmica cliente-servidor,

70 "O *modem* foi inventado por dois jovens estudantes de Chicago em 1978 quanto tentavam encontrar uma forma de transferir um programa de um microcomputador a outro via telefone. A descoberta que foi amplamente difundida

possibilitando uma ação dialógica entre os pares da relação.

A formação desse sistema não-hierárquico e a-centrado revela não só um "projeto tecno-social" impregnado na rede, mas também o próprio método de articulação do trabalho de desenvolvimento da rede⁷¹. Tanto a motivação do projeto de desenvolvimento da rede, quanto o trabalho que a permitiu funcionar está ligado a uma relação horizontal entre os atores. Se a tentativa de se criar uma rede de computadores de tempo compartilhado e acesso remoto é fruto da necessidade de associação de saberes (Rheingold, 2004), o trabalho que a permitiu foi, de maneira geral, caracterizado pela colaboração.

Nesse sentido, mesmo com a comercialização da internet e a entrada das empresas *dotcom* no ramo – lógica dos portais e servidores –, o ideal libertário inicial, a ética hacker⁷² e o trabalho colaborativo dos primeiros inovadores deu forma a usos da Internet que persistiram alimentando seu desenvolvimento (Castells, p.378). A exploração comercial - iniciada na década de 90 - não destruiu a "força centrífuga" da *web*, uma vez que sua estrutura dá primazia às bordas, apesar da associação ter-se tornado dependente, em grande medida, de um servidor comercial.

Antes de entrarmos propriamente no terreno da comunicação em que se reorganizam as relações de força, entretanto, é necessário que façamos um breve histórico do desenvolvimento das técnicas cibernéticas e da *web*. Na construção dessa trajetória tornar-se-á mais claro quais projetos foram investidos em sua formação e as condições técnicas que permitiram que a internet se tornasse uma rede a-centrada, horizontal e equipotencial.

pelos inventores, permitia que computadores transmitissem arquivos diretamente sem passar por um sistema principal. Iniciava-se a apropriação multitudinária das tecnologias informáticas e a expansão das possibilidades de comunicação e sociabilidade humana. Em 1979, três estudantes da Universidade de Duke e da Universidade da Carolina do Norte criaram uma versão modificada do protocolo Unix que possibilitou a ligação de computadores por meio da linha telefônica comum. O sistema criado deu início a um *fórum* de discussão sobre computadores, o Usenet, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala (Castells, 2001)."

71 Tanto a motivação do projeto de desenvolvimento da rede, quanto o trabalho que a permitiu funcionar está ligado a uma relação horizontal entre os atores. Se a tentativa de se criar uma rede de computadores de tempo compartilhado é fruto da necessidade de associação de saberes, o trabalho que a permitiu foi, em geral, colaborativo. "Sabíamos que a essência da computação comunitária através de máquinas de tempo compartilhado e acesso remoto não consiste somente em escrever programas em um terminal, mas sim em propiciar uma comunicação estreita." (Dennis Ritchie *in* Rheingold, 2004, p.78)

72 Segundo Steven Levy (Rheingold, 2004) a ética hacker baseia-se fundamentalmente em 5 máximas: O acesso aos computadores deve ser ilimitado e total; o imperativo prático sempre tem prioridade sobre o enfoque teórico; toda informação deve ser livre; desconfiar da autoridade; e fomentar a descentralização.

4.1. Pequena História do Computador

Apesar de buscar a história do computador significar ir às primeiras máquinas que operavam cálculo, os primórdios da computação – enquanto processamento de informação - data de meados do século XIX, ou seja, no período da segunda fase da Revolução Industrial. No contexto do avanço do capitalismo e da formação das sociedades de massa, começam a surgir inovações mecânicas que reduziram o tempo e aumentaram a capacidade de produção.

Nesse sentido, o avanço dos estudos da mecânica, impulsionou o aparecimento das primeiras “invenções” que utilizavam-se do sistema de fitas perfuradas para a programação de máquinas mecânicas. Destaca-se, aqui, a inovação apresentada por Joseph-Marie Jacquard⁷³ em 1801, um tear mecânico que funcionava a partir da leitura de cartões perfurados (Manovich, 2001).

Entretanto, a máquina que mais se aproximava dos computadores desenvolvidos em meados do século XX, foi o "Engenho analítico" de Charles Babbage pensada um século antes. (Manovich, 2001, p.22). Baseada no sistema de cartões perfurados desenvolvido por Jacquard, o sistema de Babbage permitia realizar qualquer operação matemática e gravá-los em uma memória da máquina de forma que eles pudessem ser novamente acessados. Devido às limitações tecnológicas e econômicas do período, o "Engenho Analítico" de Babbage nunca chegou a ser construído, sendo considerado inviável. De qualquer maneira, o “Engenho” formou a base da computação moderna e significou um passo importante na automatização de operações matemáticas complexas.

Já em 1890, a estatística - como saber da emergente "ciência de governar" (Foucault, 1979) -, encontrava-se em situação delicada pela dificuldade de administrar os dados da população - o censo norte-americano do ano de 1880 levou, por exemplo, 7 anos e meio para ser compilado. Então, Herman Hollerith, estatístico e empresário norte-americano, utilizando-se do mesmo

73 Em 1804, Joseph Marie Jacquard construiu um tear inteiramente automatizado, que podia fazer desenhos muito complicados. Esse tear era programado por uma série de cartões perfurados, cada um deles controlando um único movimento da lançadeira. Curiosamente, ele era de um ramo que não tinha nada a ver com números e calculadoras: a tecelagem. Filho de tecelões - e, ele mesmo, um aprendiz têxtil desde os dez anos de idade - , Jacquard sentiu-se incomodado com a monótona tarefa que lhe fora confiada na adolescência: alimentar os teares com novelos de linhas coloridas para formar os desenhos no pano que estava sendo fiado. [...] Com o tempo, Jacquard foi percebendo que as mudanças eram sempre sequenciais. E inventou um processo simples: cartões perfurados, onde o contratante poderia registrar, ponto a ponto, a receita para a confecção de um tecido. Daí, Jacquard construiu um tear automático, capaz de ler os cartões e executar as operações na sequência programada.

princípio de Jacquard, criou uma máquina para realizar as operações de recenseamento da população. A máquina de Hollerith fazia a leitura de fitas de papel perfuradas e utilizava a energia elétrica para separação, contagem e tabulação dos cartões (Manovich, 2001, p.24).

Partindo de sua experiência com as máquinas de recenseamento, Hollerith desenvolveu um sistema que permitia o processamento de informações em massa. A partir disso, ele forma, em 1896, uma empresa chamada *Tabulating Machine Company*, que 30 anos mais tarde, em associação com outras empresas, transformaria-se na International Business Machines (IBM). É interessante notar aqui, que nos primórdios da computação encontra-se uma máquina que possuía como função facilitar as técnicas de “gestão da população”⁷⁴. As mesmas máquinas que possibilitaram uma maior precisão para a *bio-política da população* de Foucault (1988) fazem parte da árvore genealógica da computação pessoal.

De fato, os primeiros computadores surgiram nos Estados Unidos e na Inglaterra em meados da década de 40, seu uso era exclusivamente militar e sua função primordial era a realização de cálculos científicos – como, por exemplo, de trajetórias balísticas. Já nos anos 60 as técnicas de computação invadem (principalmente) as universidades norte-americanas, passando a ser utilizadas pelos pesquisadores destas instituições.

Entretanto, nesse período, os computadores “eram grandes máquinas de calcular, frágeis, isoladas em salas refrigeradas, que cientistas em uniformes brancos alimentavam com cartões perfurados e que de tempos em tempos cuspiam listagens ilegíveis” (Levy, 1999). O acesso à essas máquinas era restrito aos pesquisadores e ao exército, que tinham como objetivo, primordial, a defesa do Estado - ou seja, da soberania nacional.

A principal mudança rumo à facilitação do acesso ao computador e sua separação de seus objetivos militares aconteceu na década de 70 com a invenção do microprocessador. Muito além de permitir o desenvolvimento da automação da produção industrial, os microprocessadores, apropriados pela contracultura norte-americana, permitiram o desenvolvimento do computador pessoal, o que alterou substancialmente os usos da

74 É interessante destacar que o sistema de contagem de cartões criados por Hollerith deu origem também ao sistema de contagem de votos que até hoje é usado nos EUA. Se, por um lado, a máquina de tabulação serviu para aprimorar a *bio-política* foucaultiana, por outro, auxiliou uma a principal técnica de legitimação do governo, ou seja, esteve em ambos os casos ligada ao que Foucault (1989) entendeu por *governamentalização do Estado*.

computação. Instrumentalizada pelos indivíduos favoreceu novas formas de produção e de organização das informações, ampliando as capacidades produtivas da sociedade.

4.2. A emergência do ciberespaço

Bem como os computadores, a Internet também surgiu por motivações políticas⁷⁵. Em 1957, após a entrada em órbita do Sputnik⁷⁶, O Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou a Advanced Research Projects Agency (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) (ARPA), com o intuito de fomentar a pesquisa e superar a tecnologia informática existente (Rheingold, 2004).

Segundo Manuel Castells (2001), o clima de tensão devido à disputa por hegemonia, a necessidade de proteger informações contra a espionagem, o desejo de compartilhar informações para o desenvolvimento de pesquisas sobre computação interativa fizeram com que a ARPA empreendesse iniciativas que revolucionaram a comunicação.

Com base na tecnologia de comunicação por comutação de pacotes, o sistema tornou a rede independente de centros de comando e controle, de modo que as unidades de mensagens encontrariam suas rotas ao longo da rede, sendo remontadas com sentido coerente em qualquer ponto dela. (Castells, 2001, p.377)

Em 1969 é iniciada a primeira rede de computadores: a Arpanet⁷⁷. Aberta aos centros de pesquisa⁷⁸ que cooperavam com o Departamento de Defesa norte-americano. A rede rapidamente começou a ser utilizada para a comunicação interpessoal, ou seja, as pesquisas voltadas para o setor militar circulavam juntamente com pesquisas científicas e mensagens pessoais (Castells, 2001).

75 É interessante notar que o desenvolvimento das mídias impressas e eletrônicas e o desenvolvimento do computador e da internet estão todos vinculados, ao menos em sua gênese, a uma questão de soberania nacional.

76 O lançamento do Sputnik pela URSS deu início à disputa tecnológica entre soviéticos e norte-americanos. No contexto da Guerra Fria, cada inovação empreendida por um lado significava a necessidade de resposta por parte do outro.

77 Em outro livro Castells observa: "A Arpanet não passava de um pequeno programa que surgiu de um dos departamentos da ARPA, o Information Processing Techniques Office (IPTO), fundado em 1962 com base em uma unidade preexistente. [...] Para montar uma rede interativa de computadores, o IPTO valeu-se de uma tecnologia revolucionária de telecomunicação, a comutação por pacote, desenvolvida independentemente por Paul Baran na Rand Corporation e por Donald Davies no British Nacional Physical Laboratory. O projeto de Baran de uma rede descentralizada, flexível, foi uma proposta que a Rand Corporation fez ao Departamento de Defesa para a construção de um sistema militar de comunicações capaz de sobreviver a um ataque nuclear, embora esse nunca tenha sido o objetivo da Arpanet." (p.14)

78 A Arpanet começou em 1969 a partir de 4 nós localizados na Universidade da Califórnia de Los Angeles, na Universidade da Califórnia de Santa Barbara, na Universidade de Utah e no Stanford Research Institute.

Entretanto, a Internet começou de fato a se tornar o que Castells (2001) chamou de "rede de redes" quando em 1973 iniciaram-se as tentativas de criar uma linguagem comum entre a Arpanet e outras duas redes experimentais administradas pela ARPA: a Satnet⁷⁹, que experimentava a transmissão de sinal via satélite, e a PRnet⁸⁰, que buscava formas de transmissão via sinal de rádio. Em 1977, foram criados o protocolo de controle de transmissão (TCP) e o protocolo intra-rede (IP), que permitiram conjuntamente (TCP/IP) a conexão entre as redes, uma vez que viabilizaram um sistema de identificação e transporte da informação comum às redes.

Com o objetivo de proteger a rede militar, em 1983, foi criada a Milnet, diretamente voltada a aplicações militares, a partir de então a Arpanet passou a se dedicar somente a objetivos científicos e, progressivamente, passou a ser controlada pela *National Science Foundation* (NSF - Fundação Nacional de Ciências). Durante a década de 80 pelo menos mais duas redes foram criadas, ambas ligadas à NSF: a rede científica CSnet – em cooperação com IBM – e a rede para estudiosos de materiais não-científicos Bitnet (Rheingold, 2004).

A interconexão entre todas essas redes foi chamada de Arpa-internet, ainda custeada pelo Departamento de Defesa e operada pela Fundação Nacional da Ciência (Castells, 2001). Contudo, a capacidade de transmissão da rede mostrou-se insuficiente diante do crescimento do fluxo de informação, desse modo, o passo fundamental para sua ampliação foi a criação de um sistema que permitiu que os computadores "conversassem" entre si.

O obstáculo foi superado com a criação do Unix, um sistema operacional que possibilitava o acesso de computador a computador. Esse sistema foi inventado pela Bell Laboratories em 1969, mas sua utilização ampliou-se somente após 1983, quando pesquisadores de Berkeley (com fundos da ARPA) adaptaram ao Unix o protocolo TCP/IP. Com isso, os computadores puderam não apenas comunicar, mas também codificar e decodificar pacotes de dados que viajavam em alta velocidade pela rede. (Castells, 2001, p.376)

79 A Satnet (Atlantic Packet Satellite Network) era uma rede que ligava os centros de pesquisa norte-americanos, com nós fora dos Eua. Um localizado na University College of London e outro nó localizado na Fundação de Pesquisa Norsar localizado na Noruega.

80 A PRnet (Packet Radio Network) foi experiência iniciada pela Universidade do Hawaii com o objetivo de formar uma rede conectar sete computadores em 4 ilhas diferentes.

4.3. Os indivíduos apropriam-se da rede

As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre “a” tecnologia e “a” cultura, mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem e interpretam de diferentes formas as técnicas (Levy)

O crescente acesso da comunidade acadêmica à internet promoveu, entretanto, uma redefinição dos rumos da computação compartilhada. Transversalmente ao desenvolvimento da Internet protagonizado pelo Pentágono e pelos diversos institutos de pesquisa ligados ao governo norte-americano, uma contracultura computacional - influenciada pelo ideal libertário dos movimento dos anos 60 - surgia nos EUA (Castells, 2001) e com ela nasciam os “*hackers*” e sua ética. A partir desses jovens pioneiros, a computação pessoal começa a se desenvolver peer to peer (p2p), nó por nó.

O crescimento da comunicação baseada na informática foi iniciada por um movimento de jovens metropolitanos cultos que veio à tona no final dos anos 80. Os atores desse movimento exploraram e construíram um espaço de encontro, de compartilhamento e de invenção coletiva. (Levy, 1999, p.126)

O *modem*, por exemplo, foi inventado por dois jovens estudantes de Chicago em 1978 quando os mesmos tentavam encontrar uma forma de transferir um programa de um microcomputador a outro via telefone. A descoberta, que foi amplamente difundida pelos inventores, permitia que computadores transmitissem arquivos diretamente sem passar por um sistema principal (Castells, 2001). Simplificadamente, o dispositivo eletrônico permitia a modulação de um sinal digital em uma onda analógica, pronta a ser transmitida pela linha telefônica, e no pólo receptor fazia a demodulação do sinal analógico e o reconvertia para o formato digital original.

Um ano depois, em 1979, dois estudantes da Universidade de Duke e um da Universidade da Carolina do Norte criaram uma versão modificada e livre do protocolo UUCP⁸¹ (Unix-to-Unix

81 Algumas versões do protocolo UUCP havia sido desenvolvido pela AT&T Bells Laboratories durante a década de

copy) que possibilitou a comunicação entre computadores por meio da linha telefônica comum (Rheingold, 2004, p.81). O sistema criado deu início a um *fórum* de discussão sobre computadores, o Usenet News, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala (Castells, 2001).

Entretanto, o grande impulso para a popularização da Internet veio somente nos anos 90 com o surgimento da *World Wide Web* (Rheingold, 2004) – criada em uma parceria do cientista Tim Berners-Lee com o Conselho Europeu de Pesquisa Nucleares. Paralelamente, era maturada a idéia de fazer da internet um empreendimento comercial.

Durante a década de 80, com o objetivo de se manter à frente do desenvolvimento tecnológico e ampliar o acesso à setores mais amplos sociedade norte-americana - levando internet às escolas e criando bibliotecas digitais -, começou a se delinear a idéia de uma internet mais abertas, que estivesse fora dos círculos militares e universitários. Nesse momento, se consolida o embrião de uma internet sem fins específicos que não a própria utilização do meio técnico.

[...] vale destacar que já em 1992, o então senador Al Gore, já falava na Superhighway of Information. Essa "super-estrada da informação" tinha como unidade básica de funcionamento a troca, compartilhamento e fluxo contínuo de informações pelos quatro cantos do mundo através de um rede mundial, a Internet. O que se pode notar é que o interesse mundial aliado ao interesse comercial, que evidentemente observava o potencial financeiro e rentável daquela "novidade", proporcionou o boom (explosão) e a popularização da Internet na década de 90. (Wikipedia⁸²)

Apesar de ter nascido como projeto militar e ter se estabelecido como empreendimento comercial, a Internet se configura tecnicamente a partir da ação de resistências inovadoras, "eis aí radicalidade como mídia, pois que não emerge como um dispositivo de captura, mas de fuga"(Malini, 2007, p.163).

70, contudo, tais versões eram distribuídas sem disponibilizar o código fonte. A existência de bugs, fez com que o programa fosse reescrito como software livre.

82 Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Internet

4.4. Avanço das interfaces

A popularização da World Wide Web, durante a década de 90, só foi possível com o surgimento de uma nova proposta para a internet. Uma internet repleta de interesses comerciais, de empreendedores que viram abrir novas oportunidades de negócios, mas também povoada por um novo sujeito, totalmente diferente dos cientistas e inovadores das décadas de 70 e 80. Inicia-se, aí, um maciço povoamento do ciberespaço - apesar da obstrução ao acesso causada pelo sistema de servidores privados.

No final dos anos 90, a comunicação mediada por computador assume um papel central na vida cotidiana ao possibilitar que o trabalho, o consumo, o comércio, o entretenimento, e a política entrassem em um regime de troca de informação (Malini, 2007, p.18). Dessa forma, parte dos espaços de sociabilidade dos indivíduos passaram a se realizar também na *web*, através de uma comunicação imersiva do indivíduo .

Contudo, nesse primeiro momento a Internet era dominada pelas empresas *pontocom*, sendo que a abertura do acesso, não significou, em um primeiro momento, o desenvolvimento de espaços de comunicação de fácil acesso aos usuários comuns. Nesse período, a utilização da internet restringia-se ao consumo de informação em sites, à troca de e-mail, à utilização de fóruns de discussão e à conversação em “salas de bate-papo”.

A produção dos conteúdos na Internet ainda esbarrava em um problema: a publicação de conteúdo na *web* dependia do domínio de linguagens com as quais a maior parte dos usuários não tinha noção de como lidar. Progressivamente, além desse grupo ter expandindo-se de acordo com a própria expansão da *web*, as interfaces foram se adaptando às necessidades dos usuários. Assim, logo começaram a surgir as primeiras páginas pessoais, que, segundo Rebecca Blood (2006), já em 1997 eram algumas centenas.

O amadurecimento das ferramentas de produção amadora e colaborativa, não obstante, só ocorreu após a “bolha Nasdaq”, evento também conhecido como “bolha das *pontocom*”⁸³, que resultou na quebra das grandes empresas responsáveis pelos portais que dominavam a

83 Para detalhamento do caso ver <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno140220014.htm>

Internet. A partir da crise financeira das *dotcom*, empresas como *Yahoo!*, e mais tarde o *Google*, ganharam notabilidade.

Nesse momento, emergiram novos modelos de negócio na Internet, nos quais a os mecanismos de valorização passaram a ser a agregação e a circulação de conteúdos, de modo que o usuário tornou-se produtor fundamental para os emergentes empreendimentos. Dessa forma, o valor de uma plataforma começou a ser dado pela quantidade de colaboração e, logicamente, atenção que pode agregar, antes de ser sua capacidade de manter os indivíduos presos em seu domínio.

4.4.1. A emergência das mídias sociais

O fato de qualquer um ser capaz de produzir conteúdo só é significativo se outros puderem desfrutá-lo. O PC transformou todas as pessoas em produtores e editores, mas foi a Internet que converteu todo mundo em distribuidores. (Chris Anderson)

A partir dos anos 2000 o que se acompanhou foi a profusão de mídias sociais⁸⁴, interfaces que permitiam ao usuário da internet depositar sua produção e, conseqüentemente, conteúdos sobre os mais variados temas, aproveitando as possibilidades de convergência de mídias e interatividade da *web*. Os indivíduos munidos de tecnologias de produção e difusão de informação fazem, então, entrar em colapso alguns dos preceitos da comunicação de massa, difundindo a capacidade de produção e distribuição da informação, alterando significativamente a capacidade individual de expressão pública da opinião.

O público, aqui, tem seu caráter radicalmente modificado, visto que com o surgimento do que

84 ""O conceito de Mídias Sociais (social média) precede a Internet e as ferramentas tecnológicas - ainda que o termo não fosse utilizado. Trata-se da produção de conteúdos de forma descentralizada e sem o controle editorial de grande grupos. Significa a produção de muitos para muitos. As 'ferramentas de mídias sociais' são sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. Eles possibilitaram a publicação de conteúdos por qualquer pessoa, baixando a praticamente zero o custo de produção e distribuição ao longtail - antes esta atividade se restringia a grande grupos econômicos. Elas abrangem diversas atividades que integram tecnologia, interação social e a construção de palavras, fotos, vídeos e áudios. Esta interação e a maneira na qual a informação é apresentada dependem nas várias perspectivas da pessoa que compartilhou o conteúdo, visto que este é parte de sua história e entendimento de mundo" (Fonte: Wikipédia). Dentro do termo guarda-chuva mídias sociais estão inclusos os blogs, as comunidades virtuais e demais plataformas de publicação que formam redes sociais virtuais.

se convencionou chamar de "web 2.0⁸⁵", abriram-se novos espaços de visibilidade para as expressões singulares, que solaparam o monopólio sobre a visibilidade dos discursos exercido pela mídia de massa. Nesse sentido, a capacidade de produção de informação e opinião desloca-se para a periferia do sistema de comunicação, alterando significativamente a relação de forças no mercado de comunicação.

Com a internet, a potência das forças centrífugas que tinham sido aprisionadas e capturadas pela força de unificação e homogeneização das redes analógicas (televisão) é liberada, ativada e inventa outras máquinas de expressão, outros regimes de signos. (Lazzarato, 2006, p.179)

O fato de que "a leitura das opiniões de outros semelhantes, conduz indivíduos comuns a perceberem de imediato que, na Web, qualquer um pode dizer de sua justiça" (Blood, p. 32) é uma questão básica para se entender onde está imersa a discussão da opinião pública. As técnicas de "opinião pública" mostram-se insuficientes diante da multiplicidade de opiniões, que - sem negar sua capacidade de agenciamento e de formação de consensos - não se reduzem ao uno na comunicação media por computadores. Por dois motivos: por não estarem ligadas à uma técnica de comunicação que privilegia o indivíduo-massa e a comunicação-hierárquica; e por não serem opiniões degradadas a um número pelos dispositivos estatísticos - isso não significa, contudo, que tais dispositivos deixem de existir ou percam sua validade.

A centralidade que os meios de comunicação de massa possuíam na produção dos sentidos é, desse modo, abalada à medida que proliferam-se as mídias sociais, pois cada ponto conectado a rede passa a ser virtualmente produtor de sentidos diversificados (gênero) e potentes (grau)⁸⁶. A virtualidade dos sentidos - que no máximo é socializado nos ambientes compartilhados de contato direto - produzidos pelo público dos meios de comunicação de massa é, a partir evolução das mídias sociais, potencialmente atualizada no processo de comunicação possibilitado pela meta-máquina conectada à Internet.

As mídias sociais redefinem, dessa maneira, as possibilidades de comunicação global.

85 “Web 2.0 é um termo criado em 2004 pela empresa [estadunidense O'Reilly Media](#)^[1] para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "Web como plataforma", envolvendo [wikis](#), aplicativos baseados em [folksonomia](#), [redes sociais](#) e [Tecnologia da Informação](#). Embora o termo tenha uma conotação de uma nova versão para a Web, ele não se refere à atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores, ou seja, o ambiente de interação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações” (Fonte: Wikipédia). Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0

86 Esse fenômeno foi o que levou Dan Gillmor a identificar que os usuários tornaram-se potencialmente jornalistas ou colaboradores dos jornalistas. Ver GILLMOR, Dan. *Nós, os media*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

Desterritorializando a atenção das singularidades e criando novas possibilidades de circulação das informações e opiniões. Logicamente, esse movimento não significa uma “tomada de poder”, mas significa sim a expressão da potência do “público”, que coloca-se como figura produtiva da comunicação em escala global.

5. Internet, Público e Opinião

5.1. NTIC's como Técnicas Moleculares

A informática é um técnica molecular, pois não se contenta em reproduzir e difundir as mensagens (o que, aliás, faz melhor que a mídia clássica), ela permite sobretudo engendrar-las, modificá-las à vontade, conferir-lhes capacidade de reação de grande sutileza, graças a um controle total de sua micro-estrutura. O digital autoriza a fabricação de mensagens, sua modificação e mesmo a interação com elas [...]. (Levy)

A comunicação mediada por computadores constitui-se como técnica molecular (Levy, 1998) uma vez que em sua base está a digitalização da informação, que foi traduzida por Lev Manovich - em seu *The Language of the New Media* (2001) - nos seguintes princípios: representação numérica⁸⁷; modularidade⁸⁸; automação⁸⁹; variabilidade⁹⁰; e transcodificação⁹¹. Tais princípios, possibilitando o "total controle da infra-estrutura" da informação, potencializam a capacidade de redefinição das mensagens, permitindo que o próprio usuário atue sobre as mesmas.

O computador apresenta-se, nesse sentido, como uma meta-máquina⁹², pois que "não tem mais função nem valor em-si, apenas a maneira como é aplicada e o uso que dela se faz lhe conferem função e utilidade" (Corsani, 2003, p.22). Ou seja, o fato de depender da atividade

87 Representação numérica é sinônimo de digitalização.

88 Este princípio pode ser chamado de "estrutura fractal das novas mídias". Elementos das mídias como imagens, sons, formas vetoriais ou comportamentos de programação são representados como uma coleção discreta de amostras (pixels, caracteres, scripts). Esses elementos são reunidos em objetos com uma escala maior mas continuam tendo sua identidade separada (Manovich, 2001).

89 O código numérico da mídia e a estrutura modular do objeto da mídia permitem automatizar muitas operações envolvidas no acesso criação e manipulação das mídias. Então, o ser humano pode ser removido intencionalmente do processo criativo (Manovich, 2001).

90 Um objeto da nova mídia não é algo totalmente fixo, mas algo que pode existir potencialmente em versões infinitas. É a essa característica que Manovich (2001) dá o nome de variabilidade.

91 Transcodificar algo é traduzi-lo em outro formato. A computadorização gradualmente permitiu a transcodificação da cultura em bases próprias ao meio digital. Isso permite que os objetos das novas mídias dialoguem com outros arquivos (Manovich, 2001).

92 "As NTIC constituem, com efeito, uma verdadeira ruptura na história das técnicas, pois se apóiam em uma dissociação entre a máquina (hardware) e seu programa (software). Essa maleabilidade dos instrumentos, cujo uso transforma o programa de funcionamento, abre a perspectiva de uma reviravolta na relação homem/máquina: a 'metamáquina' é desespecializada, homogênea (na heterogeneidade de seus componentes interconectados: redes, periféricos, etc.), ao passo que o trabalho se transforma em criação de usos" (Corsani, 2003, p. 22)

do usuário torna, porquanto, o *pc* uma máquina que se apóia sobre a criação de usos. Emerge, portanto, uma nova relação homem-máquina, que não é mais a imposição de uma lei de funcionamento estrita como ocorria com as tecnologias molares, tornando-se primordial a inventividade humana.

Entretanto, é na associação entre essas meta-máquinas que a força das novas tecnologias se coloca de forma mais incisiva. As NTIC's criam novas possibilidades para a comunicação um-um e um-muitos (Levy, 1996) na medida em que favorece a meta-máquina como máquina cognitiva e máquina relacional (Jollivet, 2003). A comunicação em rede possibilita não só a produção e circulação de conhecimento/informação, mas instrumenta "o relacionamento, a criação de relações interpessoais, a produção de redes sociais e a formação de comunidades"⁹³ (Jollivet, p.86).

Tais técnicas moleculares ao desdobrarem-se dentro de um "modelo de rede democrática" (Negri, 2006) permitem novas condições ao fluxo de informação, que não necessitam mais de um único ponto central de emissão para terem visibilidade. A produção passa a se dar em muitos pontos das redes telemáticas. Dessa forma, emerge um novo regime de visibilidade, que se diferencia radicalmente daqueles que tornavam possíveis a "esfera pública midiática" e a afirmação da opinião pública.

A fictícia unidade - ou a artificialidade - da opinião pública é exposta, então, pela multiplicidade de opiniões que se fazem ouvir na rede - pode-se entender que seja de maneira caótica, desordenada⁹⁴, mas é difícil negar sua potência. Nesse sentido, mesmo a utilização de técnicas de sujeição das singularidades ao Uno, como por meio das pesquisas de opinião ou do próprio voto, são abaladas em seus fundamentos. Técnicas molares e moleculares são colocadas lado-a-lado, as primeiras permitem que a opinião pública se afirme como um dado, as segundas, facilitam a visualização de um estado momentâneo de opiniões heterogêneas.

A posição privilegiada da imprensa na "formação" - em uma conotação pedagógica - da opinião pública é, do mesmo modo, demovida, uma vez que um outro espaço de visibilidade

93 O que não significa que esses sejam de fato os principais usos feitos das NTIC's.

94 Mais a frente vamos notar que há mais em jogo do que uma simples desordem, as singularidades constroem seus próprios mecanismo de organização, que passam tanto pela política do hiperlink, quanto pela apropriação de espaços de diálogos - que são possíveis devido à existência do hiperlink.

dos discursos surge diante do público. A pretensão de instruir "o povo", de racionalizar a opinião pública, que caminhava desde o iluminismo com a imprensa - e depois, de maneira geral, com os meios de comunicação de massa - se continua a existir, difundiu-se pelo corpo social. A constituição de novos locais de circulação dos discursos redimensiona a "esfera pública" e, assim, despotencializa a tautologia da opinião pública e, por isso mesmo, a força exercida pela mídia de massa sobre seu público.

Altera-se, por conseguinte, a relação de poder que permitiu a imprensa fazer-se porta voz da sociedade civil. As opiniões presentes nos meios de comunicação de massa nunca são suficientemente múltiplas para dissimular seu caráter representativo, o que torna-se patente pelo fato de haver no ciberespaço uma variedade de opiniões manifestas.

A "esfera pública" colonizada pelos meios de comunicação de massa passam a ter que conviver então com os espaços viabilizados pelas mídias sociais, que tomam corpo graças à possibilidade de se formarem *hubs* dentro das redes distribuídas (Barrabasi, 2005). Entramos, então, em um novo regime de produção de informação, que possui em escala um potencial de agenciamento da opinião maior do que dos meios de comunicação de massa, mas que esbarra em um modelo de distribuição que mantém um alto grau de heterogeneidade. Sem dúvidas há possibilidade de concordâncias, de opiniões comuns, de influência, mas em um sistema aberto.

Nesse sentido, a autoridade pública passa a ter que negociar não só com as instituições de comunicação de massa, mas também com as opiniões que emergem das bordas da comunicação mediada por computador. Indivíduos, coletivos e todo tipo de movimentos sociais ganham novos canais de comunicação, ou melhor, uma outra condição de se fazer presente na esfera pública.

Ao fazer proliferar as diferenças a rede torna muito difícil visualizarmos algo como "a opinião pública", o que não deixa de ser a confirmação de que a mesma é um artefato e não um fenômeno. Mas como veremos no último capítulo, esta rede pode também ser utilizada para aprimorar técnicas de opinião pública.

5.2. Mídias sociais e público

Romper o monopólio sobre a criação de públicos é o modo de desfazer os padrões da subjetividade majoritária e fazer proliferar as subjetividades e suas dinâmicas minoritárias. (Lazzarato)

A estrutura da Internet - essa "rede de redes" - não é *per se* o único fator responsável por causar uma fissura na opinião pública, ou melhor, a estrutura possibilitou a rachadura, mas não constituiria necessariamente uma alternativa. O fato fundamental para a emergência da internet como uma potente rede de confluência de opiniões comuns foi a decadência das empresas *dotcom* e a valorização - socialmente e pelo mercado - da produção dita "amadora".

Nesse início do século XXI, uma série de plataformas de publicação começaram a ser desenvolvidas, criando espaços de armazenamento e compartilhamento da produção dos usuários, dando novas condições de expressão à sociedade. Essas plataformas, que vem sendo chamadas de mídias sociais, dão uma nova dimensão à internet dentro do mercado de comunicação global, uma vez que criam zonas de visibilidade - que em um primeiro momento eram precárias na Internet.

O fluxo de informação na "esfera pública" que durante, ao menos, três séculos estivera nas mãos dos meios de comunicação - excluindo-se as interações face-a-face - difunde-se pela sociedade, criando novas condições para a circulação dos discursos e das opiniões. Como o próprio nome *social media* deixa claro, a idéia é de que a mediação não é mais atributo de uns poucos, de alguma maneira ela se generalizou⁹⁵. Essa mudança redefine o "público", que deixa de ser o pólo diametralmente oposto ao emissor. Um dos primeiros autores a atinar para tal mudança foi Dan Gillmor em seu *Nós, os media* (2004), no qual observou: "o público junta-se à festa".

[...] a internet como meio de comunicação funciona segundo o mecanismo muitos-muitos, não havendo distribuição fixa de papéis entre produtores e receptores da informação; a interatividade é a regra. Cada

95 Há certamente um grande contingente populacional que ainda não tem acesso aos novos meios. Esse é uma questão constantemente levantada e sem dúvidas a "exclusão digital" deve ser problematizada devido ao fato de que as barreiras digitais acabam por reforçar os eixos de exclusão sócio-econômicos e culturais (Maia, 2000).

vez mais, são desfeitos os limites econômicos à produção de informações. Para enviar um texto para mil pessoas, basta um processador de textos, uma conexão e endereços eletrônicos. (Vaz, p.205)

Surgem, logo, possibilidades inéditas na comunicação, uma vez que a internet tem impacto relevante na forma como se organizam os discursos na sociedade. O fim do "monopólio da fala" (Sodré, 1977) ou da visibilidade (Rubim, 2002), modifica o contexto no qual pensamos a opinião e essa modificação desdobra-se politicamente em uma reorganização do poder de afecção e de atuação dos indivíduos, dos partidos, das organizações civis e dos próprios governos.

5.3. Opinião e Público na rede distribuída

Os dispositivos de formação do sensível e dos públicos através da imprensa, da televisão, do rádio, de um lado, e a internet, de outro, constituem maneiras diferentes de atualizar e efetuar o que "se diz", o que "se pensa", o que "se considera", ou seja, são duas modalidades de transmitir o discurso indireto, de constituir e capturar as subjetividades. (Lazzarato, 2006)

Compreender a internet como rede democrática que se objetiva embasada em sua potência rizomática, afirmar sua a-centralidade e descrevê-la como rede distribuída não significa avançar no sentido da fragmentação absoluta ou da formação de uma "ágora virtual", como projetam Levy (1996) e Castells (1999), que ampliaria a participação dos cidadãos na "esfera pública". Entretanto, admitir a existência de um espaço⁹⁶ complementar de sociabilidade e visibilidade - tendo em vista as possibilidades de comunicação abertas pelo meio - redundaria em assumir que há novas condições de circulação e consumo dos discursos na sociedade.

Se nem sempre a colaboração, questão central para os estudos de cibercultura, é um dado, o fato de os conteúdos e os indivíduos estarem unidos por meio de *hiperlinks* permite com que haja um sentido de coletividade mesmo em expressões singulares e cria uma dinâmica de sociabilidade que tem como ponto de partida a *linkagem*. A interconexão entre os pontos distribuídos pelo ciberespaço cria, pois, novas possibilidades de manifestação dos discursos e

96 Entendemos o espaço como "um conjunto material em relação a outros produtos materiais - inclusive as pessoas - as quais se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social" (Harvey, 1990 *apud* Castells, 1996, p.436).

das opiniões, difundindo a capacidade de agenciamento pelas bordas da rede. Dessa forma, apesar do caráter a-centrado e horizontal dessa rede democrática, emergem novas possibilidades de agenciamentos coletivos e de formação de "públicos", pois

[...] o indivíduo, com seu computador, é uma mônada aberta que se comunica a distância com outras mônadas, todas inseridas em uma rede não hierárquica e descentrada. [...] Todas as mônadas têm em graus diferentes, sua própria capacidade de agenciamento, de apreensão, de captura de outras mônadas, ou seja, de constituição de redes. (Lazzarato, 2006, p.180)

A capacidade de instituir a ambivalência no circuito da comunicação que atravessa o usuário da internet impossibilita a criação de sistemas totalitários de comunicação. De qualquer forma, como observa Barrabási (2005) em seu estudo sobre a formação de redes, o ciberespaço não é local de igualdade plena entre os *peers*, pelo contrário, existe uma tendência à formação de muitos *hubs*. O que significa dizer que alguns nós possuem um alto grau de visibilidade por possuírem mais *links* voltados para si, o que traduz-se em uma maior capacidade de capturar a atenção disposta no ciberespaço, assim sendo, de formação de público. Tratando-se de mídias sociais podemos dizer que Orkut, MySpace, YouTube e Twitter são grandes hubs, a eles juntam-se portais, sites jornalísticos e alguns blogs.

Dessa forma, se a metáfora do rizoma é com tanta frequência utilizada para se tratar da internet é importante chamar a atenção para uma observação feita por Deleuze e Guattari acerca do conceito: "existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma pode divisão de raiz podem começar a brotar em rizoma" (Deleuze & Guattari, p.24).

De tal assertiva podemos derivar duas consequências: primeira, é possível haver uma certa concentração de atenção em torno dos espaços de maior visibilidade, o que, sem dúvidas, cria uma dinâmica de público, fazendo com que certas opiniões ganhem maior visibilidade; segunda, a potência rizomática da *web* também está no fato de que a concentração é relativizada pelo fato de que mesmo nos *hubs* existem pontos de saídas para "nós" menores.

Por outro lado, o alto número de nós menores possui em números absolutos uma audiência

superior à de qualquer *hub*. Assim, os grandes centros de produção discursiva convivem com um número - que tende ao infinito - de discursos distribuídos. Essa dinâmica da internet foi bem sintetizada na leitura feita por Chris Anderson (2006) da *curva de Pareto*⁹⁷, que redundou na teoria da *Cauda Longa*⁹⁸.

E se 99,9% dos blogs nunca atraírem público pouco superior a algumas dúvidas de indivíduos? A fração de 1% que se destacar por maior alcance ainda se enquadrará na casa dos milhares. E, em conjunto, esse perficial ínfimo talvez atraia tanto tráfego quanto muitos veículos da grande mídia. (Anderson, p.79)

A aplicação de tal teoria aos blogs pode ser um indicativo interessante da capacidade de tais veículos de atrair atenção devido a interconexão entre os mesmos - segundo a política de linkagem⁹⁹. No que diz respeito à opinião, significa que a diversidade de opiniões possui o público o que tende a fazer com que a idéia de opinião pública seja insuficiente para lidar com os blogs. Uma hipótese já trabalhada sobre esse "fenômeno" é a da "fragmentação da esfera pública"¹⁰⁰, mas a questão não é propriamente de fragmentação - tendo como princípio a fragmentação como problema, como algo negativo -, mas sim de negação dos grandes consensos.

Assim, aqueles que se prestam à tarefa de "formação de opinião" deixam de depender exclusivamente dos meios de comunicação de massa. Para marketeiros e jornalistas - que progressivamente entram nesse novo mercado - a internet surge como novo campo de trabalho e de criação de influência. Para a sociedade, de maneira geral, as novas possibilidades de comunicação em pequena e larga escala - e, por isso, de visibilidade de expressões -, provoca,

97 A curva de Pareto baseia-se no teorema do economista Vilfredo Pareto, que no século XIX observou que 20% da população acumulavam 80% da riqueza. Mais tarde a análise de Pareto foi generalizada pelo consultor de negócios Joseph M. Juran, nascendo a *Lei de Pareto*, a qual afirma que para muitos fenômenos, 80% das conseqüências advém de 20% das causas. No comércio tal princípio é aplicado para análise de demanda, possibilitando a administração dos estoques.

98 A *Cauda Longa* é uma teoria sobre o consumo nas mídias digitais, que mostra a diferença de funcionamento entre o mercado de massa e o mercado de nicho. A emergência das NTIC's possibilitou uma nova configuração do comércio, uma vez que ficaram diminuídas as conformações físicas para a oferta dos produtos. Chris Anderson (2006) divide o mercado em duas partes: o dos produtos que são *hits*, ou seja, que possuem grande vendagem; e dos produtos que estão no nicho, possuindo baixa vendagem. A questão central na teoria da Cauda Longa é que com a alteração na oferta provocada pelas mídias digitais, derivada do fato de não serem necessários os estoques, os produtos do nicho somados possuem a mesma participação nos lucros dos *hits*. "Importante destacar que o conceito de Cauda Longa se aplica a praticamente todo mercado, inclusive o mercado de mídia. Com a convergência digital, é muito provável uma reorganização na distribuição da audiência, não apenas por conta de alterações nas características dos meios e na maneira como são consumidos, mas principalmente por alterações no próprio comportamento do consumidor" (Fonte: Wikipedia).

99 Populamente conhecida pela máxima "blogueiro linka blogueiro".

100 Ver RODRIGUES, Catarina. **Blogs e a Fragmentação do Espaço Público**. Disponível na Internet: <http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf>

pois, alguma mudança na esfera pública, uma vez que surge um outro espaço para sua realização.

5.4. Espaços de comunicação nas mídias sociais: notas sobre a esfera pública virtual

A existência da “esfera pública” (ver Capítulos 1 e 2) está diretamente ligada ao tema da soberania - nacional ou popular -, existindo somente a partir da percepção da implicação mútua na relação entre o Estado e o povo. A “esfera pública” seria o local onde a sociedade civil – categoria que serve para descrever uma instância intermediária entre Estado e povo – se colocaria a discutir as questões de interesse dos cidadãos.

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação abre novos espaços de sociabilidade e negociação dos discursos e, nesse sentido, abre-se um outro local de objetivação da esfera pública, entendido por alguns autores (Gomes, 2005; Maia, 2000; Marques, 2005) como "esfera pública virtual". Entretanto, para assumirmos a idéia de *esfera pública virtual* é necessário que façamos algumas considerações que permitam distingui-la da noção habermasiana.

Tal necessidade dá-se pelo fato de que, mesmo em sua concepção a-histórica de esfera pública, Habermas insere um caráter ético no debate e impõe normas para seu funcionamento. Mesmo tendo se redimido de certas lacunas de *Mudança Estrutural na Esfera Pública* um dos aspectos de seu trabalho continuou sendo a idéia de uma comunicação verdadeira, mais precisamente, ética. Nesse ponto, tendemos a concordar com a crítica empreendida por Negri (2005) sobre a obra de Habermas:

Existe, como se sabe, uma ressonância racionalista e moralista ao longo de todo esse esforço para distinguir o mundo da comunicação livre e ética do sistema de instrumentalidade e dominação, uma certa indignação contra a colonização capitalista do mundo vital. É nesse ponto que, em Habermas, a concepção da comunicação ética numa esfera pública democrática fica parecendo completamente utópica e irrealizável, pois é impossível isolar a nós mesmos, nossas relações e nossa comunicação fora da instrumentalidade do capital e dos meios de comunicação de massa. Já estamos todos lá dentro, contaminados. (Hardt & Negri, 2005,

Quando falamos de esfera pública virtual, portanto, estamos mais interessados na existência de um processo de comunicação - entendida como troca, diálogo - do que nas condições ideais de argumentação propostas por Habermas - universalidade, racionalidade, não-coerção e reciprocidade. A esfera pública emerge, aqui, como local de conversação civil que pode vir a ter alguma funcionalidade política, mas não propriamente tem um caráter agudamente deliberativo e decisório (Marques, 2005), não pretendemos, portanto, institucionalizar a "esfera pública virtual", mas destacar sua importância dentro do que Habermas chamou de "esfera pública abstrata"¹⁰¹ (Maia, 2000). Nesse sentido, uma observação mais genérica da esfera pública nos dará melhores condições de entender a potência do que estamos chamando de "esfera pública virtual":

Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ela está aberta para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar [...] Quanto mais elas (as esfera públicas) se desligam de sua presença física [...] tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública. (Habermas *apud* Maia, 2000)

O que está em jogo com a emergência dessas opiniões na rede distribuída e na “esfera pública virtual” não é a afirmação de uma opinião pública pretensamente mais democrática. A multiplicidade de expressões só se reduz ao Uno quando se alienam em algum mecanismo de visualização da opinião pública, ou seja, não podem ser facilmente reterritorializadas por algo como uma *volonté générale*. A possibilidade de amálgama dá-se de maneira mais efetiva a partir do que Negri (2006) entende como *interesse comum*.

O *interesse comum* é um interesse geral que não se torna abstrato no controle do estado, sendo antes reapropriado pelas singularidades que cooperam na produção social *biopolítica*; é um interesse público que não está nas mãos de uma burocracia [...]. (Negri, 2005, p.268)

101 Segundo Rousiley Maia (2000), a "esfera pública abstrata" seria produzida pela mídia, sendo uma instância fundamental na contemporaneidade por serem as principais arenas comunicativas da vida social.

A negociação entre os pares na "esfera pública virtual" não busca, portanto, a construção de um consenso - ou se busca o resultado indubitavelmente será frustrante -, pois as bordas possuem uma capacidade imensurável de expor diferenças, de inserir ambivalência. Não que não exista a possibilidade de concordância entre os sujeitos. Os interesses organizam-se de acordo com o que os indivíduos e as organizações encontram em comum, nesse ponto, surgem opiniões que são compartilhadas e podem se colocar de maneira efetiva na esfera pública. Os indivíduos podem buscar formas de atuação política, que não passam somente pela opinião pública.

Lazzarato (2006) - indo ao encontro à análise negriana do *interesse comum* - possui uma visão, por assim dizer, "radical" das possibilidades colocadas pela novas tecnologias, diz o autor:

Com a internet, não se trata mais, portanto, de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum. (Lazzarato, 2006, p.183)

É necessário, entretanto, fazermos duas ressalvas: Primeira, apesar de, em grande medida, concordarmos com Lazzarato em sua afirmação de que a internet, diferente da mídia de massa, não é um meio próprio para a afirmação da opinião pública, é necessário que tenhamos em mente que a internet pode sim favorecê-la. As concordâncias emergentes no ciberespaço, a princípio, não se alienam em opinião pública pelo fato da incapacidade de tais técnicas permitirem que se assegurem consensos. Contudo, determinados usos das novas tecnologias podem dar origem a afirmação de algo que se apresente como opinião pública - mas não sem violência -, afinal, a meta-máquina é, além de um excelente banco de dados, uma calculadora bastante eficiente¹⁰² e um ótimo instrumento para o contato com grandes segmento do público.

Não tentamos, portanto, reverter o que Habermas entendeu como "decadência" da esfera pública a partir da utilização de um meio técnico promissor. O que nos interessa é que o discurso político encontra novos espaços para sua realização. A atuação política passa a não depender totalmente das organizações civis tradicionais ou dos partidos, ou, pelo menos,

102 Desenvolveremos melhor tais questões ao no Capítulo VII.

aumentam as possibilidades de articulação entre os indivíduos, com os movimentos sociais e com a política institucionalizada, ou não. A consequência é que o governo passa a ter que negociar também com as opiniões que se utilizam das novas tecnologias para se manifestar.

Intervalo III. A esfera pública virtual nas eleições brasileiras 2006

Os jovens se recusam a confiar em figuras divinas que lhes dizem do alto o que é importante. Querem controlar a própria mídia, em vez de serem controlados por ela. (Rupert Murdoch)

A expansão do acesso à Internet e a evolução das interfaces criativas no que ficou conhecida como Web 2.0 trouxe uma nova tônica para o cenário da comunicação mundial. O ciberespaço, por potencializar uma produção distribuída a partir de seus *peers*¹⁰³, é hospedeiro de uma multiplicidade de expressões singulares, que imersas em redes sociais são capazes de uma produção rica de conteúdos.

A introdução de plataformas de publicação da produção amadora tem por conseqüência a formação de um mercado de comunicação substancialmente diverso do presenciado na comunicação de massa. Os produtos dessa comunicação emergente no ciberespaço caracterizam-se pela abertura de um processo de conversação.

As mídias sociais - destacando-se Orkut, YouTube e Blogs - durante o período das Eleições Presidenciais de 2006 iniciaram uma intensa batalha pela produção de sentidos com a mídia de massa. É importante salientar, no entanto, que essa batalha não se constitui como via de mão única, na realidade essa disputa envolve nuances, permitindo uma relação cheia de conflitos, mas também de convergências entre os indivíduos atuantes no ciberespaço e os jornalistas.

O contexto das eleições

As disputas em torno das eleições presidenciais brasileiras de 2006 tiveram início antes dos meses que antecederam a escolha de Lula para o cargo de presidente (Lima, 2007). Na realidade, o evento que inaugura o início da disputa presidencial ocorre no dia 6 junho de 2005, quando em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo o deputado federal Roberto Jefferson acusa o governo Lula de fazer pagamentos mensais à sua base aliada e à oposição

103 Traduzido para o português como ponto ou nó. É, simplificada, o elemento constituinte da estrutura reticular da Internet.

para se favorecer em votações na Câmara. Nesse mesmo dia foi utilizado pela primeira vez na grande imprensa o termo que veio a ser o carro chefe da campanha de oposição a Lula em 2006: “mensalão”.

Na verdade, pelo menos desde maio de 2005, quando teve início uma grave crise política envolvendo denúncias de corrupção dentro e fora do governo essa (hostilidade ao candidato Lula) foi a tendência dominante na grande mídia brasileira¹⁰⁴. (Lima, 2007, p.18)

Insuflados pelas diversas denúncias surgidas na imprensa, iniciou-se uma profusão de conteúdos políticos no ciberespaço. Listas de e-mail, blogs, comunidades virtuais no Orkut¹⁰⁵ e vídeos publicados no YouTube¹⁰⁶ mostraram-se como importantes ferramentas para o debate da conjuntura política nacional e da disputa pela produção de sentidos¹⁰⁷ em torno dos assuntos eleitorais.

A articulação entre os diversos espaços, que foram o suporte desse renascimento da discussão pública, deu amplitude - no que diz respeito à difusão -, profundidade - devido à diversidade - e, por fim, qualidade no debate desenvolvido na rede.

Conflitos e Convergência entre jornalistas e público na cobertura de 2006

[...] meus colegas e eu - e a minha profissão como um todo - estávamos a entrar numa nova era de progresso. Apercebi-me de que os meus leitores passaram a ser meus colaboradores. (Gillmor, 2005, p.118)

Como os leitores se valem de pseudônimos ficam muito à vontade de dizer com muita franqueza, quase sempre com muita rudeza, o que acham ou deixam de achar. (Blog do Noblat¹⁰⁸)

Imerso nesse contexto de transformação da comunicação mundial a partir da evolução do acesso às novas mídias e das interfaces criativas, o jornalismo passou por mudanças

104 Para ver mais sobre dados da cobertura da mídia impressa nas Eleições Presidenciais de 2006 ver pesquisa do Observatório Brasileiro de Mídia disponível em <http://www.observatoriodemidia.org.br/primeiro.asp>

105 O Orkut é uma página de relacionamentos e uma comunidade virtual. Disponível em www.orkut.com.br.

106 É o mais popular sítio de compartilhamento de audiovisual, “permite que os usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos em formato digital” (Wikipedia). Disponível em <http://www.youtube.com.br>.

107 Os temas que se repetiram nos discursos dos dois grupos políticos que formaram o campo de batalha são a mostra dessa disputa. A discussão ética por um lado e a afirmação dos devires minoritário por outro são marcas dessa tensão.

108 Trecho de entrevista concedida pelo jornalista político Ricardo Noblat à Larissa Morais em 30/10/2006. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod405...> (acessado em 15/04/2008)

importantes a fim de tentar inserir-se na cibercultura e, conseqüentemente, aproximar-se dos usuários.

Dessa forma, os meios de comunicação tradicionais, partindo de suas páginas de jornalismo *online*, passaram a promover uma série de inovações para incrementar suas possibilidades interativas, além da inclusão de blogs de jornalistas em seus portais.

Essas inovações colocaram frente a frente o jornalismo e a cultura do usuário, o que, obviamente, gera tensões significativas uma vez que o público pode, a partir desse momento, dialogar com o jornalista, discutir a agenda - ou re-agendar -, desmistificar a mídia e seus processos de produção de verdade. O público atuante no ciberespaço passa a ser incorporado, de certa maneira, no fazer jornalístico, seja sugerindo pauta, produzindo informação, ressignificando as notícias a partir de comentários ou reverberando as pautas midiáticas.

A reboque da expansão do interesse pela política nacional observou-se uma forte valorização dos *blogs* políticos escritos por jornalistas conhecidos do grande público. Blogs como o do Noblat¹⁰⁹, do Josias de Souza¹¹⁰, da Tereza Cruvinel¹¹¹, do Reinaldo Azevedo¹¹² e do Paulo Henrique Amorim¹¹³ constituíram-se (junto e por causa da grande imprensa) como referências de conteúdo político jornalístico e foram, em grande medida, responsáveis pelo regime de conversação observado durante as eleições presidenciais de 2006.

Os canais abertos pela possibilidade do leitor comentar a notícia, constituíram-se como um incremento para os jornalistas, uma vez que esse *feedback* enriquece as notícias e pode ser uma ótima fonte de informação para o jornalista. Contudo, também expôs os jornalistas a um público ávido por trocar informação e, principalmente, se expressar livremente. Mais do que isso, essa avidez por expressão entrava em rota de colisão com a mídia, pois o público exigia respostas a suas questões.

Aos muitos que me cobraram isso: eu nunca deixei de dizer que o teor do dossiê deve ser investigado. sempre disse que se deve investigar a origem do dinheiro, o mandante da operação e tudo mais.¹¹⁴

109 Blog disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>

110 Blog disponível em <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/>

111 Tereza Cruvinel não publica mais seu blog.

112 Blog disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

113 Blog “Conversa Afiada” disponível em <http://www.paulohenriqueamorim.com.br/>

114 Tereza Cruvinel dando resposta a seus leitores no post “Votos de bons votos”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/tereza/default.asp?a=13&periodo=200610>

Os meios de comunicação e os jornalistas passaram então a conviver com críticas diárias feitas pelo público, que, em sua multiplicidade, cumpriam um papel de vigilância dos jornalistas, o que pode ser comprovado pelas 350 remissões na blogosfera brasileira da palavra “imprensa” nos meses de setembro e outubro de 2006¹¹⁵. Gillmor (2005) já havia apontado para essa questão ao observar que "os leitores sabem mais do que os profissionais de mídia. Uma verdade por definição: eles são muitos e nós, nas mais da vezes somos um só."

Nós e a mídia

Os novos suportes para a produção amadora foram fundamentais para o desenvolvimento das discussões política por ocasião das eleições, uma vez que foram responsáveis pela retomada do direito à expressão em maior escala e não mediada por especialistas. O ato de cobrir a cobertura da imprensa apresentava-se como forma de expressão política, como luta contra a estrutura clássica de “um-todos” da mídia de massa. Analisar (watchblogs) e filtrar as informações que vinham circulando na imprensa constituiu-se como forma de reapropriação da informação. Assim, tornou-se prática comum entre blogueiros pró e anti-Lula voltarem-se para (e contra) a imprensa e discutir suas práticas e seus efeitos.

Alguns desses blogs tornaram-se referência para outros blogueiros, passando a ser citados dentro da rede na qual estavam inscritos e constituindo-se como novos “formadores de opinião”. Generalizou-se então, uma postura crítica em relação à mídia tradicional, que passaram a ser acusados pela comunidade pró-Lula de golpista - devido aos ataques constantes feitos ao governos - e de oportunista pela comunidade anti-Lula - por acreditar que os meios de comunicação haviam ficado reticentes em diversas ocasiões, devido a possíveis acordos com o governo¹¹⁶.

Apesar do poder de agendamento da mídia tradicional ter sido de extrema relevância em todo o processo de fruição na rede¹¹⁷, uma vez que os blogs acabavam por ter em suas pautas

115 Esse número de remissões é quase o triplo do mesmo período de 2005, quando a média de remissões ficava em torno de 125.

116 A publicidade governamental, a Tv Digital e um suposto empréstimo de R\$2,8bi do BNDES para as Organizações Globo eram alguns dos assuntos tratados.

117 Um exemplo marcante é o número de remissões da palavra “mensalão” e da expressão “Lista de Furnas” na blogosfera segundo o Google Blog Search: entre os meses de setembro e outubro registrou-se uma média de 70 posts diários

acontecimentos midiático, isso não significou um posicionamento passivo. Os blogueiros reagendavam e discutiam a agenda, dependendo de sua posição política.

Os jornalistas viram-se então encurralados por seu público, que tentava, muitas vezes, desqualificá-los, apontando erros, inconsistências e as marcas de parcialidade nos textos. Ou seja, a possibilidade de estabelecer um diálogo com os jornalistas, trouxe a tona um público crítico.

Há suspeitas que a Folha e Josias, esta redigindo dentro do comitê central PSDB-PFL, tendo notícias exclusivas. [...] aqui no blog do Josias tem de tudo menos imparcialidade.¹¹⁸

[...] os jornais estão recheados de "manchetes companheiras", que pouco ou nada correspondem à realidade - mas que são sob medida para que o PT tente, às vésperas do pleito, tirar a cabeça para fora da lama em que está atolado. (post do *blog* Nariz Gelado¹¹⁹)

Não se deixem pautar pela mídia e pelo capital sem uma análise profunda dos "fatos", a mídia tem lado, a mídia tem interesses, a mídia tem patrocinador [...] (post do *blog* Amigos do Presidente Lula¹²⁰)

É importante salientar que, em grande medida, o início do processo de "não-especialistas" começarem a discutir mídia decorre do fato de que ao produzir informação, o indivíduo passa a refletir sobre seu processo produtivo, o que possibilita o nascimento do interesse pela discussão. Ou como escreve Gillmor, "o fazer mídia cria um contexto que ajuda o público a entendê-la. Por exemplo: se sou obrigado a selecionar fatos para o meu blog, começo a entender que os jornais e a TV também fazem isso¹²¹."

Os jornalistas diante de uma nova esfera

A maioria das pessoas ainda não se deu conta, mas cada vez mais a transmissão da informação está se transformando num processo de troca, ou segundo a

com a palavra "mensalão" (lembrando que o "escândalo do mensalão" explodiu em junho de 2005), enquanto "Lista de Furnas" registrou menos de 1 post diário no mesmo período.

118 Comentário sobre a matéria "Comitê de Alckmin transborda em crítica ao Ibope" do Blog do Josias de Souza.

119 Disponível em http://narizgelado.apost.com/archives/2006/09/midia_companhei.html

120 Post "Crônica de um golpe anunciado" disponível em <http://osamigosdopresidentelula.blogspot.com/2006/09/crnica-de-um-golpe-anunciado.html>

121 Fala de Dan Gillmor no Colóquio Latino-Americano sobre Observatório de Mídia, extraído de matéria da Carta Maior disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=740>

expressão da moda, numa conversa. (Carlos Castilho¹²²)

A novidade colocada pela possibilidade de expressão do “público” diante do jornalista fez do pólo receptor um emissor em potencial, colocando o jornalismo e os jornalistas em uma nova experiência. O público antes calado transforma-se em um comentador, modificando de forma fundamental o velho paradigma da comunicação de massa em seu caráter comunicacional centralizado e unidirecional. “A internet é o primeiro meio de informação de que o público é o proprietário, o primeiro meio que deu voz ao público” (Dan Gillmor, 2005).

Dar voz ao público significa para o jornalismo dar vazão a um poder constituinte³⁹, que como tal cria antagonismos com o poder constituído dos mídia. Por isso, a relação entre blogueiros jornalistas e seus comentadores foi, fatalmente, conflituosa. A possibilidade de expressão aberta pela seção de comentários somada ao ambiente tenso motivado pelas denúncias de corrupção que eram publicadas diariamente na imprensa promoveu a ascensão do debate sobre o cenário da comunicação brasileira e sobre os próprios jornalistas blogueiros.

As acusações de parcialidade apareciam de todos os lados. Anti-Lula acusando jornalista de ser lulista, pró-Lula acusando jornalista de tucano. Não dependia do post, a lógica parecia simplesmente tentar bloquear, ou melhor, de minar a credibilidade jornalística.

Fica difícil defender não é mesmo? Suas crônicas que sempre começam a defender o governo diante de uma crise, logo são interrompidas pelo “mas” e daí em diante passam a justificar ou isentar o presidente (...) É desanimador ver cronistas da sua envergadura, colocando em jogo sua reputação profissional por ideologismo. (Comentário de uma leitora no *blog* da Tereza Cruvinel)

Seu excesso de sorriso, e comentários totalmente pró-Alckmin/Serra/PSDB são mais do que prova de que as organizações com o nome “Globo” deveriam ser tão investigadas quanto os governantes e políticos deste país, sejam de esquerda ou de direita. (Comentário de um leitor no *blog* da Tereza Cruvinel)

Os comentaristas deste blog precisam chegar a um acordo. Se não é possível em torno do candidato a presidente que seja, pelo menos, em torno da minha posição em relação a eles. (...) Todos cobram a independência do jornalista. Quando ele tenta ser é criticado. (post do Blog do Noblat)

122 Post “A notícia como conversa” do blog Código Aberto. Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs.asp?id={E93628FC-CD0E-4B43-9803-D66EE12B7B5D}&id_blog=2

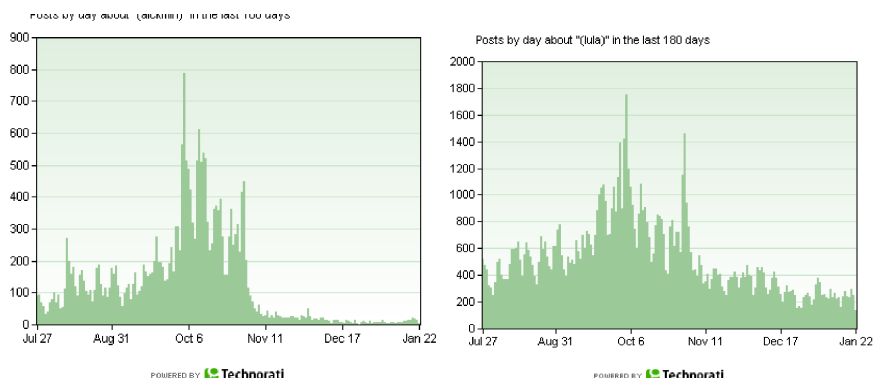
Entretanto, o que em alguns momentos flertou com a pura desqualificação dos jornalistas foi também um processo de desmistificação da imprensa brasileira e da produção jornalística como um todo. O “mito da imparcialidade e da objetividade jornalística”, a “produção de verdade” e a atenção aos interesses de grupos de mídia e de jornalistas tornaram-se temas correntes na blogosfera.

Nos meses de setembro e outubro de 2006 o Google Blog Search registrou uma média 350 remissões diárias da palavra “imprensa” na blogosfera, o que é quase o triplo das remissões do mesmo período de 2005, no qual a média era de 125 remissões diárias.

Provavelmente, foi o momento de discussão pública mais efetiva em relação à mídia. E a discussão está muito longe de ser entre especialistas. Sujeitos comuns estão interados em relação às discussões sobre comunicação, pois, sendo eles também produtores, inicia-se um processo de reflexão sobre a produção e sobre o produto em si.

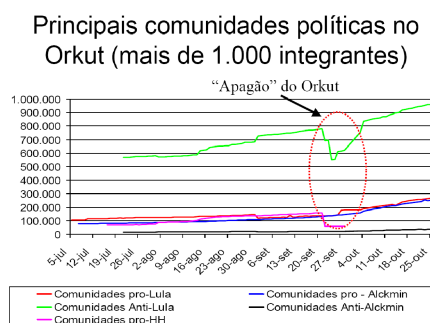
As disputas dos usuários pela produção de informação sobre as eleições 2006

A proliferação de mídias sociais relacionadas à política - e aqui incluímos a blogosfera, o Orkut e YouTube - foi uma das marcas das Eleições Presidenciais brasileiras de 2006. O volume de conteúdo publicado na Internet referente ao evento foi expressivo. A palavra "Lula" chegou a atingir picos de 1800 posts diários na blogosfera e a palavra "Alckmin" teve picos de 800.



No Orkut chegaram a existir aproximadamente 400 comunidades referentes às eleições, acumulando mais de 1 milhão de perfis . A principal comunidade contrária a Lula chegou a

ter 205 mil membros, a segunda maior contava com 180 mil e a maior comunidade pró-Lula chegou aos 106 mil membros. A principal comunidade pró-Alckmin chegou a ter 221 mil membros e a principal anti-Alckmin contava com 26 mil integrantes¹²³, segundo dados da pesquisa “Novas Mídia e Esfera Pública” realizada por pesquisadores da ESPM¹²⁴.



No You Tube, que é o maior site de compartilhamento audiovisual, encontram-se atualmente cerca de 1400 vídeos quando se pesquisa "Lula" e "Alckmin" acumula aproximadamente 550 vídeos, além de cerca de 1000 vídeos referentes à busca por "Eleições 2006".

Essa proeminente produção de conteúdos acerca das Eleições 2006, impulsionada pelo fato da integração entre as interfaces criativas na Internet e da criação de comunidades políticas, tornou a disputa entre mídia e amadores bastante acirrada. As pautas midiáticas eram debatidas publicamente no ciberespaço e a agenda¹²⁵ jornalística, apesar de reverberada, era subvertida por blogueiros e orkuteiros. Além disso, as redes sociais virtuais criaram agendas próprias nas quais, de acordo com a posição política, buscavam informações que a mídia não dava como: informações de bastidores dos debates, acompanhamento de comícios, denúncias sobre o concorrente e denúncias sobre a própria mídia.

Até o comportamento menos ativo atribuído à multidão de blogueiros que somente reproduz o sentido das informações circulados pela imprensa, acaba por filtrar e selecionar aquilo que mais lhe interessa, resultando numa agenda que reconfigura a agenda midiática¹²⁶. (Malini, 2007)

123 Esses números reforçam a tese de que as eleições ocorreram em torno do candidato Lula, o número de participantes em comunidades pró e anti-Lula são muito superiores aos de Alckmin.

124 O arquivo para download da pesquisa encontra-se disponível no link <http://www.espm.br/ESPM/pt/Home/Outros/SalaImprensa/PressReleases/Edicao/esferapublica.htm>.

125 A hipótese da *agenda-setting* sustenta que: "As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas" (Shaw In Wolf, p.143)

126 MALINI, Fabio. **O Comunismo da Atenção: Internet, Colaboração e Nova Economia**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, 2007.

Contudo, apesar da predominância da reprodução da agenda midiática nos blogs e comunidades do orkut, houve situações nas quais as redes ciberpolíticas conseguiram pautar a mídia. Alguns casos foram: a Lista de Furnas, publicada em um blog vinculado ao *Amigos do Presidente Lula*; e as conversas entre o delegado e os jornalistas no "caso Dossiê", que foram publicadas primeiramente no You Tube.

Com essa emergência da comunicação mediada por computadores surgiu, então, um novo espaço de discussão pública, no qual todos os indivíduos com acesso ao ciberespaço interagem em uma conversação horizontal. O “público” pode agora atuar sobre a produção de informação e, por isso mesmo, apresenta-se como ator do processo de formação de opinião, constituindo uma esfera pública que potencializa os debates e modifica o regime de comunicação.

A Opinião em rede

[...] é visível o nascimento de novos espaços que promovem o debate sobre os mais variados temas, permitindo que o receptor deixe de ser passivo face aos conteúdos que são recebidos pelos *media*¹²⁷. (Rodrigues, 2006, p.24)

Durante as eleições presidenciais de 2006 as diversas plataformas de publicação amadora serviram de suporte ao debate político e materializaram uma esfera pública virtual, a partir da qual uma opinião distribuída por todos os pontos da rede emergiu disputando os sentidos colocados pelos meios de comunicação de massa.

Devido ao fato da Internet favorecer uma participação de pares equipotenciais a partir das bordas (Bauwens, 2007) ela possibilita a emergência de uma diversidade de expressões maior do que é capaz a *mass media*. Exatamente por esse alargamento dos sentidos produzidos, viu-se no ciberespaço o nascimento de uma "esfera pública virtual", debatendo intensamente os acontecimento. Devido as inúmeras interferências colocadas pela participação dos amadores no debate político, os sentidos produzidos pela mídia foram fortemente afetados, abrindo espaço para novos “formadores de opinião”.

127 RODRIGUES, Catarina. **Blogs e a Fragmentação do Espaço Público**. Covilhã: UBI, LabCom, 2006.

Nesse contexto, os estatutos teóricos das tradicionais teorias da opinião pública foram profundamente abalado por esse regime diferenciado de formação de opinião. O modelo dos círculos concêntricos - também conhecido como modelo da "pedra no lago" - da formação de opinião não se apresentou como modelo explicativo para a forma como se processou a opinião nas eleições de 2006. Essa deficiência foi bem diagnosticada pelo blogueiro e jornalista Alon Feuerwerker¹²⁸ no artigo/post "Milhares, Milhões de pedrinhas no lago"¹²⁹, na qual ele aponta o fato de que a opinião encontra-se, com a emergência da internet, distribuída por muitos pontos:

(...) a teoria da pedra no lago está plenamente funcional, mas provavelmente há muito mais pedras caindo no lago do que se observa a olho nu. Talvez haja tantas pedrinhas sendo atiradas à água que qualquer modelo teórico convencional fica capenga.

Feuerwerker continua:

Quem quiser continuar sendo um formador de opinião influente nesse novo mundo precisará acostumar-se à idéia de que é apenas um entre muitos. Precisarás aposentar a certeza arrogante e trocá-la pelo argumento eficaz. Precisarás engavetar a desqualificação do diferente e tirar do arquivo a argumentação respeitosa, que procura enxergar a dose de verdade que há nas teses do oponente. Precisarás, enfim, estar mais disposto a jogar o jogo complexo da democracia. No qual o argumento da autoridade vale cada vez menos. E a autoridade do argumento vale cada vez mais.

As eleições presidenciais brasileiras de 2006 já se encontravam inseridas nesse contexto de transformação dos modelos e tecnologias de comunicação, por isso viu o nascimento de uma nova local de objetivação da esfera pública que modifica radicalmente os paradigmas da teoria da opinião pública e, principalmente, provoca o ocaso d'"A" opinião pública.

Ou seja, a questão não é tanto um suposto do "protagonismo" da grande rede no resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2006, o que houve (e há) de interessante nesse novo fenômeno político é a ampliação da arena de discussão e, conseqüentemente, a formação de

128 Blog do Alon. Disponível em <http://blogdoalon.blogspot.com> (acessado em 09/03/08)

129 Disponível em <http://blogdoalon.blogspot.com/2006/09/milhares-milhes-de-pedrinhas-no-lago.html> (acessado em 09/03/08)

uma esfera pública virtual. Em 2006 vimos o surgimento de potenciais “formadores de opinião”, com uma diversidade de opiniões, que trouxe a política a um regime de conversação pública rara para a democracia brasileira.

6. Novas Tecnologias e Política

A emergência de movimentos que começaram a se utilizar das novas tecnologias como instrumento de articulação e organização instituiu outras maneiras de construir a relação entre governo e população. Em parte, isso se deve ao fato de que a internet aprofundou o processo de circulação global da informação, ou seja, somou-se ao processo iniciado pela comunicação eletrônica via satélite. As novas tecnologias atravessam as fronteiras e possibilitam que a comunicação em escala global ganhe novos atores, uma vez modificada de maneira substancial as formas de circulação dos discursos.

O que nos parece importante nesta nova configuração, entretanto, são as condições de comunicação possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Ao favorecer o aparecimento do que nós chamamos - com muitas ressalvas - de "esfera pública virtual", a internet instituiu possibilidades inéditas para a realização das atividades políticas, dentro e fora das instituições, dentro e fora do Estado.

Três aspectos fizeram da internet e das NTIC's instrumentos eficientes de renovação do exercício político - para o bem ou para o mal: a difusão da capacidade de publicização; a abertura de possibilidades de articulação de redes sociais que trafegam entre *online* e o *offline*; e a molecularidade das técnicas de comunicação mediada por computador.

6.1. Difusão da capacidade de publicização

O que nós entendemos por "difusão da capacidade de publicização", parte da constatação de que as novas tecnologias distribuíram a possibilidade de publicar pela sociedade e reduziram o custo de publicação a quase-zero (Gillmor, 2004). Por um lado, entramos no perigo da incompreensão absoluta: "todos falam ninguém ouve". Mas assim como não há entendimento absoluto, o inverso apocalíptico também não cabe. O que há é um dado: as possibilidades de falar e ser ouvido foram profundamente modificadas com a emergência dos novos dispositivos de comunicação.

A comunicação entre muitos chega, assim, a um nível de heterogeneidade não

experimentada anteriormente, os discursos políticos mais diversos conseguem atingir públicos que não eram possíveis em outras épocas. É verdade que ao mesmo tempo em que surgem publicações dedicadas às minorias, todo o tipo de discurso reacionário também encontra espaço, mas esse não é um problema de *media* e sim de *ética*, que exigiria uma discussão longa que nós não nos propomos a fazer.

O fundamental é que o mercado de comunicação é, devido às possibilidades colocadas pela comunicação mediada por computador, amplamente modificado, uma vez que uma série de discursos potentes encontram espaços de expressão. A articulação em rede desses discursos, permite que a comunicação realize-se fora das obstruções existentes na esfera pública dominada pela mídia massiva, pois abre a capacidade de agenciamento para as bordas do sistema. Tal regime de comunicação é, portanto, diferente do que nos acostumamos com mídia massiva.

Outra questão importante é o fato da dificuldade de controle sobre a internet tornar-se um empecilho para que os governos coloquem em funcionamento mecanismo de controle das opiniões, o que era, em grande medida, mais simples quando tratava-se de censurar a imprensa. A falta de um centro de difusão torna, em grande medida, as restrições à expressão, impostas pelos governos à rede, medidas com um resultado prático aquém do esperado.

Os indivíduos e os grupos têm em suas mãos artefatos técnicos que renovam suas capacidades expressivas, de maneira que as forças colocadas de forma vertical, enfrentam, nesse momento, resistências articuladas horizontalmente. Assim, a cada um nó obstruído, indivíduo calado, ou movimento reprimido, tendem a aparecer muitos outros com semelhante potencial de perturbar a ordem imposta. Isso por que "a informação irrompe, através de todas as barreiras de proteção, sob a forma de mensagens rápidas, de e-mails e de chamadas telefônicas" (Gillmor, 2004, p.60).

6.2. Articulação nas redes sociais virtuais

Essa mudança no cenário da comunicação também tem desdobramentos na forma como os indivíduos se relacionam. As novas tecnologias em sua condição de máquina relacional (Jollivet, 2005) faz com as interações entre indivíduos e entre grupos encontrem um novos locais para se realizar fora da co-presença no tempo e no espaço. Politicamente, essa possibilidade significa o surgimento de formas de articulação inovadoras, uma vez que potencializa a formação de redes.

As "redes sociais", tão identificadas com a internet - ao ponto de ser sinônimo de sites de relacionamento -, não são um criação das novas tecnologias - as relações sociais estabelecidas entre familiares, vizinhos, colegas de trabalho, correligionários políticos, etc. são também redes. Todavia, as formas de contato possibilitadas pelas novas tecnologias tornam tais redes visíveis.

Rheingold (2004) observa que a difusão das tecnologias de comunicação possibilitou o aparecimento do que ele chama de *smart mobs* (que pode ser traduzido por multidões inteligentes), que são movimentos coletivos que se utilizam da formação de redes possibilitadas pelas novas tecnologias para mobilização e organização política.

As multidões inteligentes estão formadas por pessoas capazes de actuar conjuntamente mesmo que não se conheçam. Os membros desses grupos cooperam de modos inconcebíveis em outras épocas porque utilizam sistemas informáticos e de telecomunicações muito novos que lhes permitem conectar-se com outros sistemas do entorno, assim como com outras pessoas. (Rheingold, 2004, p.18)

Obviamente, como nota Barrabási (2005) em sua "tipologia" das redes, nem toda estrutura reticular possui a mesma organização. Algumas redes possuem vínculos estreitos entre poucos indivíduos constituindo organizações densas e fechadas, outras caracterizam-se pelo fato dos indivíduos manterem relações mais fracas entre si e são mais abertas. Essas diferenças, entretanto, não servem para distinguir, *a priori*, formas boas e ruins de

organização, cada rede se organiza de acordo com um objetivo e podem se encerrar quando o mesmo já foi cumprido.

Mesmo que tenham um caráter efêmero ou simplesmente não-institucional, a organização em rede dos movimento é um sinal das possibilidades políticas pós-NTIC's. O interessante é que seus usos possibilitam formas de atuação inéditas, que podem se desenvolver em contato com as organizações tradicionais ou apesar delas, criando circuitos não previstos na "esfera pública" institucionalizada no Estado.

6.3. A política e as técnicas moleculares

Por último, a molecularidade das novas tecnologias permitiu a singularização das relações políticas. Se em um determinado ponto de vista, pode-se chegar a um grau de individualização que contribui para o "déficit político" da sociedade, por outro, permite-se tratar o indivíduo como algo que não a "massa", inventada pelos dispositivos molares. Encontramo-nos, aqui, entre duas linhas que se entrecortam e fornecem possíveis direções que podem ser tomadas pela produção política ajudada pelas NTIC's.

Vale ressaltar que não pretendemos afirmar que os movimentos formam-se sem nenhum tipo de hierarquia ou de comandos centrais. Contudo, certamente, surgem exemplos de organização a partir de alguns pontos com graus de hierarquia diferenciados, o que, de qualquer maneira, dá maior capilaridade e, por isso, maior capacidade de penetração no tecido social.

Atentos a isso, o marketing e as formas de "trabalho sobre a opinião pública" - que funcionam como mecanismos de controle¹³⁰ - tornam-se mais potentes¹³¹, mas também a

130 Deleuze em seu *Post-Scriptum Sobre as Sociedade de Controle* (1992) afirma que o marketing é a nova forma de controle em uma formação social na qual "os indivíduos tornaram-se '*individuais*', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou '*bancos*'" (Deleuze, 1992, p.222). Hardt e Negri (2006) parecem compartilhar de tal análise quando afirmam: "O marketing, em si, é uma prática baseada em diferenças, e quanto mais diferenças houver mais as estratégias de marketing encontram campo para se desenvolver. Populações cada vez mais híbridas e diferenciadas apresentam um número prolífico de 'mercados alvos' que podem ser alcançados com estratégias específicas de marketing. O marketing pós-moderno reconhece a diferença de cada mercadoria e de cada segmento da população, elaborando suas estratégias apropriadamente. **Toda diferença é uma oportunidade**" [grifo nosso] (Hardt & Negri, 2006).

131 "No caso da Internet, uma campanha eficaz dá origem a uma comunidade que, de sua livre vontade, começa a publicitar-lhe o produto. Se a campanha for bem feita, não terá necessidade - nem vontade - de a controlar" (Ed Cone *In*

organização dos movimentos começa a aproveitar de maneira mais eficiente as potencialidades e as disposições dos indivíduos.

Apesar de apresentar uma certa euforia - talvez fosse mais correto tratar como problema de utopia - em relação às perspectivas abertas pelas novas tecnologias, na crença de se poder erigir a "ágora virtual" que nos leve ao soerguimento de "democracias diretas" construído pela "inteligência coletiva", Pierre Levy (2007) oferece indicativos para a relação entre a política e o caráter molecular das NTIC's:

[...] a política molecular, ou nanopolítica, valoriza de modo mais sutil, mais justo e bem a tempo, a substância do social. Aproveita todo ato humano, valoriza cada qualidade. Promove uma engenharia do laço social que faça trabalhar o conjunto, que faça as criatividades, a capacidade de iniciativa, a diversidade das competências e as qualidade individuais entrar em sinergia, sem encerrá-las ou limitá-las por meio de categorias ou estruturas molares *a priori*. (Levy, 2007, p. 56)

De fato, em um momento de enfraquecimento das instâncias de representação (Hardt & Negri, 2006), inserir os indivíduos de maneira mais ativa no processo de construção dos movimentos políticos constitui uma possibilidade de revigoramento da política. Não é a estrutura dos partidos com seus políticos profissionais que vai dar um rumo para as lutas empreendidas dentro da sociedade, mas são as formas de organização que inserem as singularidades nos projetos coletivos¹³² e permitem uma participação mais efetiva dos indivíduos.

Esse tipo de singularização da política pode redundar, sem dúvidas, em formas de movimento e organização sem potência por falta de um objetivo, de um sentido, ou como prefere Negri (2006), de um *interesse comum*. Não obstante, permite uma aproximação política que se afasta do caráter representativo buscado por organizações tradicionais - como partidos e certos movimentos sociais - que pretendem se colocar como um quinhão de "opinião pública".

Gillmor, 2004).

132 Apesar de os exemplos não serem abundantes, ou melhor, de tal forma de apreensão das tecnologias não ser generalizada, alguns acontecimentos mostram que ela é possível. Logicamente, em contextos históricos e configurações políticas específicas.

Enfim, o fundamental é que os três aspectos por nós apontados passam a atravessar efetivamente a política. Seja no momento em que os governos funcionam com a internet e com as novas tecnologias a seu favor, seja no momento em que a internet funciona politicamente em desacordo com os governos. E são também esses aspectos que fazem com que os governos coloquem-se contra a internet em determinadas situações, baseando-se em sua estrutura jurídica e, portanto, em sua soberania. Todavia, tanto a falta de um arcabouço jurídico, quanto as dificuldades técnicas limitam o controle - que é onde a soberania talvez torne-se mais clara - por parte do Estado sobre as opiniões que nessa "esfera pública virtual" ganham publicidade.

7. NTIC, Estado e Opinião Pública: continuidades e descontinuidades

Nesse momento, partiremos para uma análise das maneiras como a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação entra em uma relação conflituosa com o Estado no que toca à opinião pública. Quando falamos de conflito não estamos tratando de uma oposição, mas de uma relação que possui continuidades e descontinuidades, "desterritorializações" e "reterritorializações".

Se a opinião pública tende a se configurar como uma "territorialidade de massa" (Deleuze, 1995) é porque ela recorre a uma unidade para dar conta da multiplicidade. O avesso dela é, portanto, a "desterritorialização de matilha" que expõe o fato de que as opiniões são múltiplas e que a opinião pública é uma falsificação não só da multiplicidade como da própria opinião.

Na medida em que a internet permite a associação a partir da borda – dos nós, *peers* – possibilita a expressão de singularidades, que se utilizam da potência rizomática da internet para ativar formas de cooperação e construir zonas para tal desterritorialização¹³³. O resultado é que, além de possibilitar novas formas de organização da ação política, favorece para que apareçam outras expressões críticas na "esfera pública".

Ou seja, as formas de representação da opinião pública são constantemente negadas pelo regime de visibilidade possibilitado pela internet, uma vez que há ali espaços de expressão da multiplicidade. No entanto, em alguns momentos a internet e os novos dispositivos de comunicação são colocados em funcionamento pra constituir uma opinião pública. Pois, a mesma utilização das TIC que pode servir para desestabilizar o poder cristalizado nas instituições, também serve de instrumento para legitimá-lo.

Teremos aqui, portanto, três pontos de ataque especificamente, sendo que os dois últimos estão intimamente relacionados. O primeiro ponto está relacionado à convergência entre governo e os novos dispositivos de comunicação, que possibilita a emergência de formas de refinamento das técnicas que garantem a governamentalidade; b) no segundo refletiremos

133 Uma metáfora utilizada por Deleuze explica bem as noções de territorialização e desterritorialização: "[...] os árabes são uma massa organizada, armada, extensiva, espalhada em todo o deserto; e os chacais são uma matilha intensa que não pára de entranhar-se no deserto, seguindo linhas de fuga ou desterritorialização" (Deleuze, 1995, p.51).

sobre as formas de obstrução à internet perpetuadas pelo Estado, buscando uma leitura de como a relação entre opinião pública e governo é mediada pela soberania nacional; por fim, c) o último destacará as ocasiões nas quais as novas tecnologias são apropriadas de maneira mais radical pelo corpo social influenciando de maneira mais decisiva na soberania e, assim, nos mecanismos de legitimação da opinião pública.

O que é comum às abordagens apresentadas é o fato de todas elas buscarem o ponto de encontro entre novas tecnologias, soberania e opinião pública. Aliás, a insistência no tema da soberania, dá-se pelo fato de que, os discursos sobre opinião pública são também discursos relacionados à soberania - não importa se assumem um compromisso com a popular ou a nacional.

Outra questão que é confluyente na análise é a reflexão crítica da opinião pública. Em concordância com o segundo e com o terceiro capítulo e com o Intervalo II tendemos a nos debruçarmos sobre a mesma não como um fenômeno, mas como uma construção. A intenção não é lhe privar o caráter de conquista social, que, de fato, foi, mas apresentar como a noção de opinião pública ao se remeter ao Estado, tende a garantir a manutenção de um certo exercício de poder.

7.1. As novas tecnologias aplicadas ao governo

Ao debruçarmo-nos sobre tal tema, nosso objetivo é mostrar como as novas tecnologias podem ser utilizadas para promover o aperfeiçoamento de técnicas de governo, como forma de melhorar a governamentalidade ou de garantir a legitimidade a um "governo" (introduzimos as aspas pois ao longo do trabalho falamos de governo como forma de gestão do Estado e não como grupo político que tem em mãos o aparelho do Estado). Nesse início de século XXI, com a profusão das NTIC e com o avanço de sua penetração em grande parte do mundo, os governos começaram atentar para as possibilidades de comunicação emergentes, passando a valer-se das mesmas. Além disso, do ponto de vista da ciência da informação, nunca houve tanta disponibilidade de dado nem tanta facilidade de cruzamento dos mesmos.

A criação de canais de comunicação direta com a população, por exemplo, é uma das designações atribuídas pelos governos às novas tecnologias. Entretanto, buscamos analisar as situações nas quais a população é incitada à contribuir com o governo a partir das NTIC estabelecendo-se uma relação das mesmas com a idéia de opinião pública.

Certamente, tal postura governamental - onde ela existe, mesmo que de forma incipiente - é desdobramento de certas reivindicações da própria sociedade no sentido da ampliação da participação política e do aperfeiçoamento da democracia, mas isso não significa que essas reivindicações tenham gerado mais bônus do que ônus. Como não significa que haja um progresso rumo à perfeição democrática.

Para desenvolvermos tal discussão partiremos de dois exemplos de utilização da internet com fins de governo: a) o *e-government* (*e-governo*, *e-gov* ou *governo eletrônico*); e b) os usos político-eleitorais da internet.

7.1.1. O e-gov e a governamentalidade

A emergência das discussões em torno da *e-government* (e-governo ou governo digital) partem da observação do potencial da internet para a dinamização dos processos administrativos e a desburocratização da informação e serviços (Gilarducci, 2006¹³⁴). Com o aumento da penetração dos novos dispositivos tecnológicos na sociedade, apercebeu-se que as novas tecnologias poderiam auxiliar o governo.

Conforme Perri (apud Jardim, 2004¹³⁵), o governo digital pode ser pensado a partir de três frentes:

1.Fornecimento de Serviços Eletrônicos

Essa área concentra a maior parte dos esforços, recursos e atenção política devotados a Governo Eletrônico. O fornecimento de serviços de utilidade pública para o contribuinte, assim como o relacionamento Governo-Empresas, usando as tecnologias da informação e comunicação

134 Renato Vieira Gilarducci. **E-Gov: Para quê e para quem?**, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciência da Computação) - Universidade Federal Fluminense.

135 JARDIM, José Maria. **A construção do e-gov no Brasil: configurações político-informacionais**. In: V Encontro Nacional de Ciência da Informação, 2004, Salvador. Anais do V Encontro Nacional de Ciência da Informação, 2004.

como propiciadoras para tal.

2. Democracia Eletrônica (e-democracy)

Refere-se aos sistemas de votação eletrônica e experiências piloto de consulta on-line aos cidadãos.

3. Governança Eletrônica

Essa seria a área menos estudada de Governo Eletrônico. Inclui, entre outras atividades: suporte digital para elaboração de políticas públicas; tomada de decisões; public choices e workgroup entre os vários gestores públicos de diferentes escalões. (Jardim, p.2)

Seja para o fornecimento de serviços ou para implementação de formas de democracia e governança eletrônica, os novos dispositivos de comunicação permitem ao governo dinamizar seu funcionamento interno, além de facilitar o contato com outros governos e com a população. Segundo um texto publicado pela Casa Civil da Presidência da República¹³⁶ em 2002, a aplicação das TIC é uma das questões fundamentais do século XXI, pois com as mesmas:

[...] a administração pública exercitou o aprendizado de diversas inovações e desenvolveu novos tipos de relacionamento, por meio das transações *G2G* (negócios intra e entre governos), *G2B* (negócios entre o governo e as empresas fornecedoras e investidores) e *G2C* (negócios entre o governo e o cidadão nos seus diversos extratos). (apud Gilarducci, 2007, p.10)

Pode-se perceber que a idéia de governo eletrônico foi fortemente influenciada pelo *e-business*¹³⁷. A pretensão de utilizar as TIC para desenvolver mecanismos mais eficientes de gestão e de contato com outras instituições e com o público, que nasceu no mercado, atinge a esfera política. Por um lado, se pensarmos a vitalidade das relações econômicas para o Estado, o *e-gov* pode ser visto como a tentativa de aplicar as novas tecnologias para aumentar a produtividade. Por outro, pensando na relação entre governo e população, sua função primordial é melhorar as condições de governo da população, tendência que se observa desde o final do século XVIII (Foucault, 1979) e que já em meados do século XIX atingiu um dos ápices com a máquina de recenseamento de Hollerith. Saindo do século XIX

136 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Dois de Governo Eletrônico. Balanço de Realizações e Desafios Futuros*. Brasília, 2002. 46 p.

137 Os modelos de negócio baseados em tecnologia e na internet foram desenvolvidos, abordando as relações entre empresas e destas com seus consumidores e até mesmo entre eles, denominadas respectivamente, *transações B2B* (do inglês, *Business to Business*), *C2C* (do inglês, *Consumer to Consumer*) e *B2C* (do inglês, *Business to Consumer*).

para o XXI, a "ciência de governo" não mudou tanto, mas sim as máquinas.

Acreditamos que o desenvolvimento do governo eletrônico nessas linhas vai fortalecer nossa democracia e acelerar não só o pagamento da imensa dívida social como também a competitividade da nossa economia, em que o conhecimento e a organização eficiente são cada vez mais importantes. (Chain, Cunha, Knight & Pinto, 2004¹³⁸)

Essa mudança das máquinas que certamente implica e é implicada por transformações sociais gerando grandes expectativas, o que leva a conclusões como a da proposição acima. Entretanto, quando falamos em "melhorar as condições de governo da população" não estamos tomando um posicionamento otimista, estamos ressaltando o papel das novas tecnologias no aprofundamento da *governamentalização do Estado*, as TIC são as técnicas primordiais das novas inscrição do *biopoder*.

Temas como o da democracia eletrônica e da "ágora virtual" aproximam-se das condições técnicas da internet buscando as possibilidades de construção de democracias mais participativas, se não diretas. O problema é que parte-se mais de uma projeção positiva ou de um projeto revolucionário do que propriamente de um material que comprove tais possibilidades.

Logicamente, a utilização das TIC pelos governos pode redundar em formas inovadoras de fazer política, possibilitando que os cidadãos participem de processos decisórios e se coloquem de maneira mais ativa perante o Estado. O fato do governo poder utilizar-se das técnicas moleculares na relação com o público é algo de um valor político inestimável, tanto por não ficarmos dependentes das sujeições molares - como o voto -, como por abrir canais de comunicação em larga escala fora do sistema midiático (que é um dispositivo molar de comunicação). Estamos diante, portanto, de dispositivos de comunicação que por valorizarem a atividade dos indivíduos, crê-se que são revolucionários: "[...] o governo eletrônico fortalece as instituições democráticas porque facilita o controle social do aparato do Estado pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada. (Chain, Cunha, Knight & Pinto, 2004)

138 CHAIN, CUNHA, KNIGHT & PINTO. **e-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Editora Pearson, 2004.

As condições para aproximar o cidadão das instituições políticas certamente estão alteradas, entretanto, pelo menos, a princípio, as aplicações do *e-government* estão longe das utopias geradas. Na mesma medida em que desdobra-se na promoção de encontros interessantes entre a política institucionalizada e o cidadão comum, as TIC favorecem mecanismos de refinamento da governamentalidade, que são muito mais palpáveis do que algo como uma "democracia direta em tempo real" leviana. As técnicas de extração da opinião pública, aquela que surge como soma das opiniões individuais, ganham em precisão e, de quebra, tomam um caráter mais democrático.

Até o momento, o que se chama de *e-gov*, apesar de suas qualidades, não teve o papel revolucionário que lhe é imputado. Parece-nos, que do ponto de vista governamental, o computador ligado à internet é um processador de informação com a capacidade de obter, trocar e calcular dados, mais do que um instrumento nas mãos de uma população que busca se governar. Na realidade, o que temos de mais concreto é que as TIC nos levam a um estágio bastante avançado de governamentalização. Os bancos de dados crescem, assim como sua variedade e suas oportunidades de formação. Talvez em pouco tempo possamos votar pela internet, mas não há previsão para a população tomar as rédeas do Estado.

A crença de que as técnicas de governo eletrônico são um progresso da democracia, um passo rumo a um "controle mais efetivo da máquina do Estado" pelo povo é por demais utópica e otimista. Ao possibilitar a singularização de sua relação com a população, o governo ganha em termos táticos, seu conhecimento sobre a população avança de forma significativa. Na verdade, a própria população se dispõe a ser conhecida, até porque, de fato, a ampliação da participação é algo positivo para o fortalecimento da democracia. Por isso, o *e-gov* torna-se terreno de luta e é uma reivindicação popular.

Entretanto, apesar do propósito democrático, nada indica que a tendência seja o governo compartilhar o poder cristalizado na estrutura do Estado com a população. A colaboração da população não significa a construção de um "auto-governo", nem algo semelhante, mas a maximização da capacidade de governar. O governo que se coloca a conhecer a "opinião pública" por meio eletrônico não se submete a ela, mas a apreende para melhor governar.

Não há maniqueísmo em tal assertiva, há sim uma avaliação de que a população que reivindica participação no processo político-institucional, não tende a tomar o controle das instituições com a utilização das tecnologias digitais, mas sim a contribuir para seu funcionamento.

Considera-se que o Governo Eletrônico amplia a efetividade do governo em quatro aspectos: Será mais fácil para a sociedade ter suas perspectivas consideradas pelos governos na (re)definição de políticas públicas; A sociedade poderá obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas on-line; A sociedade contará com serviços mais integrados porque as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si; A sociedade será melhor informada porque poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços (Jardim, p. 4)

A questão que deve ser avaliada, portanto, é a qualidade da participação. *Caso* a "ágora virtual" fosse uma realidade, sem dúvidas, estaríamos em um regime democrático perto da perfeição, pois a "opinião pública" formada pelo livre pensar dos cidadãos poderia emergir. *Se* conseguíssemos mobilizar a "inteligência coletiva" de maneira que construíssemos uma democracia direta, o governo eletrônico seria tão revolucionário como, por vezes, espera-se que seja. Mas não é o que acontece, a idéia de governo eletrônico continua ativando a idéia de um público, que é formado sim por cidadãos, mas não por colaboradores do governo.

Principalmente no que tange à *e-democracy*, ao fornecimento de Serviços Eletrônico e às formas de comunicação direta, o governo eletrônico se propõe a construir um relacionamento mais aberto com o público. Nesse sentido, de fato,

O governo eletrônico é uma poderosa ferramenta de reforma administrativa do Estado, uma vez que facilita a transparência, a eficiência na entrega de serviços públicos, a luta contra a corrupção e a individualização do atendimento aos cidadãos. (Chain, Cunha, Knight & Pinto, 2004)

Isso não significa, todavia, crer que estejamos imersos em um processo político que levamos a cabo com a utilização das TIC, a não ser se restringimo-nos às potencialidades das mesmas e que coloquemos nosso desejo no discurso, como faz Levy (1996):

[...] urge, imaginar, experimentar e promover, no novo espaço de comunicação, estruturas de organização e estilos de decisão orientados para um *aprofundamento da democracia*. O *ciberespaço* poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o *mais próximo possível das comunidades envolvidas*. (Levy, p.61)

Os avanços possibilitados pelas formas de *e-gov* implementados até o momento são muito mais significativos do ponto de vista da eficiência e da produtividade do governo, do que do ponto de vista do "controle social do aparato do Estado pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada".

Por esse ponto de vista, a lógica da *governamentalização do Estado* foucaultiana, com suas preocupações econômicas em relação à população encontra no *e-gov* uma ferramenta potente de gestão. Não só permite que a população seja questionada sobre seus anseios - por meio de consultas *on-line*, seja com sistema de votação ou pesquisas - e seja iluminada em seus aspectos importantes para o "bom governo", como a utilização das técnicas informáticas deixa que os governos processem as informações de maneira mais ágil. Dessa forma, a estatística, que como analisou Foucault (1979) constituiu-se como saber fundamental para o Estado - responsável em parte inclusive pela gênese do computador - encontra condições materiais inéditas para atingir seus objetivos. As minúcias da população são cada vez mais bem conhecidas e utilizadas pelo governo.

Ao melhorar o atendimento ao público e ao utilizar as novas tecnologias para a organização interna e ao contato com o público externo - sejam empresas ou cidadãos -, o governo eletrônico visa uma melhora da administração, mais do que possibilitar que a vontade geral ou a opinião pública construam mecanismos para se exercer. A democracia eletrônica não se mostrou outra coisa que não o desdobramento tecnológico de técnicas de governo já existentes, o sistema político, todavia, permanece intocado. A opinião pública, em seus moldes institucionais e eletrônicos, continua a ser um dispositivo, que garante a legitimidade do governo, sem ter poder para eletronicamente deslegitimá-lo caso fosse esse seu desejo.

7.1.2. Usos político-eleitorais da internet

Nesse início de século XXI, com a expansão da apropriação social de novas tecnologias de informação e comunicação, surgiram formas e espaços de realização da política diferentes das arenas tradicionais. As instituições - seja o parlamento, o partido ou os movimentos sociais - encontram possibilidades de contato com o povo/público que não estão restritos à comunicação massiva, além disso, os próprios indivíduos tem em mãos aparelhos de comunicação que lhes permite outras maneira de atuar politicamente, como já analisamos no Capítulo VI.

Seja por meio da mera conversação ou do debate de caráter deliberativo, seja utilizando as técnicas de maneira inovadora para a mobilização e para a organização de movimentos robustos ou de *flashmobs*, observamos que a participação política possui novas condições com a aplicação das NTIC.

Os atores políticos parecem, progressivamente, chegar à mesma conclusão - não importando o juízo que façam. Observa-se uma tendência à valorização das potencialidades das tecnologias de comunicação emergentes, que pode ser explicada pelo interesse pela novidade, pelas condições de comunicação possibilitadas ou pela pressão social. A verdade é que os governos, os partidos, os políticos e a sociedade civil organizada - essa ainda com alguma relutância - descobriram que a utilização racionalizada das TIC significa um ganho de penetração social. Se, por um lado, podemos analisar tal ganho do ponto de vista das instituições - como fizemos no tópico anterior -, por outro, concordamos que os indivíduos politicamente ativos - o militante e o "formador de opinião" - são favorecidos em sua atuação e os indivíduos que se mantinham à parte da vida política possuem mais recursos para sua participação.

A comunicação mediada por meta-máquinas abre possibilidades de expressão pública, de difusão de informação e de criação de espaços de diálogo que as torna politicamente relevantes. Apesar dessa constatação generalista, nos interessa, no atual ponto do trabalho, a aplicação das TIC para a realização da política nos moldes institucionais, em particular, em situações eleitorais. Novas formas de participação política desenvolvem-se espontaneamente e são estimuladas, fazendo do indivíduo comum elemento chave do processo político, pois o

mesmo pode vir a ser não só o sujeito do voto como parceiro e/ou colaborador. O indivíduo pode ser um agente de campanha. A lógica é fazer as opiniões empenharem-se em conquistar sua representação institucional.

Apesar de ser um fenômeno ainda recente, visto que as interfaces que chamamos por mídias sociais tem seu desenvolvimento iniciado já nos anos 2000¹³⁹ e que as tecnologias móveis começaram a se popularizar no mesmo período, já existem exemplos importantes de utilização político-eleitoral das TIC. Devido ao pioneirismo e ao impacto da comunicação mediada por computador, para desenvolver o tema e apresentar um estágio de utilização das mídias sociais, ainda não atingido pela grande parte do mundo, trabalharemos com as últimas duas Eleições Majoritárias norte-americanas.

139 É bem verdade que autores como Rebeca Blood e Dan Gillmor datam o nascimento dos blogs em meados da década de 90, contudo, a popularização dos mesmos e o surgimento das outras mídias sociais ainda não completou dez anos - a Wikipedia nasceu em 2001, o Orkut em 2004, o You Tube em 2005 e o twitter em 2006.

Intervalo IV. Pequeno histórico da utilização político-eleitoral da internet nos EUA

Eleições norte-americanas 2004: o caso Dean

Foi a primeira salva de tiros de uma revolução. O som de centenas de americanos desligando suas televisões e adotando a única forma de tecnologia que lhes permite participar novamente, ganhar controle de um processo que os alienou anos atrás. (Trippi)

Durante a prévia eleitoral norte-americana de 2004, a Internet teve seu primeiro pico de utilização com fins político-eleitorais. Apesar de vir sendo utilizada desde sua popularização - principalmente para divulgação -, somente com a emergência das mídias sociais no que ficou conhecido como web 2.0¹⁴⁰ a política institucional-partidária passou a dar atenção à suas potencialidades.

A campanha de Howard Dean em 2004 contava com uma Internet consolidada nos EUA, com possibilidades de publicação de conteúdo nunca visto antes e com uma estratégia de marketing político voltada para as novas mídias e para seus usuários, ou melhor, possíveis colaboradores de campanha. Utilizando-se do Meetup.com¹⁴¹ e com as contribuições de blogs como o MyDD¹⁴², Dean e Joe Trippi¹⁴³ fizeram da web um local de convergência de seus apoiadores, conseguindo uma mobilização inesperada:

Agora 2003 já está no fim e nós estamos no topo, à frente nas pesquisas, no processo de arrecadar mais de 50 milhões, 15,8 milhões somente nesse período de arrecadação de fundos – um recorde – a maior parte desse dinheiro vinha de pequenas doações de U\$100,00 ou menos. [...] Nós temos um exército de quase 600.000 partidários inflamados não mais apenas meia-dúzia de simples doadores; mais ativistas, idealistas, pessoas que nunca tinham sido politicamente engajadas e agora estavam vivendo

140 Termo cunhado em 2004 por Tim O'Reilly para demarcar a passagem da internet da era dos portais – Web 1.0 – para a web como plataforma de redes sociais. Segundo definição de O'Reilly: "Web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a [inteligência coletiva](#)".

141 Site que ajuda as pessoas a organizar encontros. Disponível em <http://www.meetup.com/>

142 Blog que serviu de referência para eleitores e outros blogs apoiadores de Dean.

143 Joe Trippi é um conhecido marketeiro político e consultor do Partido Democrata norte-americano. Junto com Howard Dean construiu a primeira campanha eleitoral pela internet com bons resultados. Em 2004 publicou o livro *The Revolution Will Not Be Televised: Democracy, the Internet, and the Overthrow of Everything* (sem tradução para o português)

e respirando essa campanha. (Joe Trippi, 2008¹⁴⁴)

Logicamente, o relato de Trippi sofre do problema de ser o relato de um marketeiro sobre sua própria campanha, mas isso não anula o fato de que pela primeira vez um político se interessava em fazer de seus eleitores uma comunidade politicamente ativa por meio das novas tecnologias. Com a possibilidade de expressão e difusão de informação e opinião que havia sido conquistada, os apoiadores informais da campanha de Dean puderam trabalhar para levar seu candidato, até então um senador de Vermont de pouca representatividade política, a ser conhecido e relevado na disputa pela Casa Branca.

Pela internet, quatro assessores da campanha de Howard Dean conseguiram formar um exército de 55 mil internautas que saem pelas ruas distribuindo panfletos, batem nas portas dos indecisos e mandam dólares¹⁴⁵.

Com uma agressiva estratégia na internet e aproveitando o apelo de Dean entre os jovens, principalmente por seu discurso radical contra a Guerra do Iraque, a campanha de "Dean for America" conseguiu fazer do candidato algo além do governador de Vermont. Com a internet, ele não só conseguiu aproximar seus eleitores e fazê-los participarem de maneira decisiva na campanha como conquistou uma arrecadação maior do que a de John Kerry - candidato que possuía maior prestígio dentro do partido democrata.

Howard Dean não sabe usar agendas eletrônicas nem navegar na internet, mas nos últimos três meses levantou US\$ 7,5 milhões on line – US\$ 1,5 milhão a mais do que o senador John Kerry [...] ¹⁴⁶.

Em Iowa, a disputa pela presidência chegou ao fim depois que seus opositores tocaram em questões delicadas sobre o período em que Dean governou o estado de Vermont. Sua popularidade despencou e a imagem da diferença construída com uma "campanha democrática" pela internet caiu diante das acusações da mídia e da oposição (Trippi, 2008).

Parte do dinheiro arrecadado pela internet, foi utilizado pela campanha de Dean para ganhar espaço na televisão, uma vez que pensaram ser essa a solução para atingir um maior público.

144 TRIPPI, Joe. **The Revolution Will Not Be Televised**. New York: Harper, 2008.

145 Artigo de opinião chamado "Howarddean.com" escrito por Lucas Mendes e publicado no site da BBC Brasil. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/07//030710_lucasmendes.shtml

146 Idem.

Entretanto, tal espaço não se converteu em apoio, pelo contrário, segundo Trippi (2008), a mídia norte-americana fez da “honestidade improvisada” de Dean “uma espécie de Síndrome de Tourette política”, deturpando suas palavras e contribuindo para a campanha negativa proposta por seus opositores. O ápice foi um discurso transmitido em rede nacional no qual Dean supostamente não parava de gritar, parecendo exaltado.

O candidato Howard Dean, depois de ter perdido a eleição primária no Iowa, ao dirigir-se aos seus apoiantes teria gritado supostamente de uma forma histérica. O som do microfone onde Dean teria gritado correu mundo, via rádio, televisão e internet. Dean foi então apontado como um candidato instável e pouco sóbrio, a juntar à imagem de radical que já tinha¹⁴⁷.

Independente do resultado, as inovações implementadas pela campanha de Dean deixou suas marcas, o que fez Trippi reconhecer sua força - como bom marketeiro por sinal: “algo espantoso aconteceu nas eleições presidenciais de 2004: pela primeira vez na minha vida, talvez pela primeira vez na história, um candidato perdeu e sua campanha venceu”. Apesar de aqui de o uso das mídias sociais em favor de Dean não ter conseguido converter-se na opinião pública representada pelo voto, as opiniões dispostas na rede mostraram que tinham alguma capacidade de influir na política.

Eleições Norte-Americanas de 2008

É a rede, estúpido, e está se tornando maior e mais forte a cada dia. E eu tinha certeza de que estava grande o suficiente e forte o suficiente para permitir um política *top-down* em 2008. (Trippi)

O exemplo, até o momento, mais bem desenhado da utilização da web e suas ferramentas com fins políticos-eleitorais é o da campanha de Barack Obama para as Eleições Presidenciais Norte-Americanas de 2008. Com o *know how* obtido na campanha antecedente, muitos inovadores da equipe de Trippi e Dean tornaram-se respeitados e alguns deles ajudaram Obama a construir uma campanha de sucesso na Internet (Trippi, 2008)

147 Post do Blog de Esquerda disponível em <http://bde.weblog.com.pt/arquivo/076846.html>

O “fenômeno” Obama não é, logicamente, um produto exclusivamente da Internet, mas para se tornar o principal nome democrata na disputa presidencial – vencendo Hillary Clinton nas primárias – a utilização das redes sociais teve papel primordial. Foi por meio das ferramentas que tinha à disposição que a campanha de Obama conseguiu ampliar seu eleitorado e convencê-lo a contribuir financeiramente com qualquer quantia para ajudá-lo a chegar à Presidência dos EUA. Sua estratégia, como já havia experimentado Dean em 2004, estava baseada no *crowdsourcing* e no *grassroots*¹⁴⁸.

A tática do *crowdsourcing* - que parte do princípio que a colaboração de muitos é mais produtiva do que a centralização das ações - foi usada pela equipe de Obama em dois sentidos¹⁴⁹: na arrecadação de verbas e na criação de um espaço de encontro dos apoiadores no site de campanha chamado My Barack Obama¹⁵⁰ (MyBO).

Nas prévias democratas o candidato competia com Hillary Clinton para saber quem disputaria a Eleição Majoritária e, apesar das virtudes do mesmo, Clinton parecia ter a preferência entre os democratas - até por ter maior representatividade em território norte-americano. O cenário começou a mudar, quando, a exemplo de 2004, Obama adotou uma estratégia de arrecadação para a Internet. Recebendo doações pequenas e somando-as às contribuições mais volumosas dos empresários, o então Senador pelo estado de Boston acumulou quase 30 milhões de dólares durante as prévias, boa parte através da internet¹⁵¹.

Em janeiro de 2008, num momento crítico para a definição das possibilidades eleitorais de Obama, os caciques do partido Democrata tiveram que curvar-se diante do fato de que o então pré-candidato conseguiu arrecadar **28 milhões de dólares** só em contribuições feitas pela internet, superando em quase 1/3 o total coletado pela senadora

148 Grassroots significa em uma tradução literal "raiz de grama", entretanto, o termo assume conotações como “de base”, “popular” e é utilizado em inglês em expressões como grassroots movements (movimentos populares) e grassroots communities (comunidades de base).

149 Na verdade *crowdsourcing* assume aqui duas acepções. A primeira está mais relacionada à tradução literal do termo que pode ser "fonte da multidão", que tem a ver com a forma de arrecadação. A segunda é uma acepção que difundiu-se mais recente, segundo a qual "o crowdsourcing é um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo ou desenvolver novas tecnologias" (fonte: Wikipedia). Para um desenvolvimento mais refinado de tal acepção ver Tapscott e Williams. *Wikinomics*. Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

150 Disponível em <http://my.barackobama.com/> (último acesso em 17 de novembro de 2009).

151 Ao final da campanha os números sobre as doações recebidas por Barack Obama foram os seguintes: o candidato somou US\$ 605 milhões - Kerry e Bush juntos receberam US\$ 684 milhões em 2004. A internet foi responsável por 87% de toda a arrecadação da campanha de Obama, sendo que apenas em setembro foram mais de US\$ 100 milhões. 93% dos doadores contribuíram com menos de US\$100.

Hillary Clinton, sua principal concorrente.¹⁵²

Já o MyBO, além de ser dedicada à articulação e participação espontânea - apesar de prevista - entre muitos apoiadores, esteve intimamente ligado à política *grassroots* proposto pelo candidato à presidência. Tendo atuado como líder comunitário até 1996, Obama utilizou sua experiência com a política de base para integrar à sua campanha uma grande diversidade de movimentos sociais, que utilizavam-se do MyBO para fazerem seus anseios ouvidos. Além disso, constituía-se como um local na internet onde seus apoiadores eram convidados à "descobrir um evento em sua proximidade", "juntar-se a um grupo de organização local" e "receber preparação em uma organização comunitária".

Aliando o discurso da mudança e suas projeto de integração social a uma campanha sólida na internet, Obama mobilizou seus eleitorado, que se engajou na campanha articulando-se autonomamente para conquistar votos para seu candidato. O discurso político voltado para as bases, para as minorias e a organização informal fez com que Barack Obama conseguisse aliar as diferenças em prol de sua candidatura.

Obama aliou os interesses norte-americanos mais visíveis, tendo como referência a negação do modo Bush de fazer política, a afirmação de políticas sociais e a defesa das minorias, dos pobres, negros e hispânicos, construindo, assim, uma proposta de governo que atendia muitas vontades ao mesmo tempo. Dessa forma, Obama não só identificou uma "opinião pública" norte-americana, como criou os meios para que as opiniões distribuídas pela sociedade fossem mobilizadas a fim de influir no resultado das eleições.

Números de Obama na internet

Eles ocuparam todos os espaços e oportunidades da internet em torno das primárias democratas. Desde site de adesão à campanha, além do oficial do senado, um wiki bem redigido, flickr enorme, wallpapers e ringtones para celulares, um canal no You Tube, RSS e releases e outros tantos endereços e recursos da web 2.0 a favor de sua campanha. Talvez a melhor campanha via Internet até agora e, com certeza, a maior.¹⁵³

152 Carlos Castilho em "O grande segredo da campanha de Obama". Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=5833F739-72EB-47FE-8396-30EE88FE3FBB

153 Post "Internet e Eleições" do blog Igov Brasil. Disponível em www.igovbrasil.com/2008/03/internet-e-eleies.html

Entrando mais propriamente na internet, alguns números demonstram a força de Obama na rede. A lista de contatos do democrata no My Space em junho daquele ano já superava os 400 mil e o Facebook no final da campanha contava com mais de 1 milhão. Em seu canal no YouTube, Obama teve mais de 1000 vídeos postados, somando no total mais de 50 milhões de visualizações¹⁵⁴. Além disso, Obama tornou-se o perfil mais popular do Twitter, com aproximadamente 500 milhões de "seguidores" (*followers*). A equipe de Obama foi responsável pelo envio diário de mensagens de e-mail para quase 15 milhões de norte-americanos.

Segundo estudos do Pew Institute, 46% dos americanos têm acesso à internet e a utilizaram em 2008 para mobilizar-se politicamente – fazendo contribuições, debatendo com amigos ou organizando eventos. Segundo a mesma pesquisa, 30% dos adultos usaram a internet para ler ou assistir ao conteúdo bruto de campanha, 10% usaram o Facebook e o MySpace para atividades políticas – encontrar pessoas com afinidades políticas ou para participar de algum grupo político online – e 6% dos adultos contribuíram, via internet, para a campanha.

Os blogs também tiveram participação fundamental na produção e circulação de informação nas eleições norte-americanas de 2008. O blog *Daily Kos* tornou-se o maior blog político dos EUA, com a média de 2 milhões de visitantes. O blog *Huffington Post*, um dos maiores dedicados à política dos EUA, teve 4,5 milhões de visitantes únicos em setembro de 2008 e o blog *Politico*, teve 2,5 milhões no mesmo período.

Os weblogs dedicados à questões político-eleitorais cresceram até 500% na audiência, passando a ocupar o terceiro lugar nas preferências dos norte-americanos, depois da televisão e chegando perto dos jornais.¹⁵⁵

Por todos esses números, a campanha de Obama tornou-se referência para as campanhas eleitorais por todo o mundo. A equipe de Obama conseguiu mobilizar o eleitorado e grande parte desse feito deve-se ao fato de terem conseguido criar uma noção de comunidade em

154 Post “Números de Obama na Internet impressionam McCain e Republicanos” do blog de Marília Martins do Globo.com. Disponível em http://oglobo.globo.com/blogs/ny/post.asp?t=numeros-de-obama-na-internet-impressionam-mccain-republicanos&cod_Post=110698&a=283

155 Carlos Castilho em seu blog Código Aberto no post “Weblogs ocupam espaços na informação eleitoral às custas da imprensa.” Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=D031EB24-3478-4E95-9953-35A48B57DD3A

torno de Obama. E se como afirma Trippi¹⁵⁶, a questão fundamental da internet é a construção de comunidades, provavelmente esse foi um dos grandes motivos do sucesso de Obama nas Eleições norte-americanas de 2008.

A força de sua campanha esteve, portanto, o tempo todo ligada ao fato da ampla adesão que Obama conseguiu obter. Ao invés de propor uma campanha que trataria seus eleitores como votantes, o atual presidente dos EUA soube aproveitar a molecularidade das novas mídias para difundir suas propostas e projetos, fazendo com que os próprios cidadãos norte-americanos trabalhassem para concretizar sua vitória.

156 Em uma Entrevista concedida por Joe Trippi a Lawrence Lessig o marketeiro afirma: “That’s really what the Net is about. It’s about building a community. Disponível em http://www.lessig.org/blog/2003/08/interview_with_joe_trippi.html

7.2. Governos e Novas Tecnologias: conflitos emergentes

Desde o início dos anos 2000 uma das principais preocupações dos governos ao redor do mundo tem sido a "liberdade" existente na internet, na verdade, não a "liberdade" mas a dificuldade de controle. Temas como a propriedade intelectual, a pedofilia e a pornografia tornaram-se amplamente debatidos e, de modo geral, as questões referentes à necessidade de monitoramento das informações.

As tentativas de controle da Internet e de bloqueio das TIC, que sempre esbarram no caráter distribuído das mesmas, revelam o controle imposto ao cidadão pelo Estado de Direito, a fragilidade da concepção de soberania popular, os limites da noção de opinião pública e uma das inscrições da soberania na modernidade. A expressão popular enquanto funciona para a validação da governamentalidade é não só permitida como estimulada, mas quando se bota a trabalhar em descompasso com as ambições dos políticos profissionais, tornam-se alvo dos dispositivos jurídicos utilizados pelos "governos".

Tanto em regimes "fechados" quanto em regimes democráticos¹⁵⁷ o fluxo de informação constitui-se como problema para os governos. As principais motivações partem da preocupação com segurança, da defesa da propriedade privada e da manutenção de um padrão moral, estando todas essas preocupações submetidas aos sistemas jurídicos que garantem a soberania do Estado. Entretanto, os mecanismos de controle às questões problemáticas não são homogêneos, dependendo do objetivo que busca o governo.

A obstrução sobre a internet não é uma questão de nível de democracia, o grau sim pode ser. Enquanto nos países que não comungam da organização política ocidental a postura do governo tende a caracterizar-se pela censura da internet - pela proibição do acesso¹⁵⁸ e da

157 Para ver a lista dos países que, em alguma medida, possuem mecanismo de controle à internet ver o verbete "Censura na Internet" da Wikipédia disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Censura_na_Internet (acessado em 17 de novembro de 2009). É importante observar que muitos dos dados são fornecidos pela organização não-governamental Repórteres Sem Fronteira (RSF) e da *OpenNet Initiative* (ONI). Ver também o *post* do blog *Imagem Fabricada* intitulado "Censura na Internet" disponível em <http://imagemfabricada.blogspot.com/2009/10/censura-estatal-cibernetica-os-sites-de.html> (acessado em 17 de novembro de 2009).

158 Segundo dados da ONG *Repórteres Sem Fronteiras*, Cuba é o país ocidental com a menor penetração da internet - cerca de 2% da população possui algum acesso. O governo justifica o parco número ao embargo econômico liderado pelos EUA, que impossibilitaria a aquisição da infra-estrutura necessária para a estruturação da rede. Para maiores informações sobre a situação ver a matéria publicada pelo site IDG Now! intitulada "Censura em Cuba: apenas 2% da população tem acesso à internet" (disponível em <http://idgnow.uol.com.br/internet/2006/10/20/idgnoticia.2006-10-20.1697749614/>). Já a Coreia do Norte possui um único site de domínio *.kp*: o site do centro de computação coreano, que está hospedado em Berlim

publicação -, nos países em que existe um sistema democrático consolidado os mecanismos utilizados são mais sutis.

A OpenNet Initiative, organização que surgiu de uma parceria entre universidades norte-americanas e inglesas para observar as formas de restrição à Internet ao redor do mundo, criou uma categorização pelo grau do controle exercido pelos países. Segundo a ONI, o controle ocorre das seguintes formas: invasivo, substancial ou pode funcionar mediante vigilância. Sendo que, a utilização de dispositivos de vigilância à internet - captura de dados e fiscalização das informações que circulam - seria o menor grau de controle e as imposição de medidas invasivas o maior - bloqueio de serviços e censura de sites.

7.2.1 A internet e o governo vigilante

A vigilância dentro da internet é bastante comum em grande parte das nações do mundo. As pressões decorrem da dinâmica do mercado, de questões morais e de questões relacionadas aos sistemas jurídicos e à segurança - não há dúvidas, de que todos estão umbilicalmente relacionados. Apesar de ser uma aplicação generalizada, ela implica relativamente pouco na liberdade de expressão e opinião, seu alvo maior é a ilegalidade - dentre eles o narcotráfico o terrorismo, a violação de propriedade intelectual e grupos envolvidos em pedofilia. Ou seja, o governo vigilante busca eliminar os "ilegalismos", para usar um termo de Foucault (1988), que podem se furta da rede.

É um ataque violento e combinado. Nele, estão envolvidos três agentes fundamentais: a) empresas dominantes em setores onde o capital está se tornando rapidamente obsoleto (como a indústria fonográfica e cinematográfica). Seu poder econômico está minguando, mas conservam enorme capacidade de articulação política e em especial de lobbyng; b) os segmentos dos Estados mais ligados à repressão, controle social e vigilância. São eles que procuram associar troca de arquivos digitais com "terrorismo". Fato emblemático: a Convenção de Budapeste, onde se armou a ofensiva desencadeada agora contra a liberdade na rede, foi firmada dois meses após os atentados de 11 de setembro de 2001, num momento político marcado pelo medo. O Brasil não está entre os cerca de 40 países signatários¹⁵⁹.

159 Trecho do artigo *Controle da internet, capitalismo e esquerda* escrito por Marcelo Branco publicado no blog coletivo *Trezentos*. Disponível em <http://www.trezentos.blog.br/?p=1955>

Com a Convenção de Budapeste, também conhecida como Convenção sobre o Cibercrime, os países signatários assumiram a responsabilidade de ampliar o controle sobre a internet e usar as informações obtidas no combate aos crimes virtuais - que pode ser a distribuição de pedofilia, mas também o download gratuito de músicas, filmes e livros protegidos por propriedade intelectual. Certamente a cooperação internacional no combate às delinquências cometidas pela rede é algo vital na proteção dos interesses dos cidadãos, o problema é que a criação de um regime policialesco dentro da rede pode gerar reveses. Assim, a segurança coloca-se contra os indivíduos - o aumento das punições por violação da propriedade intelectual é um exemplo disso, assim como o é a censura.

Sérgio Amadeu, ao analisar os desdobramentos do artigo 20º da Convenção que trata da *Recolha em tempo real de dados relativos ao tráfego*, observa:

Sua natureza vigilanista e o contexto do combate ao terrorismo em que foi construída, leva a uma redação absurda que OBRIGA provedores (fornecedor de serviços) a agirem como MILÍCIAS digitais ou POLÍCIAS PRIVATIZADAS vigiando constantemente seus usuários, ou seja, os cidadãos¹⁶⁰.

Os EUA, após o 11 de setembro, talvez seja o país onde a linha que divide a vigilância e a invasão seja mais tênue. O ataque terrorista ao World Trade Center deu início a uma guinada na política interna norte-americana, uma vez que a segurança nacional - em meio ao pânico criado pelo evento - tornou-se questão central para o governo e para a população. Nesse contexto, Bush, então presidente dos EUA, assinou a lei USA PATRIOT Act - *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*¹⁶¹. Tal ato significou, de certo modo, a instauração de um Estado de emergência nos EUA, pois, a partir dele, o governo permitiu-se dentro da legalidade restringir a liberdade civil, justificando tal medida com a idéia da proteção contra o "terrorismo doméstico".

O USA Patriot Act não é só um movimento de restrição de direitos, nele se colocou a idéia de segurança acima de tudo e a Constituição em alguns

160 Trecho do post "Convenção de Budapeste quer obrigar provedores de internet a violar a comunicação em tempo real". Disponível em <http://samadeu.blogspot.com/2008/08/conveno-de-budapeste-transforma.html>

161 Ato de Unir e Fortalecer os Estados Unidos por Providenciar Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo.

aspectos não está sendo aplicada. Então a intenção foi criar um quadro onde há uma tentativa, de certo modo bem-sucedida do governo norte-americano, de subtrair a Constituição. De agir não contrariamente a ela, mas sem ela, que acabou por ser afastada em prol da segurança nacional¹⁶².

Apesar de se inscrever dentro do que o presidente Bush chamou de "guerra contra o terror", o Ato Patriota potencializou a vigilância e a repressão não só ao terrorismo, mas também aos movimentos de oposição ao governo¹⁶³. Cidadãos norte-americanos passaram a ter seus "rastros virtuais" sob vigilância e manifestações pacíficas anti-Bush passaram a ser reprimidas pela polícia norte-americana, que inclusive tinha permissão para prender os manifestantes. A comunicação por e-mail e telefone passou a ser vigiada exaustivamente pelas agências do governo. Mirando o terrorismo, o governo norte-americano acertou a população.

Os resultados de uma auditoria interna do FBI foram lançados em 2007, revelando que a agência fez uso indevido das Cartas de Segurança Nacional¹⁶⁴ em mais de mil ocasiões desde 2002. É provável que esse número represente apenas uma parcela do número real de abusos relacionados às Cartas¹⁶⁵.

162 PAIXÃO, Cristiano . A reação norte-americana aos atentados de 11 de setembro de 2001 e seu impacto no constitucionalismo contemporâneo: um estudo a partir da teoria da diferenciação do direito. Belo Horizonte-MG: UFMG-Pós-Graduação em Direito, 2004.

163 Especialmente as Medidas II, V e VIII do Ato Patriota tiveram conseqüências graves nas liberdades civis. Enquanto uma alargou o conceito de terrorismo, as outras duas ampliaram o poder de vigilância do Estado. No artigo *Como funciona o Ato Patriota*, Ed Grabianowisk afirma: "**Medida II - esta seção aumenta o poder das agências de cumprimento da lei para fazer vigilância em 'agentes de poderes externos'**". Isto autoriza a interceptação das comunicações se eles estiverem ligados com atividades terroristas e permite que as agências de cumprimento da lei compartilhem informações relacionadas às atividades terroristas com autoridades federais. Além disso, **a Medida II autoriza a vigilância móvel**, ou seja, uma ordem judicial que permite a vigilância de uma determinada pessoa também autoriza os oficiais a usar quaisquer meios disponíveis para interceptar a comunicação dessa pessoa, independente de onde ela vá. Anteriormente, uma ordem judicial apenas permitiria uma escuta telefônica em uma linha específica de um único lugar. Além disso, **permite que o governo peça os arquivos para os fornecedores de serviços de comunicação com os detalhes sobre o uso específico do serviço pelo cliente. Por exemplo, um provedor de Internet pode ser intimado a fornecer informações sobre endereços IP**, horas em que foram feitas as conexões e os sites visitados. A Medida II também permite a notificação atrasada de mandados de busca, ou seja, a casa de um suspeito pode ser investigada enquanto ele não está presente, e o suspeito só seria notificado da busca depois que ela já tivesse sido realizada. **Medida V** - a parte mais importante da Medida V é o uso de Cartas de Segurança Nacional (CSN). A CSN exige a entrega de informações e documentos relacionados à pessoa que está sob investigação. O Ato Patriota torna as CSN muito mais fortes, permite que sejam usadas contra cidadãos norte-americanos e possui uma ordem que proíbe sua publicação, o que impede o destinatário de saber sobre a Carta ou falar para outras pessoas sobre ela. Não há revisão de processo judicial ou necessidade de causa provável quando uma CSN é solicitada e emitida. **Medida VIII - esta parte do Ato Patriota adiciona diversos crimes à lista de coisas consideradas atos de terrorismo, o que inclui atacar um sistema de transporte coletivo, usar armas biológicas, apoiar o terrorismo e hackear um computador**. As penas por crimes terroristas também aumentaram" [destaque nosso]. Disponível em <http://pessoas.hsw.uol.com.br/patriot-act.htm>

164 "Cartas de Segurança Nacional (em inglês National Security Letter - NSL) é uma forma de intimação judicial usada pelo FBI. É emitida a uma entidade ou organização exigindo que esta entregue ao FBI informações e dados sobre um indivíduo sem que o FBI tenha que provar qualquer causa ou razão para tal. Além disso, elas também contêm uma provisão de qualquer um que receba tal carta fica proibido de qualquer liberação da informação de que a entidade, organização ou indivíduo recebeu tal carta. É a chamada "gag order" em inglês. A ordem é de manter em segredo até mesmo de advogados a mera informação do recebimento da Carta de Segurança Nacional mesmo que não haja explicação para a ordem" (Fonte: Wikipedia).

165 Ed Grabianowski em *Como funciona o Ato Patriota*. A fonte dos dados é uma matéria do *The Washington Post*

O Estado fez fogo também contra os adversários da guerra ao Iraque. Um caso extremo, mas revelador desse clima de "ditabranda", foi a detenção de um rapaz que se recusou a tirar a camiseta com a inscrição "give peace a chance". Há pouco, uma investigação oficial revelou que muitos dos 762 estrangeiros - quase todos árabes ou muçulmanos - presos depois do 11 de setembro foram vítimas de graves violações de direitos humanos: ficaram encarcerados meses a fio sem que suas famílias soubessem onde e sem que fossem acusados de alguma coisa, não tiveram acesso a advogados nem à possibilidade de serem soltos sob fiança, sofreram ofensas e agressões. Cerca de 500 foram deportados como imigrantes ilegais, mas nenhum foi indiciado como terrorista¹⁶⁶.

Apesar de atingir um nível de vigilância que compromete as liberdades civis, nos EUA, assim como em outros países de regime democrático, a liberdade de expressão na internet é violada com menor frequência, a censura, quando existe, possui caráter pontual. Nesses regimes ditos "abertos" é mais comum que o bloqueio de certas expressões esteja relacionada com questões jurídicas. Não constitui-se, portanto, como censura, mas sim como adequação da internet aos sistemas jurídicos nacionais. Mensagens ofensivas, calúnias e demais exemplos de uso negativo da internet significam a ultrapassagem do limite previsto à liberdade de expressão e, por isso mesmo, da legalidade. Mesmo que essa pareça uma solução radical, o fato é que vivemos em um Estado de Direito e a injúria e a difamação, a princípio, não são permitidas.

A censura¹⁶⁷ se caracteriza quando a liberdade de expressão e de opinião são violadas deliberadamente, ou seja, a partir do momento em que o governo emprega sistematicamente artifícios para bloquear a comunicação. No caso da internet, quando tal bloqueio é efetuado constitui-se o controle invasivo¹⁶⁸, que pode tornar-se um problema para o cidadão, posto que a circulação da informação e da opinião são afetadas por entrar em um regime de restrição. A atuação política fica, nesse caso, despossuída de um de seus meios primordiais que é a manifestação da crítica, da opinião.

disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/06/13/AR2007061302453.html>

166 Trecho de matéria publicada pelo Estado de São Paulo, disponível em <http://www2.mre.gov.br/acs/clipping/es0618.htm>

167 Segundo a Wikipedia: "Censura é o uso pelo estado ou grupo de poder, no sentido de controlar e impedir a liberdade de expressão. A censura criminaliza certas ações de comunicação, ou até a tentativa de exercer essa comunicação. No sentido moderno, a censura consiste em qualquer tentativa de suprimir informação, opiniões e até formas de expressão, como certas facetas da arte".

168 "[...]a OpenNet Initiative categoriza algumas nações como praticantes de níveis extremos de censura na internet. Estas nações geralmente censuram conteúdo político e as vezes atacam cidadãos que violem a censura com prisão" (Fonte: Wikipedia). Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Censura_na_Internet#Invasivo

Intervalo V. A obstrução da internet nas eleições brasileiras de 2008

O que está em jogo no debate sobre propaganda eleitoral na internet é a questão do controle dos políticos sobre as regras do jogo. Só que eles tentam aplicar velhos processos à uma realidade nova. É quase impossível controlar a internet usando códigos, leis e decretos.¹⁶⁹

No Brasil, o ano de 2008, assim como nos EUA, também foi ano eleitoral, porém aqui as disputas foram municipais, o que, a priori, constitui um obstáculo para grandes mobilizações, uma vez que os temas e os poderes em disputa ficam mais restritos ao âmbito local. Entretanto, esse não foi o único obstáculo para o desenrolar da disputa político-eleitoral na *web*.

Enquanto, segundo pesquisa do Ibope/NetRatings, houve acréscimo de 78% entre 2002 e 2008 no número de internautas residenciais no Brasil – chegando aos 24 milhões –, o tempo de horas gastas pelos brasileiros na internet tornou-se o maior do mundo – chegando à aproximadamente 24h mensais em 2008 – e o uso de redes sociais, principalmente do Orkut, supera o de qualquer país desenvolvido, o TSE aprovou uma Resolução que, independente de sua intenção inicial, foi na contramão da evolução da internet no Brasil. O que vimos foi a aplicação de uma "forma terminal de poder" (Foucault, 1988), que inviabilizou um avanço mais significativo do Brasil na utilização da internet para fins políticos.

Da Resolução. Obstrução da internet nas eleições de 2008

RESOLUÇÃO – 22.718 – INSTRUÇÃO Nº121 – CLASE 12ª –
BRASÍLIA

DISTRITO FEDERAL. Relator Ministro Ari Pargendler.

Ementa: Dispõe sobre a propaganda eleitoral e **as condutas vedadas aos agentes de campanha**

[...]

Art. 18. Apropaganda eleitoral na Internet somente será permitida na página do

169 Post "Internet , a nova arena do conflito entre passado e futuro na política" do blog Código Aberto. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=2E0B021C-F2A8-44C8-AD5B-8320C312C8F9

candidato destinada exclusivamente à campanha eleitoral.

[...]

Art. 21. A partir de 1º de julho de 2008, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em

sua programação normal e noticiário:

III – veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político ou coligação, a seus órgãos ou representantes ;

[...]

§ 5º As disposições deste artigo aplicam-se às páginas mantidas pelas empresas de comunicação social na Internet e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado

Os artigos da Resolução 22.718 do TSE que tratam especificamente da Internet são os acima descritos e o de número 19¹⁷⁰. Devido a ementa se referir somente “as condutas vedadas aos agentes de campanha”, a resolução gerou dúvidas quanto ao seu papel, a princípio a idéia era de que a resolução seria responsável por manter “eleições limpas na internet”, não trazendo nenhum prejuízo para os eleitores.

A Resolução do TSE não é esse “retrocesso ditatorial” que muitos divulgaram por aí. Ela apenas regulamenta – ÓBVIO – a propaganda eleitoral a ser feita pelos PRÓPRIOS CANDIDATOS, não atingindo – ÓBVIO! ÓBVIO! ÓBVIO! – as manifestações espontâneas dos cidadãos.¹⁷¹

Outra coisa completamente distinta seria a manifestação autêntica de autores de *blogs* e outras páginas da Rede Mundial de Computadores de externar publicamente a sua preferência por determinado candidato e partido, no que se estaria exercendo o direito de expressão e a liberdade de pensamento que, por serem direitos fundamentais, consagrados constitucionalmente, não podem ser afastados através de uma mera Resolução de uma corte judicial.¹⁷²

Entretanto, a realidade se mostrou mais complicada quando alguns blogueiros cariocas, incluindo o jornalista Pedro Dória¹⁷³, foram obrigados a retirar de seus blogs um banner de

170 Que não nos interessa tanto por versar somente sobre o período no qual os sites de candidatos podem ficar no ar.

171 Do blog Imprensa Marrom, post “Internet e Eleições: o que 'pode' e o que 'não pode' segundo o TSE”. Disponível em http://www.interney.net/blogs/imprensamarrom/2008/04/01/blogosfera_e_eleicoesinternet_o_que_pode/

172 Do blog Direito e Trabalho, escrito pelo juiz trabalhista Jorge Alberto Araujo. Disponível em <http://direitoetrabalho.com/2008/03/tse-pode-bloquear-a-internet-durante-as-eleicoes/>

173 Pedro Doria Weblog. Disponível em <http://pedrodoria.com.br>

apoio ao candidato à prefeitura do Rio de Janeiro Fernando Gabeira¹⁷⁴, sob ameaça de impugnação da chapa.

O mais estapafúrdio da exigência é que ela contraria um dos princípios básicos do direito: o de que cada um é responsável por seus próprios atos. Os indivíduos blogueiros que exibem seus banners de apoio a um candidato tiveram que retirá-los para que esse candidato – que não pediu, nem pagou, nem organizou a manifestação – não fosse impugnado. [...] A ironia não escapou à atenção de um leitor do Pedro: poderíamos começar a exibir banners de apoio a Garotinho e Maluf, impugnando assim suas candidaturas. Que tal?¹⁷⁵

A partir de então, espalhou-se pela internet discussões sobre o que era permitido ou não pela Legislação Eleitoral. A tentativa de regulamentar o uso político da internet no Brasil igualando-se a mesma ao rádio e à TV – como se também fosse uma concessão pública –, enquadrando como propaganda eleitoral qualquer manifestação de apoio a políticos em blogs e demais mídias sociais mostrou-se então um problema. O erro, pois, foi usar a mesma lógica dos meios de comunicação dependentes de concessão pública para a internet, como observou o blogueiro Marcelo Träsel:

Ao contrário de rádio e televisão, a Internet não é uma concessão pública. Ou seja, ninguém precisa de autorização do governo para criar um site, postar um comentário num blog, divulgar um vídeo no YouTube, gravar um podcast. As emissoras de rádio e TV, por usarem um recurso escasso, que é o espectro eletromagnético, devem prestar contas ao governo e se pautar pelo interesse público. O espaço nas redes de computadores pode ser tudo, menos escasso. Portanto, o apoio de qualquer pessoa a um candidato não estará competindo pelo mesmo espaço com o interesse público. A equiparação com meios que usam comunicação via ondas eletromagnéticas não faz o menor sentido.¹⁷⁶

O resultado de tal medida foi o surgimento de dúvidas sobre que tipo de manifestações e propaganda eram válidas na internet. Os sites de jornais, por exemplo, que a princípio estavam sob as mesmas regras que valiam para internet¹⁷⁷, conseguiram contornar a situação e passaram

174 No dia 29 de maio de 2008, o TRE-RJ intimou o deputado Fernando Gabeira por conta do banner que os blogs publicavam em apoio a campanha dele. Gabeira corria o risco de ter sua candidatura cassada.

175 Do blog Biscoito fino e a Massa escrito por Idelber Avelar. Disponível em <http://www.idelberavelar.com/archives/2008/06>

176 Do blog Martelada de Marcelo Träsel. Disponível em <http://www.insanus.org/martelada/archives/024539.html>

177 “Um parágrafo de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de fevereiro, abriu brecha para a interpretação de que as páginas de jornais na internet deverão sujeitar-se às mesmas regras válidas para emissoras de rádio e TV na cobertura das eleições. Isso implicaria, entre outros pontos, a proibição de 'difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido

a seguir as regras que valem para os jornais impressos, ou seja, ficaram livres para veicular propaganda eleitoral e opiniões sobre os candidatos, diferentemente dos portais¹⁷⁸. Enquanto isso, os TRE's exigiam a exclusão de perfis e comunidades do Orkut¹⁷⁹, de contas do Twitter¹⁸⁰, de vídeos do YouTube¹⁸¹ e proibiam blogs de postar opinião sobre os candidatos – como foi o caso dos blogs de Reinaldo Azevedo, Luís Nassif e do portal Interney¹⁸².

Desde ontem este blog está proibido por decisão da Justiça Eleitoral de fazer "comentários acerca do pleito eleitoral vindouro (eleições municipais 2008), no sentido de favorecer ou denegrir candidatos, incluindo imagens ou fotografias". A justiça também determinou que fossem retirados "todos os comentários que de qualquer maneira favoreçam ou critiquem candidatos, incluindo imagens ou fotografias".¹⁸³

A lei exige que tiremos seu perfil ou comunidade quando soubermos das seguintes atividades:

- Propaganda direta no perfil: você não pode mostrar o número nem o nome do candidato em seu perfil pois isso é considerado um convite para votar nele.
- Fotos em perfis e álbuns que sejam simplesmente banners dos candidatos
- Comunidades que sejam um chamado para se votar em um candidato.¹⁸⁴

A falta de clareza fez com que os TRE's tomassem posturas diferenciadas em relação à Resolução 22.718. De qualquer forma, o dado concreto é que tal Resolução foi responsável por privilegiar à mídia de massa - seu poder de agendamento e de produção dos sentidos -, uma vez que obstruiu a potência multitudinária da internet. Inviabilizou, dessa maneira, a

político ou coligação, a seus órgão representantes". Trecho extraído da matéria Eleições: regras do TSE para TV valeriam para sites, disponível em http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/06/13/eleicoes_regras_do_tse_para_tv_valeriam_para_sites_de_jornais-546803264.asp

178 "O cidadão-eleitor tem direito de ser informado sobre o processo eleitoral inclusive por meio da propaganda eleitoral, mas isso há de ser feito de forma equilibrada, isonômica, proporcional, por quem detém o direito de informar, de divulgar". Declaração do ministro Joaquim Barbosa ao IG, após ser negado o mandado de segurança do portal para a revogação de parte da legislação eleitoral. Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/noticias/2008/10/03/tse_nega_mandado_de_seguranca_do_ig_por_inter_et_livre_1968677.html

179 A matéria "Internautas dizem que 'faxina política' excluiu perfis do Orkut" do portal G1 traz alguns casos de exclusão do perfil de usuários. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL730842-6174,00-INTERNAUTAS+DIZEM+QUE+FAXINA+POLITICA+EXCLUIU+PERFIS+DO+ORKUT.html>

180 Pelo menos 2 casos foram conhecidos: da candidata de São Paulo Marta Suplicy, que pediu a exclusão de um fake; e da candidata de Fortaleza Luizianne Lins, que fez o mesmo pedido, mas devido um erro, ao invés de tirar do ar seu perfil fake no miniblog, retirou o blog Twitter Brasil. A matéria com o caso está disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u443183.shtml>

181 Os casos mais conhecidos foram dos candidato Marta Suplicy e Geraldo Alekmin, que tiveram que retirar seus vídeos do You Tube e colocá-los em suas páginas de campanha.

182 O primeiro por estar ligado ao site da Veja e os dois últimos por estarem ligados ao iG. Pedro Dória escreveu em seu blog um post sobre o assunto. Disponível em <http://pedrodoria.com.br/2008/06/12/reynaldo-azevedo-sera-censurado-pelo-tse/>

183 O blog do pernambucano Álvaro Dantas teve vários posts retirados do ar pelo TRE-PE. Post relatando a situação disponível em <http://www.viomundo.com.br/denuncias/justica-censura-blog-em-pernambuco/>

184 Trecho do post "A política no Brasil e no orkut" do Blog do Orkut. Disponível em <http://blog.orkut.com/2008/09/politica-no-brasil-e-no-orkut.html>

expressão de uma multiplicidade de sujeitos e reestabeleceu, em parte, o monopólio de visibilidade dos meios de comunicação massivos.

Não é possível fornecer um número exato de processos, já que ainda não existem levantamentos na área. Mas nestas eleições, pela primeira vez, a web foi alvo constante de ações. "Diariamente, são dezenas de solicitações para tirar do ar conteúdos produzidos por nossos usuários", diz o diretor de comunicação do Google Brasil, Felix Ximenes. [...] Entre os TREs procurados pela reportagem - o de São Paulo, o de Minas Gerais e o do Rio de Janeiro -, somente o paulista dispõe de números. Foram 16 as ações ligadas à internet nas eleições deste ano: nove delas enviadas ao Google, duas à Folha Online, duas ao iBuscas, uma ao iG, uma ao site Markey e uma ao UOL. [...] A assessoria do Universo OnLine diz que o portal tirou pelo menos 30 blogs do ar: 20 atendendo a pedidos do TSE e dez por denúncias informais. O iG não tem um número consolidado, mas o presidente do portal, Caio Túlio Costa, afirma que foram "vários" processos.¹⁸⁵

Inovações no uso político-eleitoral da internet no Brasil

Apesar das restrições impostas pelo TSE, as eleições municipais de 2008 tiveram pontos positivos no que diz respeito a exploração de suas potencialidades pelos candidatos. Embalados pelo sucesso da campanha de Barack Obama, muitos candidatos brasileiros tentaram buscar inovações para suas campanhas dentro das possibilidades deixadas pela legislação.

Inspirados pelas lições de 2006 e pela campanha de Obama, os candidatos brasileiros deram seus primeiros passos na ciberpolítica. O fato de alguns candidatos adotarem o uso de Twitter, MySpace, Facebook, blogs, Flickr, Orkut e YouTube em suas campanhas revelou uma maior disposição para entender a internet e aprender a utilizá-la como ferramenta de mobilização do eleitorado. Além disso, os próprios sites dos candidatos ganharam novos dispositivos para permitir uma maior interação com o eleitorado, como o uso de chat, a inclusão de enquetes e fóruns, áreas para fotos, vídeos e áudio de campanha, a possibilidade de download e impressão de material de campanha e até, ainda incipiente, a inclusão de uma área para realização de doação pela internet¹⁸⁶.

185 Matéria do portal da Veja "Eleições têm boom de ações ligadas à Internet". Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/eleicoes-2008-tem-boom-acoes-ligadas-internet-395043.shtml>

186 Somente o site de Gabeira havia uma seção dedicada às doações, entretanto, exigia-se a identificação - id e cpf - do doador para evitar problemas com a justiça eleitoral.

Essas inovações não foram vistas em todo o país, obviamente, os lugares que se destacaram foram aqueles de maior importância política e econômica dentro do país e aqueles nos quais o TRE deu maior liberdade para a exploração da internet. No geral, os candidatos do Rio de Janeiro e de São Paulo foram os que exploraram de maneira mais eficiente a rede, mas candidatos de outras localidades como Recife e Salvador também investiram na campanha pela internet.

No Rio de Janeiro, onde o TRE deu maior liberdade aos candidatos, todos se aproveitaram de alguma ferramenta da internet, todos tinham uma comunidade "oficial" no Orkut, muitos tinham Flickr e alguns mantinham um canal no YouTube. Entretanto, quem mais se beneficiou da utilização da *web* foi o deputado federal e candidato à prefeitura Fernando Gabeira, possuindo conta no Twitter – com quase 300 seguidores –, no MySpace, no Facebook, no Flickr e no YouTube - sendo que seu canal tinha 215 inscritos e durante o período eleitoral teve mais de 17mil exibições.

O resultado dos outros candidatos na internet foi pífio, com baixa participação do eleitorado e espaços esvaziado – o próprio Gabeira tinha menos de 100 contatos somados Facebook e MySpace. Já em São Paulo, os candidatos só podiam fazer campanha dentro de seus próprios sites, o que não impediu que apresentassem novidades em suas campanhas. Gilberto Kassab, por exemplo, tinha o *hotsite*¹⁸⁷ "Semeie suas Idéias", no qual seu eleitor podia contribuir com propostas para São Paulo, e uma área de mobilização do eleitorado "Militância25"¹⁸⁸. Marta Suplicy também dedicou um espaço para a militância em seu site chamado "Militância de Atitude", onde era possível que seu eleitorado se articulasse para possíveis eventos. Paulo Maluf, utilizando-se de seu tradicional marketing político, inseriu em seu site um GoogleMaps que apontava as obras realizadas por ele na cidade de São Paulo.

Alguns candidatos investiram em ferramentas novas e na interação com o público. Solange Amaral, candidata à prefeitura do Rio, criou uma rede pessoal no Ning, plataforma que permite a articulação de redes sociais, chamada "Rede Solange" que contava com mais de 500

187 Hotsite, Micro-site ou Mini-site é um pequeno site planejado para apresentar e destacar uma ação de comunicação e marketing pontual (Fonte: Wikipedia).

188 Nesse espaço, o eleitorado podia marcar eventos, criar fóruns de discussão, enviar fotos e vídeos, abrir um chat. O "Militância 25" utilizava-se da plataforma da rede virtual Ning.

membros, possibilitando a interação entre os eleitores e o acesso ao material de campanha. João da Costa, candidato à prefeitura de Recife, tinha em seu site um espaço dedicado aos eleitores onde recebia videomensagens e mensagens de texto. Já o candidato Antonio Imbassahy, de Salvador, permitia em seu site que seus eleitores colocassem as imagens da campanha e de manifestações realizadas por seus apoiadores.¹⁸⁹

Essa revalorização do eleitorado faz parte da mudança do mercado da comunicação após o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Baseada em uma nova demanda dos indivíduos, que saíram da condição de simples consumidores, a comunicação política passa a tomar consciência da vitalidade da interação com o eleitorado na construção das campanhas. No momento no qual o computador, enquanto meio de produção, difunde-se pela sociedade, inicia-se um movimento pela captura da produtividade existente na rede. Por um lado, visando o marketing político, por outro, como maneira de democratizar as campanhas, buscando uma ação conjunta com novos atores políticos.

Logicamente, este foi um primeiro movimento em direção a uma valorização da internet como forma de mobilização do eleitorado, visto que em 2006 o movimento ciberpolítico ocorreu muito mais pelas circunstâncias daquelas eleições, do que pelo interesse e disposição de políticos e da mídia tradicional em dar espaços para que o "público" se expressasse. A grande importância de 2006 está no fato de que os usuários irromperam na internet, deixando claro que já não era possível afastá-los do circuito de produção e formação de opiniões. A internet mostrou-se naquele acontecimento como uma "esfera pública virtual".

Governo e interdição dos discursos

Apesar da atividade dos usuários - que na internet tende a extrapolar o controle - e das tentativas de uso inovador promovido por alguns candidatos, a ciberpolítica foi “jogada no limbo” pelas lacunas existentes na Resolução que tratava da utilização da internet nas eleições municipais de 2008. Tendo em vista o potencial da *web* – provado pela campanha de Obama nos EUA – como ferramenta de articulação de campanhas, torna-se fundamental discutir o

189 Informações retiradas da matéria publicada pelo Último Segundo do IG "Candidatos descobrem internet 2.0, mas 'esquecem' transparência". Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/noticias/2008/08/10/candidatos_descobrem_internet_20_mas_esquecem_transparencia_1511455.html

impacto político do equívoco do TSE – e de grande parte dos TRE's – com relação ao uso da internet na eleições.

Um primeiro aspecto a ser levado em consideração foi a censura perpetrada por alguns TRE's em razão da Resolução 22.718. Pode-se falar em censura, a medida que a livre expressão da palavra política - garantida constitucionalmente - fosse confundida com propaganda política, fazendo com a opinião dos cidadãos fosse transformada em ilegalidade. A liberdade de comunicação e de manutenção da conversação foi freada pelo controle dos fluxos de informação sobre política na rede - isso inclusive por requisição dos políticos que se sentiam (e sentem) prejudicados, como observou Alon Feuerwerker.

[...] não pense que a pressão vem só do governo. Ela é pluripartidária. Ou suprapartidária. Tem petistas e tucanos, dos diversos matizes, e os vários satélites. Os políticos estão fartos de serem cobrados, acusados, constrangidos. Aí olham uns para os outros e perguntam: “Ora, mas se estamos todos de acordo quanto a isso, por que vamos continuar dando satisfações aos caras que só perturbam a nossa vida, que só atrapalham, que só nos criam problemas?”¹⁹⁰.

Contra-pondo-se à “rede de modelo democrático”, como classifica Negri (2005), uma resposta antidemocrática apoiada na legalidade. A interdição desses discursos, que estiveram nas franjas do mercado de comunicação por um longo período, interrompeu, por um momento, o avanço da apropriação política da internet por parte dos indivíduos. O espaço democrático de conversação pública, tornou-se lugar da vigilância, desperdiçando a potência da rede na organização de esferas públicas, coletivas, comuns de diálogo.

Talvez não seja correto afirmar que a mídia “recolonizou” a esfera pública, até porque, a internet com sua estrutura rizomática, constrói linhas de fuga, de desterritorialização insistentemente, constituindo-se como lugar de abundância de trocas comunicacionais e, por isso mesmo, de difícil controle. Não obstante, não se pode negar a implicação negativa da regulamentação da internet no processo eleitoral.

190 Post “Quem se Candidata?”. Disponível em <http://www.blogdoalon.com.br/2009/09/quem-se-candidata-0409.html>

O esvaziamento do Orkut, comunidade que agrega cerca de 70% dos internautas brasileiros e onde se gasta o maior tempo navegando, é um dado dessas eleições. Apesar da existência de comunidades de cunho eleitoral, sua utilização foi aquém do esperado, com baixa utilização dos *forums*. Os blogs, apesar das manifestações de apoio aos candidatos, não puderam, diferentemente do que ocorreu em 2006, se articular para fornecer informações omitidas ou não conhecidas pela mídia comercial. E essa foi a tendência para os outros espaços também.

A vitalidade da utilização da internet como ferramenta política consiste na potencialidade de renovação da esfera pública, uma vez que o espaço virtual é um espaço de expressão das singularidades, de ação individual para a coletividade, de compartilhamento. Como afirma Sérgio Amadeu¹⁹¹, citando Benkler: “a diferença brutal entre a esfera pública dominada pelo mass media e a esfera pública interconectada, realizada pela internet, ocorre exatamente pela arquitetura de informação distribuída da rede, e, pela eliminação dos custos para se tornar um falante”.

O que fica claro com esse tipo de obstrução é que as teses liberais da opinião pública são bastante frágeis quando o que está em jogo é a soberania do Estado. Não interessa se a internet é democrática do ponto de vista da expressão pública, na medida em que estava impedida por lei de ter um papel mais efetivo na disputa eleitoral. Revela-se, assim, a força concentrada na estrutura do Estado.

Dar liberdade para a atividade política-discursiva dos muitos sujeitos no ciberespaço não é somente uma questão de resguardar o direito à liberdade de expressão dos cidadãos, mas uma questão de aprimoramento da democracia e de fornecer instrumentos para a participação de um maior número de atores em sua construção. Não se trata de uma função revolucionária da internet, mas de uma potencialidade que pode ser explorada para melhorar o governo, até porque é impossível simplesmente negá-la.

Trata-se de um processo que deflagrado por uma mudança tecnologia mas

191 Sérgio Amadeu da Silveira é sociólogo, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. A passagem foi retirada de seu blog no post “TSE quer controlar campanha na internet”. Disponível em <http://samadeu.blogspot.com/2008/03/tse-quer-controlar-campanha-na-internet.html>

que está mudando o contexto social, comunicacional, econômico e agora começa a contagiar a política. É tão irreversível quanto foi a revolução industrial deflagrada pela máquina à vapor¹⁹².

192 Post "Internet , a nova arena do conflito entre passado e futuro na política" do blog Código Aberto. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=2E0B021C-F2A8-44C8-AD5B-8320C312C8F9

7.2.2. As NTIC e o controle invasivo

A relutância dentre regimes "fechados" em aceitar as novas mídias, dá-se pelo fato de que a sustentação desses governos baseia-se na coesão social administrada pelo Estado - a liga pode ser dada pelo regime, pelo partido ou por um líder. A emergência de opiniões divergentes significa, portanto, uma ameaça ao equilíbrio do mesmo, uma vez que possibilita que a crítica ganhe terreno, prejudicando a autoridade do governante.

Tal preocupação com a internet justifica-se tanto por seu caráter global como por sua estrutura a-centrada - que permite às bordas comunicarem-se. Para evitar que a crítica seja construída internamente e externamente, os governos limitam o acesso à rede mundial de computadores e punem quem desobedecer, uma vez que a livre manifestação da opinião pode incentivar o aparecimento de mais "inimigos do regime". Ou seja, a questão torna-se a defesa da soberania nacional, uma vez que o "regime" identifica-se com o próprio Estado.

É nesse contexto que recentemente deu-se a conhecer o caso de um casal de blogueiros cubanos, que conseguiu uma forma de furar o bloqueio à internet existente em Cuba: Escobar e Yoani Sánchez. Os dois, que são acusados pelo governo cubano de serem ligados a grupos lobistas interessados em desestabilizar o regime, sofreram em novembro de 2009 com a repressão policial e dos próprios cidadãos.

Sánchez possui um blog de crítica ao regime cubano, chamado *Generacion Y*¹⁹³, e é uma das responsáveis pela criação do portal *Desde Cuba*, que agrega blogs e sites cubanos. No dia 6 de novembro, quando ia em direção a uma manifestação contra a violência em Havana, a blogueira foi cercada por 3 agentes da polícia e agredida.

Uma semana depois, o marido de Yoani, Escobar, marcou um encontro no bairro Vedado com os tais agentes para um embate verbal. O encontro aconteceria (estranhamente, por sinal) em um local conhecido de concentração de ativistas da União de Jovens Comunistas. Entretanto, logo ao chegar, Escobar, que também é blogueiro, começou a ser hostilizado e depois foi cercado por um grupo de cidadãos comuns que o agrediu.

193 Disponível em <http://www.desdecuba.com/generaciony/>

As reações populares às críticas tecidas pelos blogueiros pode, em parte, ter relação com o juízo que o regime cubano faz dos mesmos. Esse não nos parece o ponto principal, o que interessa é que opiniões divergentes, estando elas ou não relacionadas a alguma atitude "golpista", causam um grande transtorno. Com a grande pressão que a comunidade internacional faz pela "democratização", o aparecimento de focos de pressão interna torna-se uma ameaça ao regime, daí a censura.

Para evitar esses problemas, a República Popular da China, por exemplo, criou um mecanismo apelidado "great firewall"¹⁹⁴ - em referência à Grande Muralha - que filtra o conteúdo que pode ser acessado dentro do país. Os mecanismos de busca e os provedores de conteúdo submetem-se à auto-censura para manter seus negócios no território chinês. No ano de 2009 um novo *software* começou a ser instalado nos computadores fabricados na China, trata-se do programa *Barragem Verde/Escolta da Juventude*.

Fabricantes de computadores na China foram instruídos a pré-instalar um software para bloqueio de acesso à internet em todos os discos rígidos vendidos no país a partir do mês que vem. O programa, que foi desenvolvido pela Jinhui Computer System Engineering, uma companhia que trabalha também para as forças armadas, tem a função específica de restringir a busca por pornografia online, mas também pode ser usado para reforçar barreiras a websites que abordam temas politicamente sensíveis. (Blog do JJ)

Os temas politicamente sensíveis referem-se, principalmente, aos conflitos nas regiões autônomas de Xinjiang e do Tibete. Os embates - que são parte políticos, parte religiosos e parte culturais - começaram a ocorrer após tais territórios terem sido anexados durante a década de 50 por Mao Tse Tung. Entretanto, foram as aplicações feitas das TIC entre 2008 e 2009 em ambos os conflitos que fizeram com que o regime chinês aumentasse as restrições à internet. O acesso ao Twitter, ao Facebook, ao Hotmail e ao Plurk - serviço de microblogging popular na Ásia - passou a ser restringido pelo governo e, além disso,

194 "As autoridades chinesas atualmente vetam sites estrangeiros que abordam temas que elas desaprovam, como a independência do Tibete ou o movimento espiritual Falun Gong, por meio de um emaranhado de filtros e palavras-chave bloqueadas. A prática é apelidada internacionalmente de "great firewall" - um jogo de palavras que envolve a Grande Muralha da China e os firewalls, programas de segurança usados para restringir determinados comportamentos na internet" (trecho do post "A Muralha Cibernética da China censura Internet" publicado no Blog do JJ). Disponível em <http://blogs.abril.com.br/blogdojj/2009/06/muralha-cibernetica-china-censura-internet.html> (acessado em 17 de novembro de 2009)

Um manual lançado para os provedores de blogs avisa para apagar "informações ilegais ou prejudiciais" que aparecerem em seus sites, ou simplesmente bloquear os infratores do blog¹⁹⁵.

Essas medidas foram tomadas com o objetivo não só de dificultar a difusão do que o governo chama de "informação prejudicial", mas de evitar que os cidadãos utilizem-se de tais ferramentas para organizarem manifestações e reportarem a repressão. O receio com as possibilidades de articulação geradas pelas TIC fez com que também os serviços de mensagem de texto fossem interrompidos.

Estima-se que 52 dissidentes já tenham sido presos na China por publicar conteúdos contrários ao governo. A justificativa para tamanha repressão à livre manifestação de informação e opinião poderia partir do caráter não-democrático do Estado chinês, de sua supremacia em relação à "opinião pública", do fato de que um governo legítimo pode atuar em defesa de sua soberania. Entretanto, para os indivíduos que se vêem coagidos pelo Estado, todas elas tem o mesmo sentido: significam o cerceamento da liberdade para o exercício e o debate político.

O caso de Mianmar - antiga Birmânia - é um claro exemplo de tal cerceamento. Governada desde a década de 60 por um regime militar, no final de 2007, o país do sul asiático foi palco de uma intensa batalha¹⁹⁶, que começou devido ao aumento de 500% no preço dos combustíveis e acabou tornando-se em uma luta pró-democracia. O movimento pacífico era liderado por monges, entretanto, após as primeiras reações do governo - que inclusive fechou o principal pagode (templo religioso) do país - conseguiu rapidamente agregar amplos setores da sociedade civil, principalmente estudantes e trabalhadores, virando alvo de forte repressão.

Para driblar o controle que o Estado possuía sobre a circulação de informação - posto que os jornais são do governo - os manifestantes passaram a usar dispositivos móveis de comunicação para produzir fotos e vídeos, denunciando a violência do regime. A internet

195 Trecho da matéria "China intensifica censura a microblogs" publicado no site IDG Now!. Disponível em <http://idgnow.uol.com.br/internet/2009/11/06/china-intensifica-censura-a-microblogs/>

196 Uma boa análise dos conflitos em Mianmar, com cronologia e resultados políticos e econômicos internos e externo, pode ser acessada no blog *Mundorama*. Disponível em <http://mundorama.net/2007/10/31/crise-politica-em-myanmar-por-pet-irel-unb/>

tornou-se um instrumento vital para os resistentes, pois possibilitou a revelação de informações, ao mundo, que o governo fazia questão de manter como assunto interno. Calar a "opinião" havia tornado-se tarefa complicada.

A junta militar tem agora de enfrentar uma revolução na tecnologia da resistência, por meio da qual um exército de guerrilha formado por cidadãos repórteres está transmitindo vídeos, fotografias e informações via Internet no momento mesmo em que os acontecimentos se desencadeiam. As imagens encontraram lugar nas telas de televisão e nos jornais de todo o mundo, que nos últimos dias se viram inundados por cenas de ruas ocupadas por monges vestidos de vermelho e imagens do caos e da violência que surgiram quando os militares reprimiram o maior levante popular das duas últimas décadas. A velha tecnologia das armas e dos cassetetes havia sido enredada pelas possibilidades de comunicação eletrônica imediata, de uma maneira que o mundo jamais viu¹⁹⁷.

Cidadãos birmaneses exilados e monges budistas começaram a protestar em terras estrangeiras e, após a morte de um jornalista japonês (que, por sinal, foi reproduzida mais de 500 mil vezes no YouTube), o caso tornou-se questão mundial. Apesar da pressão exercida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e da reprovação internacional - a China ironicamente recusou-se a condenar a junta militar -, a primeira medida do governo de Mianmar foi a censura.

O governo estava precavendo-se para que as imagens, notícias e opiniões sobre a repressão não se espalhassem dentro e fora do país. Logo, o acesso à internet foi bloqueado e os militares prendiam os indivíduos que estivessem fazendo imagens dos confrontos com celulares e câmeras portáteis. O que estava havendo era "um blecaute de informações na Birmânia"¹⁹⁸.

O resultado dos confrontos é, por isso, obscuro. Enquanto os militares afirmavam que dez pessoas morreram após as Forças Armadas terem ocupado as ruas, a oposição, entretanto, afirmava que tinham sido centenas - números esses nunca comprovados.

Em maio de 2008, em meio às turbulências causadas por um ciclone, e após a pressão mundial, a junta militar de Mianmar fez questão de tornar público o resultado da primeira

197 Trecho da matéria publica no portal do Terra chamada "Mianmar: repressão é ineficaz na era da informação". Disponível <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1960736-EI4802,00-Mianmar+repressao+e+ineficaz+na+era+da+informacao.html> (acessado em 18 de novembro de 2009)

198 Relato de um blogueiro birmanes.

votação realizada desde de 1990. Um referendo que continha propostas de mudança na Constituição aprovado por mais de 90% da população¹⁹⁹. Legitimamente, ficou previsto o multipartidarismo e a instauração de uma "democracia de disciplina"²⁰⁰ com previsão de eleições para 2010, sendo que 1/4 dos assentos do parlamento passou a ser reservado a oficiais do exército.

O arcabouço jurídico do país garantiu os privilégios daqueles governantes contra os quais parte da população colocou-se um ano antes. Mas o resultado dos votos objetiva - dá visualidade - a vontade geral. E quem pode contestar a opinião pública manifestada pelo povo soberano?

7.2.3. As TIC e as divergências da opinião pública

O final das eleições iranianas de 2009 deu origem a uma grande onda de protestos no país. Sem entrar no mérito da confiabilidade dos números das eleições, a reeleição de Ahmadinejad à presidência fez com que os opositores tomassem as ruas do Irã contestando sua legitimidade a partir da acusação de fraude²⁰¹. Nascia aí um forte movimento de oposição que centralizava-se na figura do candidato derrotado Mir Hussein Mussavi. Mussavi, que desde o início das eleições, vinha utilizando as mídias sociais para divulgar sua campanha, tratou de mobilizar seu eleitorado na crítica ao resultado da eleição.

O governo logo resolveu colocar os militares na rua para controlar a situação, ela, entretanto, agravou-se. A morte de uma jovem iraniana chamada Neda durante os protestos, gravada com uma câmera de celular, ficou conhecida mundialmente. Neda tornou-se um símbolo da resistência e da coação empreendida pelo "governo" iraniano.

199 Para maiores informações ver o verbete "Referendo constitucional de 2008 em Mianmar" da Wikipedia, que pode ser acessado no link http://pt.wikipedia.org/wiki/Referendo_constitucional_de_2008_em_Mianmar.

200 Segundo os movimentos pró-democracia em Mianmar, o referendo é uma tentativa de legitimar a junta e garantir algum poder para os militares. A democracia de disciplina garantiria a manutenção das leis militares dentro do parlamento civil. As críticas podem ser lidas nos links abaixo: [http://www.buddhistchannel.tv/index.php?id=82,8542,0,0,1,0\(em inglês\)](http://www.buddhistchannel.tv/index.php?id=82,8542,0,0,1,0(em_ingl%C3%AAs)) <http://www.topnews.in/new-constitution-just-license-kill-myanmar-regime-240608> (em inglês)

201 Muito se discutiu sobre o processo eleitoral iraniano. O fato de Ahmadinejad ter vencido com o voto de mais de 60% do eleitorado levou a oposição a questionar a veracidade dos números. Na internet, inclusive na Wikipedia, difundiu-se a idéia de irregularidades na eleição, entretanto, nada foi provado. Para análises diferentes da questão ver: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16054; <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u584884.shtml>; e http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_presidenciais_no_Ir%C3%A3_em_2009

A publicação de vídeos na internet e as mensagens via Twitter tornaram-se as arma utilizadas pelos opositores para denunciar a reação violenta do governo e estimular o levante da população. Enquanto isso, a mídia internacional²⁰² era obrigada a se retirar do país e a mídia nacional sofria com a censura, quando não consentia com o controle governamental.

O governo do Irã tem tentado impedir que a imprensa registre os protestos realizados contra a eleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad. Mas as restrições ao trabalho dos jornalistas acabaram provocando uma reação de cinegrafistas amadores, que estão usando a Internet para divulgar as manifestações. Desde o final de semana, centenas de vídeos estão sendo colocados em sites como o YouTube. Muitos internautas também estão usando sites como o Facebook e o Twitter para relatar o que está acontecendo em Teerã.²⁰³

A princípio, o governante iraniano ignorou a potência da comunicação produzida e veiculada em novas tecnologias, não atentando para o fato de haver cerca de 10% de cidadãos com acesso à Internet. Logo, porém, deu-se conta do efeito político criado, os protestos eram retroalimentados pelas mensagens que circulavam pela *web*. Após tal constatação, além dos serviços de SMS que encontravam-se indisponíveis desde o dia da eleição e de alguns sites de oposição que já vinham sendo bloqueados, o governo eleito iraniano passou a atuar sobre outros espaços da internet.

O governo tem censurado sites da internet que operam dentro e fora do Irã, também, como parte de um curso padrão de repressão. Durante o fim de semana, civis começaram a veicular uma imagens da violência pós-eleitoral em sites como o YouTube e o Facebook, preenchendo o vazio deixado pela falta de outros meios de comunicação social sobre este assunto. O governo respondeu, bloqueando sites de rede social no sábado à tarde, juntamente com os sites oficiais da campanha do candidato reformista²⁰⁴.

202 Uma matéria publicada no portal do IG naquele período afirmava que: "Pelo menos dois jornalistas estrangeiros foram detidos e outros receberam golpes por parte da polícia e dos 'basij' enquanto cobriam as manifestações. Várias redes de tv tiveram material expropriado durante horas e não é permitido a elas filmar em vários lugares do país. O escritório do canal por satélite árabe 'Al Arabiya' foi fechado durante uma semana, e às agências de imprensa com serviço de televisão receberam um aviso para que não enviem imagens a meios de imprensa em língua persa, como a 'BBC' e a 'Voz da América', proibidos no país. Os jornalistas iranianos também estão sofrendo o assédio das autoridades". Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/06/16/ira+veta+imprensa+estrangeira+em+protestos+ilegais+6756952.html>.

203 Matéria da BBC Brasil "Iranianos colocam centenas de vídeos de protestos na Internet". Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090617_ira_ugc_dg.shtml (acessada no dia 19 de novembro de 2009)

204 Trecho da matéria "Irã: ataques e censura após as eleições". Disponível em http://www.livreacesso.net/tiki-read_article.php?articleId=925 (acessado no dia 19 de novembro de 2009)

A partir da intensificação dos protestos e do inchamento dos espaços no qual se veiculava opiniões oposicionistas²⁰⁵, o governo de Ahmadinejad começou a tomar medidas para obstruir a troca de informações dentro das redes sociais. A resposta foi a utilização da estrutura da internet para espalhar o que acontecia em solo iraniano. Principalmente, os vídeos do YouTube e as mensagens do Twitter eram replicadas por pessoas do mundo inteiro, despotencializando a tentativa de controlar a crise interna, que o governo não tinha intenção de deixar se estender.

A população do Irã, que é de maioria jovem (entre 20 e 30 anos) e com formação universitária, tem achado meios efetivos de driblar a censura com o uso de proxies e tem usado principalmente o Twitter para organizar passeatas e protestos²⁰⁶.

Uma semana após o início das manifestações no entanto, o líder espiritual iraniano, o aiatolá Khamenei, fez um sermão, no qual pedia o fim dos protestos e da intromissão internacional nos assuntos internos. Na semana seguinte, o movimento pela anulação das eleições começou a perder força, o que restou foi uma política mais rígida em relação à internet, algo em torno de 500 presos políticos e cerca de 20 civis mortos.

Apesar dos acontecimentos ocorridos em Mianmar e no Irã serem recentes manifestações da capacidade que algumas formas de apropriação das TIC tem de influir sobre a condição de governo, encontramos nas Filipinas de 2001 as consequências mais diretas e radicais - do ponto de vista institucional - da aplicação social dos novos dispositivos de comunicação. Pois, a partir da utilização de tais dispositivos constituiu-se um potente mecanismo de afirmação da opinião pública contra um governante.

Em meados de 1998, o ex-vice presidente Joseph Estrada tomou posse da presidência das

205 Uma matéria do New York Times do dia 16 de junho de 2009 apresenta alguns números da campanha de oposição na internet: "Um feed, mousavi1388 (1388 é o ano no calendário persa), está repleto de notícias dos protestos e exortações à continuidade da luta, em persa e inglês. Ele já tem mais de 7 mil seguidores. O grupo de Moussavi no Facebook inchou para mais de 50 mil membros, um aumento significativo desde a eleição" (disponível em <http://www.andrelemos.info/midialocativa/2009/06/redes-sociais-e-os-protestos-no-ira.html>). No Twitter, a principal *hashtag* com informações sobre a situação iraniana era #IranElection, que registrava mais de 220.000 tweets por hora - dado publicado por diversos sites especializados. Além disso, também é surpreendente o número de vídeos publicados no YouTube que tinha como tema as manifestações contra o governo de Ahmadinejad: aproximadamente 184.500 em uma semana - como a pesquisa do YouTube não permite muitas formas de refinar o resultado, é provável que existam vídeos repetidos e alguns que não tenham relação direta com os protestos.

206 Trecho do post "Eleições no Irã e o Twitter: usando as mídias sociais em favor da democracia" do blog *Link* vinculado ao portal do Estado de São Paulo. Disponível em http://blog.estadao.com.br/blog/link/?title=eleicoes_no_ira_e_o_twitter_uma_licao_de&more=1&c=1&tb=1&pb=1

Filipinas com 37% dos votos. Os primeiros anos de governo foram marcados por avanços econômicos e sociais. O bom desempenho da economia nos anos de 1999 e 2000, o início das conversas com a minoria muçulmana do sul do país - que exigia autonomia - e o empreendimento de uma política forte de reforma agrária - tendo sido distribuídos 523 mil hectares de terra para 305 mil famílias - pareciam apontar um futuro promissor tanto para o "novo governo" das Filipinas.

Entretanto, no final de 2000, a suposta estabilidade política das Filipinas começou a declinar. O presidente passou a ser acusado de extorsão, suborno e desfalque nas contas públicas. Somente Estrada, segundo afirmações de um ex-aliado, teria conseguido acumular uma fortuna de 400 milhões de dólares em apenas 30 meses de mandato²⁰⁷.

A oposição lança, então, no Congresso filipino uma moção para investigar as acusações, o que poderia ter como desdobramento o impeachment do presidente. Entretanto, no meio do processo aliados de Estrada se opuseram a averiguar um documento que supostamente incriminava o mandatário. Rheingold (2004) afirma que após tal episódio "os líderes da oposição difundiram mensagens de texto, e 75 minutos depois da abrupta interrupção do processo, 20.000 pessoas juntavam-se para protestar".

Inicia-se assim um grande movimento popular e pacífico - apoiado por setores do exército, da Igreja católica e do empresariado - para exigir a destituição de Estrada. O resultado foi quatro dias de manifestação, nos quais milhares de filipinos protestaram na tradicional avenida Epifanio de los Santos - localizada na capital filipina Manila -, popularmente conhecida como "Edsa"²⁰⁸ (Rheingold, 2004).

Apesar da pobreza existente no país²⁰⁹ e, conseqüentemente, da baixa penetração das novas tecnologias - em 2001 cerca de 1% da população tinha computador pessoal -, cerca de 5 milhões, de um total de 70 milhões, de filipinos possuíam acesso à telefonia móvel²¹⁰ e ao seu

207 Informações retiradas do verbete "Joseph Estrada" da *WikiPilipinas*, enciclopédia filipina semelhante à Wikipedia, e de reportagem da Veja. Disponível em http://en.wikipilipinas.org/index.php?title=Joseph_Estrada#Presidency (em inglês)

208 Em 1986 a "Edsa" havia sido palco das manifestações pacíficas que derrubaram o regime autoritário de Ferdinand Marcos, que durava àquela altura 20 anos. Tal movimento ficou conhecido como EDSA Revolution.

209 Dados de 2007 dão conta de que as Filipinas tem o 105º IDH do mundo.

210 É interessante destacar a citação feita por Rheingold (2004) da fala do professor Vicente Rafael, da Universidade da Califórnia: "Como muitos países de terceiro mundo que se abriram mais recentemente às políticas de mercado mais liberais, Filipinas compartilha do paradoxo de possuir o acesso às tecnologias de comunicação de ponto, como a telefonia

serviço mais barato: o SMS²¹¹. Estima-se que 70 milhões de mensagens de texto tenham sido enviadas pelos Filipinos em 2001, sendo que grande parte das mesmas ocuparam papel importante para o movimento de oposição à Estrada.

A mensagem "Go 2EDSA, Wear blk" - vá para Edsa vestido de preto - foi enviada de centenas de celulares para outras centenas, tornando-se um dos principais dispositivos de organização das manifestações. Para Rheingold,

A rápida afluência da multidão contrária a Estrada foi um sinal da primeira tecnologia das *smart mobs*, e os milhões de mensagens de texto que circularam entre os manifestantes em 2001 foram, segundo todos os testemunhos, a chave que propiciou o espírito de companheirismo da multidão. (Rheingold, p.186)

Após o intenso protesto da população, os apoiadores de Estrada ficaram encurralados e cederam à pressão vinda das ruas e do próprio Parlamento. Joseph Estrada foi deposto e sua vice, Gloria Macapagal-Arroyo, assumiu a presidência das Filipinas. O interesse geral confluía para a necessidade de mudança no controle do Estado. A "opinião pública" fez-se soberana com um importante auxílio da telefonia móvel.

O interessante é que poucos meses após a destituição de Estrada, cerca de 50 mil manifestantes voltaram às ruas de Manilla, exigindo a queda de Arroyo, que além de não ter conseguido dar prosseguimento às políticas de seu antecessor viu seu marido envolvido em um escândalo de corrupção. O movimento, que era predominantemente formado pelos filipinos de regiões mais pobres da capital, a princípio, reivindicava melhores condições de vida para os 40% da população do país, que viviam naquele período com menos de 1 dólar por dia.

Arroyo e seus apoiadores afirmaram que tratava-se de um golpe orquestrado pela facção pró-Estrada, uma vez que apoiadores do antigo presidente tentavam tomar a frente, e tratou de reprimir o movimento. Foi decretado "estado de rebelião", com a suspensão de alguns

móvel, ao mesmo tempo em que se deterioraram outras infra-estruturas básicas [...]."

211 Segundo Rheingold (2004), o serviço de mensagem de texto surgiu nas Filipinas em 1995 e suas tarifas sempre tiveram por característica a acessibilidade, sendo que a princípio era gratuito.

direitos civis. A polícia foi convocada para dispersar os manifestantes, mas, como de costume, o enfretamento ganhou outras proporções.

Quienes participaron en EDSA 3²¹², en su mayoría sin armas (si se entiende que las piedras y porras de madera que arrancaron a la policía antimotines eran armas), fueron masacrados enfrente mismo del palacio Malacañang²¹³.

Os acontecimentos de 2001 revelam o caráter dúbio da noção de opinião pública. No primeiro momento, foi legitimada e, por isso mesmo, responsável pela queda de Estrada, adquirindo o *status* de elemento fundamental à vida política filipina. Entretanto, o impeachment ocorreu em acordo com a resistência existente dentro das próprias instituições do Estado e de setores importantes da sociedade civil - igreja e empresariado. Todavia, quando outra reivindicação se colocou, o movimento foi considerado politicamente impotente, sem pretensões sinceras e sem futuro, por isso passível de repressão.

Arroyo retomou a idéia da opinião pública manipulada, da turba descontrolada de Gustave Le Bon, a população pobre filipina era cega ao fato de que seus desejos estavam sendo dirigidos por Estrada e seu anseio pela retomada poder. Partindo de uma preocupação bastante comum na discussão de "opinião pública", compartilhada da mesma forma por Rousseau, Tocqueville e outros autores, os governantes filipinos decidiram-se por negar à mesma sua legitimidade política.

Ninguém melhor do que o soberano para saber o melhor para a população. O Estado cristaliza a razão absoluta e não existe movimento popular que possa lhe retirar esse mérito. A opinião pública não tem o direito de colocar tudo à perder. Para ser racional é necessário estarmos imunes à opinião pública. Em uma forma bastante hegeliana de lidar a realidade, o Estado às vezes faz ver qual o papel que a soberania ainda exerce.

212 Os movimentos populares ocorridos nas Filinas, que ocuparam a avenida Epifanio de los Santos, em 1986 e 2001 são chamados de Edsa1, Edsa2 e Edsa3.

213 Artigo de Sonny Melencio chamado *Revueltas del Poder del Pueblo en Filipinas: enseñanzas y perspectivas*. Disponível em <http://www.participamos.org/Filer/File/Manila%20Conference/Melencio,%20spanska.pdf>

Conclusão. Soberania e Opinião Pública dentro dos fluxos globais

Um dos aspectos mais salientes da comunicação no mundo moderno é que ela acontece em uma escala cada vez mais global. Mensagens são transmitidas através de grandes distâncias com relativa facilidade, de tal maneira que indivíduos têm acesso à informação e comunicação provenientes de fontes distantes. (Thompson, p.135)

O avanço do processo conhecido por "globalização" - que reverbera na sociedade tanto na economia quanto na política - redimensiona a soberania, à medida em que o controle do Estado sobre os discursos é abalado e que as questões de "âmbito nacional" tornam-se questões discutidas globalmente. Do ponto de vista midiático, segundo Thompson (1996), a globalização significou um enfraquecimento das fronteiras da informação em dois aspectos: a circulação ganhou escala global e as empresas tornaram-se transnacionais. Ou seja,

Conglomerados de comunicação expandiram suas operações para outras regiões fora de seus países originais; e parte dos interesses financeiros e industriais, dentro de explícitas políticas globais de expansão e diversificação, foi canalizado para a aquisição substancial de ações nos setores de informação e comunicação. (Thompson, p.144)

Politicamente a questão que aparece é a inserção da soberania nacional dentro dos fluxos globais. Para Antonio Negri (2006), no momento em que as fronteiras - espaço estriado - dos Estados Nacionais começam a confrontar-se com os "espaços lisos" criados pela lógica da globalização e do capital, temos uma reorganização da soberania, uma vez que as pressões externas passam a condicionar as políticas locais. Surge o que Negri chama de "soberania imperial" colocada em funcionamento pelas instituições políticas e econômicas transnacionais e passível de ser analisada como fenômeno a partir da emergência do "direito de intervenção".

Apesar de concordarmos com o filósofo italiano no que diz respeito ao fato da discussão em torno da soberania ver-se atravessada por atores inseridos na dinâmica econômica e política global não damos a mesma vitalidade para o que o autor chama de "soberania imperial". O Estado-Nação permanece soberano apesar do "direito de intervenção". Os Estados não se dobram facilmente as forças externas, seja a ONU, seja ao FMI, seja a uma pretensa "opinião pública global".

Sem dúvidas, não obstante, o Estado encontra dificuldades maiores para exercer sua política interna, uma vez que suas ações são colocadas frente ao "escrutínio global" (Thompson, 1996) e são negociadas também com atores estrangeiros. A circulação global de informação, que data de meados do século XIX com a criação das primeiras agências de notícias, põe em cheque a dominação exercida pelo Estado. Apesar de sua estrutura jurídica garantir algum controle sobre a publicização, esse mesmo controle escapa à medida em que a comunicação diminui as restrições espaciais. O que sem dúvidas ganha em complexidade com a entrada da internet em cena, afinal a internet contribuiu para a emergência dos "espaços lisos".

Internet, Governo e Opinião Pública: negociações

Tratando-se de opinião pública, o que vemos na *web* é a emergência de opiniões distribuídas pelo ciberespaço. A força dessas opiniões não está relacionada a um contra-poder e nem a um papel propriamente contra-hegemônico. As opiniões que se expressam no ciberespaço tornam-se constituintes por provocarem um fissura no dispositivo, uma falha, por meio da qual a unicidade, o caráter consensual e normalizador da opinião pública é inundado pela multiplicidade.

A estabilidade que os governos - eleitos, transitórios - conquistam pelas formas de representação da vontade popular, que são dadas por certos "regimes de luz" e são responsáveis por dar sustentação à soberania do Estado, mostram sua fragilidade diante das críticas. Da mesma forma, o controle dos discursos exercido pelos meios de comunicação de massa - ou pelo governo que detém sob controle tais meios - é rachado. Ou seja, discursos até então não representados na mídia massiva, nem dentro do Estado possuem a oportunidade de se expressar e se legitimar perante a "esfera pública virtual".

Isso não significa, todavia, que essas opiniões, mesmo que articuladas e constituindo movimentos potentes, colocar-se-ão de maneira a influenciar as instituições do Estado. Como os exemplos que mostramos no capítulo anterior a singularidade que se articulam aproveitando a rede não formam um poder antagônico absoluto. Pelo contrário, entram no processo de negociação com o governo. Hora são levadas em consideração, hora são

ignoradas ou obstruídas.

Talvez quem sinta de maneira mais intensa a força da comunicação mediada por computador seja a mídia de massa - o que as demais instituições sentem são as consequências de um sistema de comunicação diferente. A *web* é responsável por romper o o "monopólio" sobre a visibilidade exercido pela imprensa, adicionando variáveis novas na produção de sentidos e estabelecendo a horizontalidade na relação de comunicação entre muitos. Espaço este que está mais próximo da idéia de comunicação como troca, presença comum, "linguagem em sua constituição, seu advento, sua realização" (Edmond Ortigues *apud* Sodré, 1977, p.24).

É necessário, contudo, que ultrapassemos a noção de um suposto caráter "destruidor" da internet no que tange a força de agenciamento - traduzida, por exemplo, no agendamento - dos meios de comunicação de massa, e também a crença de que tais meios fazem parte de um processo revolucionário. O centro da questão não nos parece a "tomada de poder" por uma vanguarda cibernética, que destruirá a mídia e "sua" opinião pública. O que se apresenta é uma reorganização das forças derivada de uma alteração significativa no universo da comunicação e isso Ricardo Kotcho observou bem:

Vívamos até outro dia em um País com meia dúzia de formadores de opinião, desde sempre encastelados na imprensa de papel, quer dizer, em jornais e revistas. Para a direção que eles indicavam o chamado povo deveria seguir, reproduzindo seus pensamentos, gostos, preferências e votos, automaticamente. Senhoras e senhores, devo informar que este tempo acabou. Opinião pública deixou de ser sinônimo de opinião publicada [...].²¹⁴ (Ricardo Kotscho)

É exatamente essa mutação das técnicas utilizadas pelos indivíduos para se comunicarem que torna-se problema para o governo. O fato da opinião surgir da periferia e não estar mediada pelo filtro do especialista significa, em alguma medida, que o discurso se realiza publicamente de maneira inédita. Sem dúvidas, isso perturba o governo, mas o fato é que pode também colaborar para sua construção e seu funcionamento.

Isso não muda, entretanto, a representatividade dos anseios e vontades que "*emanam do povo*" para o Estado. De qualquer maneira, as opiniões e a opinião pública se fazem ouvir dentro da

214 Texto de Kotcho intitulado "Internet multiplica formador de opinião". Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/ricardo_kotscho/2008/08/05/internet_multiplica_formador_de_opinioao_1495038.html

estrutura do Estado de acordo com os interesses que se colocam ali. A opinião será ouvida e consultada dentro dos limites colocados pela soberania, ou seja, sua afirmação, sua negação, sua requisição e sua obstrução dependem da relação estabelecida entre governo e sociedade mais do que da "soberania popular".

Não dizemos, de maneira autoritária, que as opiniões que circulam no ciberespaço - e na sociedade de um modo geral - estejam sempre dentro de uma dinâmica de normalização. Elas podem constituir resistência, mas que são constantemente capturadas pelo Estado - seja pelas formas de requisição e atualização da opinião pública dentro de sua Estrutura, seja pela negação repressiva. Tal captura é o que Deleuze (1995) entende também por *reterritorialização*.

Tanto os mecanismos de verificação da opinião - como o voto e as requisições eletrônicas levadas a cabo pelo *e-gov* -, quanto o trabalho - não sobre, mas - "com" as opiniões na ciberpolítica-eleitoral, são tentativas de normalização, de formação de uma opinião pública que se coloque como válida diante da sociedade e dos indivíduos. São ambas tentativas de organização da multiplicidade dentro da opinião pública, pois, assim, torna-se possível algum controle sobre as opiniões.

Se por um lado, essa força de *reterritorialização* aplicada sobre a multiplicidade, cristaliza o poder no Estado, por outro, as opiniões que emergem da borda tentam constantemente ultrapassar essa força. As aplicações das TIC feitas nos casos que apresentamos - destacando-se no Irã, em Mianmar, na China e em Cuba - servem à *desterritorialização* das formações consensuais. Não em um sentido revolucionário, mas, certamente, de maneira potente.

Não é por menos que o mesmo Estado que carrega consigo a vontade popular, a vontade geral - e a Constituição é um simulacro da mesma - nega-lhe sua autonomia quando lhe convém. As formas de obstrução da internet, de tentativa de interdição dos discursos mostram o quanto as críticas que surgem das periferias perturbam seu funcionamento. As opiniões desterritorializadas são uma ameaça ao equilíbrio do sistema - ao contrário d'"a" opinião pública que serve a tal equilíbrio. A diferença começa a desarmar o dispositivo²¹⁵.

215 O aparato continua funcionando, mas não sem muitos sobressaltos.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ANDERSON, Chris. *A Cauda Longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2006

BAUWENS, Michel. *A Economia Política da Produção entre Pares*. Disponível na Internet: http://www.p2pfoundation.net/A_Economia_Pol%C3%ADtica_da_Produ%C3%A7%C3%A3o_entre_Pares

BLOOD, Rebecca. *O Livro de Bolso do Weblog*. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2004.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, 5ªed.

COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexandre P., SILVA, Gerardo. *Capitalismo Cognitivo: trabalhos, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix. *Mil Platôs Vol. I*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GILLMOR, Dan. *Nós, os mídia*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michael e Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. São Paulo: Cortez, 2005.

LEVY, Pierre. *Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de (org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

MANOVICH, Lev. *A prática da vida (midiática) diária*. On Line. Disponível em: http://www.manovich.net/DOCS/manovich_social_media.doc

MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. MIT Press: Cambridge, Massachusetts / London, England, 2001.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução*. São Paulo: Edusp, 1989.

RHEINGOLD, Howard. *Multitudes Inteligentes*. Barcelona: Gedisa, 2004.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Eleições e (Idade) Mídia. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). *Comunicação na pólis: ensaios sobre mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 40-59.

RUBY, Christian. *Introdução à Filosofia Política*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SODRÉ, Muniz. *O Monopólio da Fala*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRIPPI, Joe. *The Revolution Will Not Be Televised*. New York: Harper, 2008.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.